

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ROQUE GRAZZIOLA

As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização.

PORTO ALEGRE, JANEIRO 2011

ROQUE GRAZZIOLA

As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do Título Mestre em Educação.

Orientador: Professor. Dr. Jaime José Zitkoski

PORTO ALEGRE, JANEIRO 2011.

ROQUE GRAZZIOLA

As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização.

Defesa em 11 de Março de 2011, 14 horas.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jaime José Zitkoski (Orientador)

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Prof. Dr. Ivaldo Gelen

Prof. Dr. Balduino Andreola

Partilho este trabalho de pesquisa com aquelas pessoas com quem venho aprendendo a práxis da Cooperação e da Solidariedade: aquelas que ainda estão em situação de rua e as que já superaram esta condição, entre as dramas, as tramas na luta manhosa pela vida; a vizinhança das Cooperativas, no morar e no viver solidariamente; educadores e educadoras da Fundação Solidariedade que, nas brechas do trabalho, aprendem partilhando seus saberes; educadores, educadoras aprendentes, do curso de pós-graduação em Educação Popular e Movimentos Sociais e Mestrado; com Domingos pelo apoio metodológico, solidário; Graziela, companheira de problematizações, na companhia junto ao MCN; César e Tânia com quem caminhamos juntos por viadutos e ruas; Jaime, professor orientador, apaixonado pelo diálogo, no apoio e na insistência; a Mãe, Theobaldina; Ormilo, Nelson, Adoir, Érico e Paulo (irmãos) e Joana (irmã), com quem sempre aprendi e continuo aprendendo; Giane, Thiago, Arthur e Clara: companhia e apoio, sempre juntos. Uma pesquisa, muitos e muitas participantes.

“Não existe lei que nos proíbe diálogo”.
(Mauro Pereira – Movimento Começar de Novo).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão prático-teórica sobre **As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização**, enquanto parte final do processo de Pesquisa de Mestrado junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Educação (FACED), na linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, com a orientação do Professor Dr. Jaime José Zitkoski. A estrutura de apresentação e desenvolvimento compreende; uma introdução, na qual ficam explicitadas a trajetória do autor, o seu lugar e suas intenções de pesquisa, o método de pesquisa adotado e seus procedimentos metodológicos, seguido de três seções, através das quais o autor apresenta, propriamente, o conteúdo pesquisado; na primeira seção apresenta um estudo sobre As Pessoas em Situação de Rua, como tema de pesquisa e seu em torno; a segunda seção é dedicada a abordagem de Dramas e Tramas: Limites e possibilidades desde uma leitura sistêmica; a terceira e última seção é dedicada ao estudo da Desumanização à Humanização como condição para a cooperação e a solidariedade desde dramas, tramas e manhas. Palavras chave: pessoas em situação de rua, dramas, tramas, manhas, desumanização, humanização, cooperação, solidariedade, movimento.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar una reflexión práctico-teórica sobre: **Las personas que viven en la calle en Porto Alegre y sus dramas, tramas y mañas: la cooperación y la solidaridad como forma de humanización**, como investigación conclusiva de Maestría junto a la Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Faculdade de Educação, línea de investigación: Educación, Trabajo y Movimientos Sociales, con la orientación del Profesor Dr. Jaime José Zitkoski. En su Introducción están presentados el contexto, el problema, los objetivos y los procedimientos metodológicos de la investigación. En tres secciones, el cuerpo del trabajo diserta sobre: Las personas que viven en la calle y su entorno en el contexto brasileño, en la ciudad de Porto Alegre y desde el movimiento Empezar de Nuevo; Dramas y tramas: límites y posibilidades desde una lectura sistémica, del sistema-mundo al principio liberación, el “infra-humano” en la relación ser humano-educación-trabajo-cosmos y “la realidad que nos lleva a la calle y la realidad de la calle mientras trabajadores”; De la deshumanización a la humanización: dramas, tramas y mañas, de las mañas a la cooperación y a la solidaridad. Palabras-clave: personas que viven en la calle, dramas, tramas, mañas, deshumanización, humanización, cooperación, solidaridad, movimiento.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O SEU EM TORNO	25
1.1) As Pessoas em Situação de Rua no Contexto Brasileiro.....	26
1.2) As Pessoas em Situação de Rua na cidade de Porto Alegre.....	33
1.3) A realidade das Pessoas em Situação de Rua de Porto Alegre desde o Movimento Começar de Novo.....	38
1.4) “A realidade que nos leva à rua e a realidade da rua enquanto trabalhadores”	48
2 DRAMAS E TRAMAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DESDE UMA LEITURA SISTÊMICA.....	56
2.1) Do sistema-mundo ao princípio Libertação.....	56
2.2) O “Infra-humano”: a relação Ser Humano-Educação-Trabalho-Cosmos	79
3) DA DESUMANIZAÇÃO À HUMANIZAÇÃO: A CONDIÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE DESDE DRAMAS, TRAMAS E MANHAS..	89
3.1) Desumanização e Humanização.....	90
3.2) Das Manhas à Cooperação e à Solidariedade.....	105
CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma reflexão prático-teórica sobre **As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização**, enquanto parte final do processo de Pesquisa de Mestrado junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Faculdade de Educação (FACED), na linha de pesquisa: Educação, Trabalho e Movimentos Sociais.

A escolha do tema vincula-se a nossa **trajetória** de vivência comunitária que tem como ambientes referenciais o carisma das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a organização das Pastorais Sociais, especialmente a Pastoral Operária (PO) e a Cooperativa Habitacional. Estes ambientes, bem como os sujeitos coletivos, têm sido determinantes para a nossa formação pessoal, de fundamentação teológico-pastoral, crítica-transformadora, embasada nas reflexões de teólogos(as) da Libertação.

Neste contexto, a nossa inserção na periferia urbana de Canoas e Porto Alegre foi um significativo aprendizado, pois a partir de uma leitura mais crítica do funcionamento da Sociedade: os atores, os interesses em disputa, as contradições, as possibilidades de processos de mudança a partir das classes populares organizadas como sujeitos coletivos em Movimentos Sociais, reforçaram um processo de formação e conscientização.

A Cooperativa é o nosso ambiente de moradia e de viver há doze anos. Um coletivo de trinta famílias que há dezessete anos decidiu enfrentar o déficit habitacional através de um projeto autogestionário. Com este propósito foi organizada a Cooperativa dos Trabalhadores em Estabelecimentos Educacionais de Porto Alegre – COOTEEPA – uma iniciativa fomentada e animada pelo Sindicato da categoria: SINTAE. Assim como a COOTEEPA, dezenas de outras cooperativas habitacionais foram organizadas, impulsionadas pela demanda habitacional e

inspiradas nas experiências cooperativas autogestionárias espanholas e uruguaias. A Cooperativa é um ambiente de intensa convivência, de superação do tradicional isolamento urbano e tem na gestão coletiva seu principal e permanente desafio no fazer cotidiano.

Outra dimensão da militância está na Pastoral Operária (PO), através da Fundação Solidariedade (FUNDSOL), um coletivo de trabalhadores e trabalhadoras organizados(as) em iniciativas que buscam o acesso ao trabalho solidário. A PO, criada no Brasil em 1976, em pleno regime militar, é um serviço informal no interior da Igreja Católica e tem se dedicado ao mundo operário urbano. Atualmente passa por um processo de revisão, focando sua ação para iniciativas de identidade coletiva autogestionárias junto a trabalhadores desempregados.

A FUNDSOL é uma organização sem fins lucrativos, de caráter ecumênico e educativo, e tem como princípio o exercício da solidariedade. Desde a criação em 1995, tem sido um instrumento para a viabilização de iniciativas autônomas da própria Pastoral Operária, mas também da Rede Estadual de Trocas Solidárias, do Instituto Popular Porto Alegre e iniciativas comunitárias na Região Metropolitana de Porto Alegre. Desde 2007 tem dedicado especial presença junto à População Adulta em Situação de Rua de Porto Alegre e suas organizações.

A possibilidade de um trabalho de **pesquisa** tem sido viabilizada junto a dois ambientes acadêmicos: o curso de Pós Graduação em Educação Popular e Gestão em Movimentos Sociais (2008 – 2009), uma parceria do Instituto de Desenvolvimento Social Brava Gente e Instituto Superior de Educação Ivoti – ISEI e junto à Faculdade de Educação – FACED/UFRGS, como Mestrando na linha de pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, após participação no Programa de Educação Continuada - PEC – 2006/II, 2007/I e 2008/I e II. Os ambientes acadêmicos foram essenciais para a socialização e a revisão do fazer cotidiano, confrontado que é com uma vasta relação de experiências de colegas, as mais diversas, com reflexões teóricas e pesquisas para revisitação da prática.

Para fins de pesquisa e produção desta dissertação escolhemos como **lugar ambiente** o nosso engajamento junto a Pessoas Adulta em Situação de Rua¹ de Porto Alegre, particularmente no âmbito do Projeto Começar de Novo, que apresentaremos na sequência. Porque este lugar ambiente?

Primeiro, pelas interrogações que recaem sobre o “modo de vida” desta parcela significativa e crescente da população brasileira: o que a levou para a rua, para onde a rua leva, quais os dramas e as *tramas* da rua e para além da rua? Segundo, também de forma interrogativa: como “sobrevive”, quais são os saberes desta resistência e se existem perspectivas emancipatórias na *manhosa* forma de “sobre-existir”? Terceiro, desde esta condição de vida e suas resistências, é possível constituir relações de cooperação e de solidariedade, desde à convivência e o trabalho cooperado?

Enquanto lugar ambiente da nossa pesquisa, conforme já anunciamos, é o Movimento Começar de Novo, que damos a conhecer na seqüência.

*O **Movimento Começar de Novo**² (MCN) é um Movimento Social Popular de inclui Pessoas Adultas em Situação de Rua, Pessoas que superaram esta condição, com o apoio solidário de Pessoas que lutam por esta causa.*

“Enquanto participantes deste Movimento, adotamos o diálogo e a cooperação como o nosso jeito de fazer a organização e a luta. Lutamos contra toda e qualquer prática discriminatória que gere dependência e desumanização. Lutamos em favor de relações humanizadoras e emancipatórias, possíveis e necessárias através do trabalho, da moradia, da educação, de uma cultura da justiça.

Somos mais 1.200 em Porto Alegre, mais de 50.000 no Brasil. Perambulantes? Não. Organizados em dezenas de grupos pelas ruas das cidades

¹ O conceito de Pessoas em Situação de Rua refere-se ao “conjunto de populações diversas que circulam pelas ruas e fazem dela seu local de existência e moradia, mesmo que temporariamente” (UFRGS, 2008, p. 13-14, mimeo).

² A passagem de Projeto Começar de Novo, conforme anunciamos na apresentação do nosso projeto de pesquisa, para Movimento Começar de Novo, é decorrência de dois fatores: do ponto de vista político, pela inserção do então Projeto na organização das Pessoas em Situação de Rua em nível regional e nacional, desde que o *fazer* desta iniciativa construiu relações com outros coletivos locais, regionais e como o Movimento Nacional da População de Rua, passando então, a defender esta causa como Política Pública, como direito de todas as Pessoas em Situação de Rua; do ponto de vista metodológico, o Movimento não restringe participação, sendo aberto e acessível a todas as Pessoas em Situação de Rua que desejarem deste fazer parte, independente de quaisquer condicionamentos se encontrarem.

brasileiras, na luta pela vida, formamos o Movimento Nacional da População de Rua, através do qual conquistamos a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, amparada pelo Decreto Federal Nº 7053, de 23 de dezembro de 2009.

Apresentamos, a seguir, uma síntese da nossa história e a proposta que acreditamos seja viável para avançar na política pública municipal de valorização das Pessoas em Situação de Rua, pela qual reforçamos e reiteramos nossa atenção e disposição para:

- A definição de prazos para a viabilização dos espaços formativos propostos no texto anexo.

- A disposição de participar no planejamento, implantação e avaliação da política pública para a população de rua.

- Atenção às ações violadoras dos Direitos Humanos, praticadas por agentes do Estado, em nível municipal e estadual, contra pessoas em situação de rua na cidade de Porto Alegre” (Carta ao Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania³ - FASC - de 22 de dezembro de 2010).

O Movimento Começar de Novo (MCN) se identifica com esta denominação desde julho de 2010. A origem da sua luta, porém é de 2004, por iniciativa de um grupo de pessoas em situação de rua, quando constituíram a Associação dos Catadores Novo Cidadão (ACNC), com sede sob o Viaduto da Conceição, em pleno centro de Porto Alegre.

A iniciativa, que na ocasião também reunia pessoas e instituições de apoio, materializou uma discussão iniciada no ano de 2000 durante o primeiro processo formativo para o trabalho específico voltado para esta população. Este processo, de iniciativa da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio (SMIC), setor de Economia Popular Solidária/Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Fundação Solidariedade (FUNDSOL), deu origem ao Programa de Reinserção na Atividade Produtiva (RAP), ainda em vigor e desde então sob a responsabilidade da FASC.

A iniciativa de 2004 fundamentava-se na organização da população de rua através do trabalho de reciclagem de resíduos sólidos e, deste, para a reivindicação de uma política alimentar de qualidade e de uma política habitacional. Entre a sua fundação e o ano de 2008, a ACNC oscilou em momentos de intensa mobilização,

³ A Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) é o órgão da Prefeitura de Porto Alegre responsável pela coordenação e execução de programas e serviços que promovem direitos e a inclusão dos cidadãos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social.

tendo participado, inclusive, do programa municipal de coleta seletiva de resíduos sólidos e momentos de inatividade por razões organizativas internas.

A organização das Pessoas em Situação de Rua, desde o viaduto da Conceição, tem sido uma espécie de símbolo de resistência pelo enfrentamento realizado em, no mínimo, duas frentes: primeiro, por sua iniciativa político-pedagógica crítica às políticas municipais específicas a esta população; segundo, por sua localização e atividades conflitantes com os interesses da comunidade local. Estas iniciativas foram contra-atacadas com ações de repressão e violência de parte de agentes do Estado, nas esferas municipal e estadual, com mais intensidade no ano de 2008. Entre o medo, a perseguição e a resistência, a resistência culminou com uma denúncia junto à Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. A denúncia e posterior Audiência Pública tornaram pública a violência física praticada por meio de espancamentos da Polícia Militar, o recolhimento de carrinhos e sacos usados no trabalho de cata e repressão da atividade da cata de parte dos órgãos municipais e recolhimento de sacolas, roupas, colchões, cobertores e outros pertences, bem como ações de “higienização” com jatos d’água.

A relação da Cidade com a população de rua pouco mudou, mesmo com a realização de uma Audiência Pública e a criação de um Grupo de Trabalho (GT), coordenado pelo Ministério Público Estadual (MPE), Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos (PJDH), reunindo órgãos governamentais e representantes do Movimento Popular.

Para além do GT, a população de rua criou novos e próprios focos de resistência e organização; manteve a atividade da cata de resíduos sólidos ocupando prédios abandonados da região centro e fazendo uso de abas, calçadas e praças para o exercício da atividade; ocupou parte do prédio de funcionamento do Restaurante Popular⁴ (RP), inicialmente acessado apenas para a refeição almoço e para a reuniões de mobilização de um grupo significativo de pessoas. Cabe também

⁴ São denominados de Populares os Restaurantes criados a partir do Programa Fome Zero visando combater a fome a miséria e possibilitar o acesso a uma refeição diária para populações com deficiência alimentar. Os freqüentadores pagam R\$ 1,00 pela refeição, enquanto uma parceria entre Governos Estaduais e Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social, assegura a diferença nos custos de sustentação, inclusive infra-estrutura e recursos humanos. Em Porto Alegre o Restaurante Popular está localizado à rua da Conceição, 165, centro, atende de segunda a sexta-feira e disponibiliza de 750 a 800 refeições diárias, segundo relatório de dezembro de 2010.

observar que, desde março de 2009, a problematização da Política Pública Municipal de Assistência Social e a formulação de uma Política Nacional, transformaram o espaço do RP em um local de encontros diários, referência de acolhimento, de convivência, de intensos debates e de organização do trabalho.

Os registros de 2009 confirmam uma média de 20 a 25 participantes por encontro. Para além do acolhimento e das relações interpessoais, os encontros tem sido dedicados à retomada da história de vida e da inserção social de cada sujeito, o que se desdobrou em participação, especialmente no processo de estudo e preparação da Conferência Municipal da Assistência Social, plenárias e reuniões do Orçamento Participativo, conferências locais e regionais preparatória à Conferência Nacional de Justiça, Segurança e Direitos Humanos e outros espaços como o Fórum e Leituras Paulo Freire.

Em meio ao processo dialógico com as lutas externas, no interior do Movimento se dá uma espécie de diálogo consigo mesmo, um repensar a vida, desde um olhar consciente e crítico das dramaticidades pessoais, relacionadas às tramas comuns aos iguais, agora companheiros de Movimento.

É deste encontro, de revisitação da existência, de luta e resistência, individual e coletiva, que se configura um desejo, um querer Começar de Novo, expressão de uma possibilidade feita com as próprias mãos, expressão de um *mais*, de um fazer *juntos*, como reforçam as próprias palavras de alguns dos componentes, coletadas durante os encontros:

Aqui é um lugar bom demais, onde a gente pode recuperar o tempo perdido. (EDDS⁵. MCN, 2010).

Começar de Novo é muito importante para nós; nós somos o Movimento. Entre as várias lutas nossas estão as oficinas de trabalho, de estudos de técnicas; através destas teremos uma renda e através da renda conseguiremos adquirir, pagar um espaço e sair das ruas. Eu me encontrava em situação de rua; hoje não mais. As oficinas são uma ocupação (JLC. MCN, 2010).

Cheguei ao Movimento a convite dos camaradas da rua. Comecei a descobrir que rolava política pública, feita por morador de rua, pra todo mundo, desde ter uma casa até correr atrás dos teus direitos. Também, o

⁵ Adotamos o formato letras em MAIÚSCULO para identificação sempre que inserirmos a palavra das pessoas participantes deste estudo, quando a sua participação foi registrada através de depoimentos reunidos em forma de entrevista, seguida de MCN indicando ser participante do Movimento Começar de Novo.

que significa lutar para conseguir um direito, de chegar num lugar; sozinho tu podes ser excluído, mas se chegarem dez pessoas conversando em sintonia, as mesmas falas, as mesmas idéias, pô tem uma pressão bem maior porque são dez organizadas para o que querem (ESR. MCN, 2010).

Como se pode observar, os participantes do Movimento vêm neste uma iniciativa pedagógica de convivência e organização que, no cotidiano, se materializa através de uma diversidade de cuidados e ações; cuidado, pela prática do acolhimento, a convivência, a proteção contra a violência física e psicológica; as ações são desde formação, atividades laborais de geração de trabalho e renda, a participação em fóruns, a formulação de políticas públicas de habitação, trabalho e renda, proteção e assistência social, apropriação dos direitos, orientação alimentar, saúde, alfabetização.

O Começar de Novo, como Movimento Social Popular, pauta o seu fazer educativo e organizativo, por meio de três ações estratégicas:

a) A mobilização através do acolhimento, da formação permanente e da organização do trabalho coletivo e autogestionário;

b) A implantação de um centro de defesa dos direitos humanos para a população em situação de rua, conforme prevê o Decreto nº 7053, que “Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências”;

c) A construção de possibilidades de superação da condição de rua, mediada por uma (nova) Política Pública Municipal específica para população adulta em situação de rua, em processo de elaboração⁶. O MCN compõe o Grupo de Trabalho (GT), formado pelo Poder Público Municipal e Movimentos Sociais das Pessoas em Situação de Rua, responsável pela elaboração e futura implantação da Política Pública Municipal específica.

O Movimento Começar de Novo reúne diariamente para atividades internas de acolhimento, formação e trabalho e é referência pela agregação de pessoas, pela

⁶ Seguindo o que prevê a Política Nacional de Assistência Social – Ministério do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional da Assistência Social, dezembro 2004 – o Projeto Técnico: SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL – Prefeitura Municipal de Porto Alegre / Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC - o Serviço de Abordagem Social “busca trabalhar [...] e construir um atendimento mais integrado à população usuária do sistema Único da Assistência Social – SUAS. Entende-se como um desafio não restringir e segmentar ações voltadas à populações em situação de rua a um serviço específico em um único Nível de Proteção, mas promover o acesso tanto à Proteção Básica quanto à Especial de Média e Alta complexidade, as quais devem capacitar-se para incorporar tal população nas suas ações” (FASC, 2010, mimeo).

participação destas em espaços públicos de debates afins, pela organização social que fomenta e por ser agente viabilizador da superação da condição de rua. No processo o MCN problematiza as situações limite e aponta possibilidades. “Denúncia” e “anúncio” constituem o *quefazer* do Movimento, denunciando ações e estruturas desumanizantes e *anunciando* proposições humanizadoras.

No Movimento é o único lugar, cara, que tu consegue expor tudo o que tu sentes, é o lugar que te ensina as leis, é um lugar que não tem cara diferente, somos todos iguais, as pessoas passam e te cumprimentam; na rua não, as pessoas se escondem pra segurar a bolsa; no movimento a gente vai aprendendo, discutindo sobre a rua, sobre os problemas dali, é um lugar que não só pela alimentação, todos se encontram, sabe? Quando a gente não vai os camaradas falam: ‘não foi ao grupo’; perguntam: ‘vai ao grupo’? É aquele momento que a gente tem pra debater, discutir e abrir as portas do caminho da vida; ali é um lugar que ajuda a gente (VWOB. MCN, 2010).

A “singularidade” antropológico-pedagógica das Pessoas em Situação de Rua, enquanto Pessoas e enquanto Sujeitas proponentes das Políticas Públicas específicas, não somente é reconhecida como é recomendada nas conclusões da pesquisa de Porto Alegre:

É preciso reconhecer uma singularidade que não se reduz à negatividade, criando espaços de interlocução com as pessoas em situação de rua, escuta de suas experiências e atenção para suas demandas; os avanços nas políticas públicas não podem prescindir da participação dos próprios usuários na sua formulação.

Reconhecer a existência social das pessoas em situação de rua pode ser admitir que o rumo das políticas talvez não seja aquele da simples tentativa de superação através de políticas assistencialistas ou de controle social punitivo, mas atenção e, sobretudo, transformação dos complexos processos sociais que as configuram, na sua dramaticidade e luta cotidiana. (Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007).

Assim como o MCN, outras importantes iniciativas em Porto Alegre e em diversas cidades brasileiras deram início e hoje formam o Movimento Nacional da População de Rua⁷ (MNPR). Em Porto Alegre, vale destacar as significativas contribuições do Projeto de Comunicação Jornal Boca de Rua, organizado há dez

⁷ Conferir em: www.falarua.org o Projeto Político Pedagógico, a estrutura organizativa, projetos estaduais e contato com o Movimento Nacional.

anos; do Fórum da População Adulta em Situação de Rua, como tentativa de reunir a diversidade de iniciativas; do Movimento Aquarela, entre outros.

Enquanto articulação em nível nacional, o MNPR se define como:

um movimento social composto de pessoas que vivem ou viveram em situação de rua e que se põem, em movimento, pela conquista dos direitos negados. Em sua concepção política, os movimentos sociais são compostos pelo povo, normalmente excluído de algum direito. Os sem-teto lutam por teto, desempregados por trabalho (www.falarua.org).

Enquanto lutas comuns a toda população em situação de rua, o MNPR compreende que estas não se restringem “ao teto, ao trabalho ou à terra. Há um conjunto de reivindicações provocadas pela violação e negação dos direitos das pessoas que no desespero extremo acabam por ter a rua como único lugar de moradia e sobrevivência, onde as violações dos direitos se intensificam” (idem). Enquanto Movimento Social Popular organizado, o MNPR propõe Políticas Públicas, de responsabilidade do Estado e de Direito das Pessoas em Situação de Rua. “A pessoa que não tem teto, emprego, educação acaba chamando para si a responsabilidade por estar nesta situação. Na verdade, estas são condições mínimas que devem ser garantidas a todos pelo Estado. Não se trata de privilégios, mas de Direitos” (idem). O movimento contribui para tirar “as pessoas de seu isolamento”, recuperando a identidade e a dignidade.

Constatamos que, desde o processo de formação de grupos e projetos locais, as Pessoas em situação de Rua, articuladas como MNPR, reivindicaram, propuseram e participaram da elaboração da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua, expressa pelo Decreto Nº 7.053, referido anteriormente. Esta conquista é, sem dúvida, um divisor de águas na Política Social Brasileira, desde a qual as Políticas Municipais, necessariamente, deverão ser constituídas. A diversidade de grupos organizados, as suas experiências de luta feitas e as conquistas já asseguradas, constituem a pedagogia do Movimento Nacional: “As pessoas organizadas no movimento passam a compreender que não adianta apenas a sua luta individual. Que sua vida não irá melhorar com a conquista apenas do teto ou do trabalho. [...] o MNPR fortalece a população em situação de rua em território nacional e se solidariza com outras lutas” (idem).

Desafiados por este contexto e desde este lugar ambiente, em três anos de convivência, formulamos o **delineamento metodológico** da nossa pesquisa, para a

qual buscamos o suporte na práxis latino-americana e sua tradição de pesquisa crítico-comprometida⁸, política e pedagogicamente: a Pesquisa Participante. Isto equivale dizer que: na perspectiva política, a Pesquisa Participante não se pretende neutra; assume, como ponto de partida e referência, o olhar e a vida dos sujeitos e comunidades oprimidos e oprimidas. Na perspectiva pedagógica, supera a tradição positivista e sua relação sujeito pesquisante-objeto pesquisado; a Pesquisa Participante se constitui como um processo coletivo de problematizações e tomada de consciência, de vivências e lutas, de relações intersubjetivas e diversidades: um caminhar participante (BRANDÃO, 1996).

Segundo Brandão e Streck, já na introdução do livro *Pesquisa Participante: o saber da partilha*, pesquisa é sempre um desafio para “mudar de lugar, mudar o olhar e, se possível, mudar o pensar”, sendo esta a referência, num evidente encontro com o diálogo. Assim, a pesquisa é “partilha”, “participação social”, “construção de saberes e valores” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 08s) e esta identidade a faz dinâmica, aberta, em movimento.

Como ato de conhecer a realidade, a Pesquisa Participante pressupõe uma intencionalidade, que não se resume ao ato puro de conhecer: “o processo de conhecer o mundo anda de mãos dadas com sua transformação” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 09). Esta afirmação, de certa maneira, define a pretensão desta pesquisa: ser uma produção de características acadêmicas e um instrumento de mobilização de uma “Comunidade de vítimas” em seu processo organizativo como sujeitos sócio-históricos de participação política.

A relação pesquisador-pesquisado trás a primeira implicação e diz respeito ao conhecimento e a produção do mesmo. Nesta relação, há de se ter a atenção para evitar a bipolaridade de “*quem conhece X quem não conhece*”, definida por Paulo Freire como relação bancária e por Brandão e Streck como “andar solitário de quem sabe para si [...] um saber não confiável” (2006, p. 12). A Pesquisa Participante é um saber solidário, de “criação coletiva de conhecimento”, superando a oposição

⁸ Para GIBELLINI (2002, p. 383), o pensamento teológico se constitui desde as demandas da identidade histórica das pessoas, “como a teologia latino-americana da libertação parte da experiência histórica de dependência e pobreza, e como a teologia feminista parte da experiência do sexismo machista, assim a teologia negra parte da experiência histórica de escravidão e segregação racial”.

“sujeito-objeto” e desencadeiam processos que geram saberes” e “ações que aspiram gerar transformações” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 12).

Para além de catalizadora de conhecimento, a Pesquisa Participante é “fonte original e insubstituível de saber” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 13), desocultado e produzido no processo organizativo comunitário e do movimento social. E, a “fonte do saber” é a “historicidade do ser e do fazer humano”, nas “tramas” da vida, na relação individualidade-subjetividade, “na relação com outras subjetividades; da complexa inter-relação entre o passado, o futuro e o presente [...] nesta imensa trama que é a sociedade” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 13).

Conforme Brandão e Streck, a pesquisa é uma pedagogia. É um entrelaçamento entre “atores-autores” com diferentes saberes e, diferentes nos saberes, em que um aprende com o outro e através dos outros, solidariamente. Esta implicação tem sua energia propulsora na relação dialógica entre os sujeitos; “a palavra chave não é o ‘conhecimento’, mas é, antes dele, o ‘diálogo’”, que se prolonga entre “grupos e povos”, que tem na “busca do conhecimento de si e da realidade” (2006, p. 12) o desafio e o sonho de transformar as relações mercadológicas em relações de cooperação. A dialogicidade, podemos afirmar, já é uma transformação das relações, pois supera a relação transmissão-recepção; é o “face-a-face” na relação com o outro.

Ainda, nos perguntamos: desde o olhar e das “tramas” da vida das pessoas em situação de rua, que outras implicações terá a prática desta pesquisa? Não há como isentar este trabalho do seu caráter acadêmico e, portanto, de sua responsabilidade científica e política. Quando Brandão retoma o processo da pesquisa participante na América Latina, também recupera o que ele mesmo identifica como “um dos princípios mais consensuais (...) de que a ciência nunca é neutra e nem objetiva” (2006, p. 24). Que implicância tem este princípio para a pesquisa?

... a confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição da sua prática na procura coletiva de conhecimentos que tornem o ser humano não apenas mais instruído e mais sábio, mas igualmente mais justo, livre, criativo, participativo, co-responsável e solidário. Toda a ciência social de um modo ou de outro deveria servir à política emancipatória e deveria participar da criação de

éticas fundadoras de princípios de justiça social e de fraternidade humana (BRANDÃO, 2006, p. 24).

A afirmativa do professor Brandão exige deste trabalho uma postura de denúncia e anúncio, como instrumento e voz das pessoas participantes. Exige identificar e denunciar práticas e estruturas desumanizadoras, que se pretendem neutras. Exige contribuir para que cada sujeito, na sua individualidade e como sujeito coletivo organizado, faça ciência investigativa, uma ciência do cotidiano, empírica e crítica, desde o seu lugar, do seu olhar, da sua vivência, das suas necessidades e direitos. Que a investigação não se reduza a conhecer para “promover” ou para “desenvolver” algo, mas para transformar o todo nesse “algo”. “[...] conhecer para formar pessoas populares motivadas a transformar os cenários e não apenas para resolver alguns problemas locais restritos e isolados” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 45).

E, como implicância deste trabalho, buscamos emprestada a afirmativa do professor Danilo Streck, de que a pesquisa é um “pronunciar o mundo” no “encontro com o óbvio”⁹ (2006, p. 259 – 264).

O óbvio nos encontra nas ruas, nas salas de aula, nas rodas de conversas, sempre que estejamos dispostos a um tipo de escuta em que deixamos cair nossas defesas e barreiras, quando abandonamos a posição daqueles que já sabem e que imaginam ter de enfiar cada pedaço do mundo e da experiência em determinado lugar ou lhe colocar uma etiqueta (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 265).

Neste encontro com o óbvio cabe ao pesquisador escutar intensa e impacientemente, com curiosidade. Óbvio e mundo se encontram a partir do lugar da pesquisa: a rua. Mais uma exigência aqui: escutar a *pronúncia do óbvio* vinda da rua, lugar desde onde o sujeito desta pesquisa o pronuncia.

Desvendar seus mecanismos, denunciar suas inconsistências, propor leituras alternativas, concretizar propostas, sem cair na armadilha que exige soluções contrastadas, absolutas, carentes de risco, porque não existem, porque as que eles postulam não reúnem tampouco aquelas exigências. Trata-se de reivindicar, uma vez mais, *a pesquisa teórica e empírica, o direito irrenunciável a experimentar que permitiu à humanidade avançar ao*

⁹ O professor Danilo garimpa esta definição por ocasião de sua pesquisa junto ao processo de mobilização e organização do Orçamento Participativo no Estado do Rio Grande do Sul, 1999 – 2002, ao se referir às falas do povo: “às vezes, o povo fala coisas tão simples que é difícil de entender” (BRANDÃO e STRECK, 2006, p. 265); o simples é óbvio.

longo de sua história (MARTINEZ, 2000, p. 358, in ARRUDA, 2006, p. 142; grifo de ARRUDA).

Na relação sujeitos de luta e pesquisador, esta pesquisa pretende dar início à descrição da realidade e identificar e potencializar relações dialógicas, intersubjetivas dos diferentes sujeitos sociais, apontando estratégias que pretendem auxiliar na percepção do quanto o Movimento Social organizado supera práticas tradicionais assistencialistas, de submissão e dominação, e constrói vivências e práticas de Cooperação e Solidariedade, como uma cultura libertária. Com esta compreensão, necessariamente a pesquisa precisa ser um processo de construção coletiva, de expressão de vivências e sonhos, *do* e *com* o Movimento e, neste sentido, buscamos uma confluência de idéias entre o presente texto e o apresentado como projeto de pesquisa.

Na formulação do nosso **problema**, consideramos que, tomando como referência estudos acadêmicos, políticas e programas, nota-se certo consenso quanto ao fenômeno “em situação de rua”, identificando-o “como um espaço de relações sociais e simbólicas” (GEHLEN, 2008, p. 20), sobre o qual recaem interrogações que abarcam desde as causas que o originam, o seu significado e as possíveis estratégias de superação. Afinal, tal “modo de vida” pode ser relacionado a uma opção consciente, de aspiração à liberdade? Será um modo de vida indesejado, imbricado diretamente às tramas sócio-econômicas da estrutura social? Para além da dramaticidade, que aprendizagens propicia a cada indivíduo e, como estas poderão se constituir em trajetória coletiva, como reação e luta cooperativa e solidária? Qual o papel, e mais, a responsabilidade conjunta da Sociedade e do Estado frente às origens deste crescente fenômeno e as necessárias intervenções em vista a superação? Tais questões se constituem em problematizações de estudos e pesquisas continuados que, com certeza, não se esgotam em um único estudo de dissertação com este.

No que tange aos **objetivos**, desde o projeto, estão assim formulados:

a) Problematizar os dramas, as tramas e as manhas de resistência dos sujeitos participantes do projeto Começar de Novo, a partir das atividades e ações coletivas, realizadas a base da Cooperação e da Solidariedade no interior deste espaço bem como de outros espaços sociais.

b) Descrever e analisar os espaços político-pedagógicos constitutivos de saberes e relações de cooperação e solidariedade, especialmente o projeto Começar de Novo e o Fórum da população Adulta em situação de Rua.

c) Identificar e analisar os processos que emergem a partir dos vínculos da população de rua com o Projeto Começar de Novo, entre os próprios sujeitos e destes para com outros sujeitos sociais (ressaltamos aqui a mudança de Projeto Começar de Novo para Movimento Começar de Novo, já referida, já referia na página 11).

d) Relacionar as situações limites e possibilidades locais ao contexto global, a partir do diálogo com os autores referenciais desta pesquisa.

e) possibilitar que a pesquisa acadêmica, no processo de sua realização, sirva de instrumento de mobilização e organização de uma “comunidade de vítimas”, enquanto sujeito sócio-histórico com participação política cooperativa e solidária.

f) Iniciar uma aproximação crítico-reflexiva da pedagogia freireana com as Pessoas em Situação de Rua, no contexto desta pesquisa, tomando como referência as categorias desumanização-Humanização e o saber de experiências feito, desde os quais problematizar os condicionamentos desumanizantes e evidenciar a vocação histórica-ontológica humanizante de Cooperação e Solidariedade.

Considerando o exposto, passamos a explicitar, então, os **procedimentos metodológicos** através dos quais buscamos averiguar à cerca do nosso problema de pesquisa, bem como dar materialidade aos objetivos e, assim, reunir o conteúdo necessário à elaboração do corpo do trabalho. Já enfatizamos que este trabalho é um encontro necessário e método-metodológico entre vivências e sonhos *do* e *com* o MCN e a pesquisa acadêmica. Este é o primeiro procedimento metodológico.

Destacamos, também, a adoção de uma entrevista semi-estruturada, aplicada junto a 134 pessoas, a partir de um formulário composto de vinte e oito questões, descritas com o respectivo conteúdo no ponto 1.3 da primeira seção.

Um terceiro procedimento aplicado, no formato de entrevista gravada, desde quatro questões, aplicado em três níveis diferenciados: entrevista individual,

entrevista em grupos de cinco pessoas e debates abertos no coletivo do MCN. O conjunto das entrevistas foi transcrito e o seu conteúdo impresso e apresentado aos autores, os quais revisitaram o teor e passaram a propor ajustes de linguagem e forma, bem como a dar coerência lógica às idéias. Assim, o seu conteúdo, que se encontra inserido da Introdução à Conclusão, em especial na terceira seção, é resultado de um longo trabalho de fala, escuta, debate, leitura, re-elaboração, com o propósito de transformá-lo, em breve, numa produção própria em sua íntegra.

Por fim, e em fim, para além da introdução este trabalho está estruturado em três seções, conclusão e referenciais.

Através da primeira seção apresentamos o contexto sócio-antropológico foco da nossa pesquisa: As Pessoas em Situação de Rua. O fazemos em três níveis: no contexto brasileiro, visitando os principais e mais recentes estudos deste fenômeno, descrevendo as principais características; o contexto geral de Porto Alegre, abordado desde o mais recente estudo realizado em 2007, publicado em 2008, pela FASC/UFRGS, conforme referência e; o contexto particular do Movimento Começar de Novo. Um olhar em três níveis nos possibilita fazer certas aproximações comparativas, ressalvadas, porém, as disparidades metodológicas, os tempos e contextos.

Na segunda seção buscamos um olhar crítico-sistêmico para compreender, desde o qual, o nosso problema de pesquisa, relacionado à macroestrutura social. O fazemos desde três leituras: da análise de Enrique Dussel, que percorre o Sistema-mundo, das origens ao princípio Libertação; da análise de Marcos Arruda, percorrendo a relação: Pessoa humana-Educação-Trabalho, denunciando a insustentabilidade do ambiente planeta e anunciando a Cooperação e a Solidariedade como possíveis e necessários princípios de um novo sistema de relações Homem-Educação-Trabalho-Cosmos; concluímos com o apoio de vários estudiosos do nosso problema, desde um olhar específico, tomando as relações de trabalho como chave de leitura do fenômeno em estudo, portanto, o pressuposto de que cada Pessoa em Situação de Rua é um Trabalhador(a) em Situação de Rua.

Já na terceira seção, buscamos iniciar uma aproximação entre as Pessoas em Situação de Rua e a pedagogia freireana. De Freire e sua história e suas

experiências, a perspectiva do *ser mais*. Das Pessoas em Situação de Rua, os saberes de experiência feitos, entre dramas, tramas e manhas, desde a rua e o Movimento Começar de Novo. Para esta aproximação, nos referenciamos na contradição Desumanização-Humanização que, para além de categoria de análise, é critério, é princípio, pano de fundo, de meio e horizonte, é a própria estrutura filosófica da obra freireana. Para isso, tomamos como ponto de partida e referência os saberes de experiência feitos, a experiência da existência das Pessoas em Situação de Rua, relacionando: Humanização e (des)velamento, Humanização e falsa generosidade, Humanização e violência, Humanização e autodesvalia, Humanização, ser mais e o fazer do educador humanista: um desafio para o educador popular. Concluimos a seção com: Das Manhas à Cooperação e à Solidariedade, uma problematização necessária, desde o *quefazer* do Movimento Começar de Novo, em particular, até a tão desejada Humanização, sempre desafio, mas também muito próxima quando buscada em Cooperação Solidária, em Comunhão e Co-laboração, no fazer juntos, com os outros, em Movimento, em Marchas.

A título de conclusão, reunimos um pouco do processo, como aprendizagens e apontamentos em vista da continuidade, deste e de novos estudos. Apresentamos, também, nossas referências de pesquisa.

A você, boa leitura e aceitamos a sua crítica, necessária para continuar aprendendo.

1 - AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E O SEU EM TORNO.

O fenômeno “população em situação de rua¹⁰”, no Brasil, passou a ocupar o debate na perspectiva de intervenções públicas somente na segunda metade do século XX, com o aporte de pesquisas específicas. Tais pesquisas dão existência oficial a esta população, visto que os censos nacionais baseados no critério domiciliar não visualizam e, portanto, não reconhecem a existência destes grupos sociais (GEHLEN, 2008, p. 17).

Já na década de noventa do século passado as primeiras iniciativas da organização social popular desta população, inicialmente na sua gênese organizada na condição de catadores de materiais recicláveis. A luta, no mesmo período, faz resistência às práticas violentas de extermínio de Pessoas em Situação de Rua, freqüentes em grandes cidades¹¹. Uma organização de resistência que nasce na década de noventa é o Movimento Nacional dos Catadores de Resíduos Sólidos (MNCRS) que reúne uma significativa parcela de Pessoas em Situação de Rua. É justamente no interior do MNCRS que o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) é gestado. Criado em 2004, como Movimento social Popular, passa ser agente político aglutinador e propositor de Políticas Públicas específicas.

¹⁰ Historicamente estas populações receberam diferentes classificações e imagens sociais, como: fora do lugar, bons pobres, maus pobres, vagabundos de primeira linha, sem abrigo, sem teto, sem domicílio fixo, morador de rua, pessoas em situação de rua. Cf. GEHLEN 2008, p. 16 e ss.

¹¹ Ato relembra morte de moradores de rua no Centro de SP (...) uma manifestação para marcar os quatro anos da morte de sete moradores de rua no Centro de São Paulo. O ato acontece na Praça da Sé, no Centro da capital. Segundo a organização, cerca de 400 pessoas participam da manifestação, que é pacífica. Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo>, 19 de agosto de 2008.

1.1) As Pessoas em Situação de Rua no Contexto Brasileiro¹².

Em setembro de 2005 foi realizado o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, evento que discutiu em conjunto com os movimentos sociais representativos desse segmento “os desafios, as estratégias e as recomendações para a formulação de políticas públicas nacionalmente articuladas, específicas para essa população” (Meta/MDS, 2008). A iniciativa é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), esferas governamentais que assumiram o compromisso de elaborar as políticas.

O encontro definiu como ação prioritária, entre outras estratégias, pela realização de estudos quantiquantitativos¹³ que mostrassem a caracterização socioeconômica da população em situação de rua, base orientadora na elaboração e implementação de políticas públicas. Assim, no período de agosto de 2007 a março de 2008 foi realizada a Pesquisa Nacional através do Instituto Meta, materializando um acordo de cooperação entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O universo pesquisado abrangeu 71 cidades brasileiras, sendo 48 municípios com mais de 300 mil habitantes¹⁴, mais 23 capitais independentemente de seu porte populacional e focou exclusivamente pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo em situação de rua. É relevante observar que quatro capitais não participaram deste processo: São Paulo, Belo Horizonte e Recife que haviam realizado pesquisas semelhantes em anos recentes e Porto Alegre que realizava uma pesquisa de iniciativa municipal no mesmo período.

Em números totais o estudo nacional identificou um contingente de 31.922 adultos em situação de rua. Há de se considerar que, embora a expressividade dos dados quantitativos, esse contingente não demonstra a totalidade da população

¹² Fonte: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008.

¹³ A população em situação de rua não é incluída nos censos demográficos brasileiros, e de outros países, fundamentalmente porque a coleta de dados dos censos é de base domiciliar.

¹⁴ Projeção dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE). Estimativa intercensitária para o ano de 2004 (MS/SE/DATASUS).

nessa condição social. Isto porque, numa composição geral, somados os resultados dos estudos de São Paulo¹⁵, Belo Horizonte¹⁶, Recife¹⁷ e Porto Alegre¹⁸, os números serão consideravelmente mais elevados, muito embora, pelo fato de as pesquisas terem sido realizadas em momentos distintos e seguindo metodologias diversas, de certa forma limita projetar números exatos adotando apenas o somatório numérico das diferentes pesquisas.

O estudo, definido com Primeira Pesquisa Nacional sobre a População em situação de Rua, foi precedido de um processo preparatório definido de “pré-campo”. O processo consistiu da realização de oficinas com a participação de Secretarias Municipais de Assistência Social, do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), do Fórum Nacional de Secretários de Estados de Assistência Social (Fonseas) e dos movimentos sociais que defendem os direitos da população em situação de rua, entre os quais, o Movimento Nacional da População de Rua e a Pastoral do Povo da Rua.

Em nível local, as cidades selecionadas se prepararam por meio de um conjunto de ações, tais como: articulação com as entidades que trabalham com esta população, mapeamento de instituições (albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio, centros de convivência, igrejas, hospitais e clínicas), rastreamento e mapeamento das ruas da cidade visando identificar pontos de pernoite e elaboração dos roteiros de percurso das equipes de campo.

O levantamento de campo foi censitário, através da aplicação de questionário com 19 perguntas, e amostral, um questionário com 62 perguntas. Uma amostra de

¹⁵ O estudo “Estimativa do Número de Pessoas em Situação de Rua da Cidade de São Paulo em 2003”, contratado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São Paulo, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), estimou que, em 2003, o número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo era de 10.399. Segundo o censo mais recente, também feito pela FIPE entre novembro e dezembro de 2009, contratado pela mesma Secretaria e publicado em 01/06/2010, 13.666 pessoas vivem sob marquises, viadutos e em albergues, um número 57% maior que há dez anos. Fonte: <http://www.nossasaopaulo.org.br/portal/node>, 18 de janeiro de 2011.

¹⁶ O “2º Censo da População de Rua de Belo Horizonte”, realizado em 2005, estimou que a população adulta em situação de rua era de, aproximadamente, 916 indivíduos. Somando-se a esses indivíduos o total de crianças e adolescentes que estavam sob sua responsabilidade na rua, atingiu-se o total de 1.164 pessoas.

¹⁷ Na pesquisa “Censo e análise qualitativa da população em situação de rua na cidade do Recife” realizada em 2005, estimou-se que o contingente de pessoas em situação de rua nesse município era de 1.390. Desse contingente, 888 eram adultos.

¹⁸ Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 - FASC/ UFRGS.

10,4% foi selecionada utilizando a técnica de amostragem probabilística sistemática, para medir, da forma mais aproximada possível, o tamanho e as opiniões da população estudada. O trabalho foi conduzido em períodos noturnos, com a população acomodada junto aos espaços de pernoite mapeados e teve a participação de pessoas em situação de rua, ex-moradores de rua e educadores sociais, o que contribuiu significativamente, alcançando uma taxa de recusa de apenas 13,4% da população.

A definição “pessoas em situação de rua”, nesta pesquisa, é atribuída àquelas pessoas vivendo em calçadas, praças, rodovias, parques, viadutos, postos de gasolina, praias, barcos, túneis, depósitos e prédios abandonados, becos, lixões, ferro-velho ou pernoitando em instituições como albergues, abrigos, casas de passagem e de apoio e igrejas. Os números totais da pesquisa apontam um contingente de 31.922 pessoas, equivalendo a 0,061% da população das cidades pesquisadas. Do total das entrevistas, 27,5% responderam às questões no interior de instituições de assistência e 72,5% responderam em locais caracterizados como rua, calçadas, praças, parques, viadutos, entre outros. Vejamos a seguir algumas características destas constatações.

No que se refere às **características gerais** do estudo apresenta-se que entre os limites e possibilidade de um estudo desta abrangência estão, por um lado, a possibilidade de identificar, descrever, definir características gerais, comuns no universo da pesquisa, o que poderíamos definir como “perfil”; por outro, os limites colocados pela abrangência nacional, pelas características específicas regionais e locais a, ainda, pela trajetória particular de cada um dos sujeitos. Identificados estes limites, um estudo desta envergadura, precisa definir elementos, características que venham compor uma unidade mínima ao estudo e que possibilite demonstrar resultados definidos como características gerais.

Desde as **características socioeconômicas** das Pessoas em Situação de Rua, no contingente de 31.922 pessoas, há a predominância masculina de 82%, enquanto que 53% possuem entre 25 e 44 anos. Da população entrevistada, 74% sabe ler e escrever, 17,1% não sabe escrever e 8,3% apenas assina o próprio nome. Por outro lado, a imensa maioria não estuda atualmente (95%) e apenas

3,8% afirmaram estar fazendo algum curso, sendo 2,1% o ensino formal e 1,75 o profissionalizante.

Escolaridade	F	%	%a
Nunca estudou	4.175	15,1	15,1
1º grau incompleto	13.385	48,4	63,5
1º completo	2.854	10,3	73,8
2º grau incompleto	1.045	3,8	77,6
2º grau completo	881	3,2	80,8
Superior incompleto	190	0,7	81,5
Superior completo	194	0,7	89,9
Não sabe / não informou	2.136	7,7	89,9
Não informado	2.787	10,1	100
total	27.647	100	

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008, tabela 1, População em situação de rua segundo escolaridade.

Quando o estudo busca a caracterização pelo critério raça/cor, 39,1% das pessoas declararam-se pardas, proporção semelhante à do conjunto da população brasileira, que é de 38,4%. Os que se declararam brancos somam 29,5% e pretos 27,9%. Assim, a proporção de negros (pardos somados a pretos) é substancialmente maior na população em situação de rua. A maioria, 52,6%, recebe entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, revelando níveis de renda significativamente baixos.

No momento da entrevista, quando perguntadas pelas relações com parentes, 51,9%, isto é, 16.570 pessoas declararam possuir algum parente na cidade onde se encontram, enquanto 38,9%, declarou que não mantém contato e outros 14,5% mantém em períodos espaçados de dois meses a um ano. Dos que mantém relação com o grupo familiar, 39,2% a consideram muito boa e 29,3% atribuem valoração de ruim ou péssima. O contato com parentes residentes em outras cidades é mantido por 23,1%.

No que tange às **trajetória na rua**, as constatações são impressionantes. Morar e viver na rua é atribuído a três razões: a rua é conseqüência de problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%), desemprego (29,8%) e desavenças com familiares (29,1%). Um desses três motivos foi citado por 71,3% dos

entrevistados, podendo os mesmos estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro.

Grande parte da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra, ou de locais próximos, não sendo decorrência de deslocamentos ou da migração campo/cidade. Dos entrevistados, 72% vieram de áreas urbanas; 45,8% sempre viveram no município; 56% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual.

A maioria dos entrevistados, isto é, 59,9%, viveu sua vida em até três cidades, enquanto que 11,9% viveu em seis cidades ou mais indicando um comportamento de deslocamentos freqüentes, que se convencionou denominar como de “trecheiro”. Dos que já moraram em outra(s) cidade(s), 60,1% não dormiam na rua ou em albergue na cidade anterior. Entre as que já moraram em outra cidade, 45,3% se deslocaram a procura de oportunidades de trabalho. O segundo principal motivo do deslocamento é atribuído a desavenças familiares (18,4%).

Quando o estudo visa identificar o **acesso às políticas públicas**, os dados são preocupantes. A relação população de rua-albergue é relativamente baixa se consideramos que a maioria, 69,6% , costuma pernoitar na rua, mesmo sob o risco. Um número reduzido, apenas 22,1%, afirma pernoitar em albergues ou outras instituições, enquanto 8,3% dizem alternar rua-albergues. Do total de 31.922 pessoas entrevistadas, 15.450 (48,4%) vivem em situação de rua há mais de dois anos, pernoitando nas ruas ou em albergues, sendo que 30,4% permanecem nestes de 1 até 6 meses.

A busca pelo albergue é motivada pelo medo da violência nas ruas por 69,3% das pessoas entrevistadas, enquanto que 45,2% alegam o desconforto como motivação. Já entre as pessoas que preferem a rua para pernoitar, apontam a falta de liberdade, a rigidez nos horários e a proibição do uso de álcool e drogas, ambos relacionados a restrição à liberdade, como os principais motivos para não dormir em albergues.

No que se refere ao **trabalho e à renda**, os estudos mostram que a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores. São 58,6%, ou seja, 18.700 pessoas, os entrevistados que afirmaram ter alguma profissão. Entre as profissões mais citadas destacam-se aquelas ligadas à

construção civil, 27,2%, ao comércio, 4,4%, ao trabalho doméstico, 4,4% e à mecânica, 4,1%.

Das 31.922 pessoas entrevistadas, 22.633, 70,9%, declaram exercer alguma atividade remunerada; as ocupações laborais mais citadas são: a catação de materiais recicláveis exercida por 27,5%, flanelinha e cuidador de carros 14,1%, construção civil 6,3%, limpeza 4,2% e carregador/estivador 3,1%. Os níveis de renda, contudo, são baixos, visto que 52,6% recebem entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais, o que equivale, em média, a 1/8^o do salário mínimo de março de 2008 ao mês.

Contudo, a predominância dos trabalhos realizados situa-se na economia informal, pois apenas 1,9% dos entrevistados afirmaram estar trabalhando com carteira assinada. A informalidade no trabalho não configura uma situação ocasional, visto que 47,7% (15.230) dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada e entre aqueles que já trabalharam 50% o fizeram há mais de cinco anos. Ainda como atividade de sobrevivência, uma minoria, 15,7%, achaca. Esses dados desmistificam o imaginário de que população de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”.

Outro aspecto relevante da análise diz respeito ao **acesso à alimentação, serviços e cidadania**. Para a maioria das pessoas entrevistadas, equivalente a 79,6%, é possível fazer ao menos uma refeição por dia, mas 19% não conseguem, enquanto 27,4% das pessoas compram comida com seu próprio dinheiro, o que significa dizer que a maioria depende de terceiros. As que afirmam comprar são 27,4%, o que equivale dizer que a maioria depende de terceiros para se alimentar, se somados os percentuais das que não compram seu alimento.

Os entrevistados que afirmaram ter algum problema de saúde são 29,7%. Os problemas mais citados são: hipertensão (10,1%), problema psiquiátrico/mental (6,1%), HIV/Aids (5,1%) e problemas de visão/ cegueira (4,6%). Dos entrevistados, 18,7% fazem uso de algum medicamento e contam com os postos/centros de saúde como principais vias de acesso a esses medicamentos (48,6%).

Quanto à posse de **documentação**, a realidade é a seguinte: do universo entrevistado nas 71 cidades brasileiras, 21,9% possuem todos os documentos de identificação mencionados na pesquisa. Outras 24,8% não possuem quaisquer

documentos, o que dificulta a obtenção de emprego formal, o acesso aos serviços e programas governamentais e o exercício da cidadania.

Tipo de documento	%*
Carteira de identidade	58,9
Certidão de nascimento/casamento	49,5
CPF	42,2
Carteira de trabalho	39,7
Título de eleitor	37,9
Sem documento algum	24,8
Todos os documentos	21,9

Fonte: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008, tabela 2, População em situação de rua segundo posse de documentos de identificação.

Quando a entrevista foca a relação desta população com **programas governamentais**, as respostas confirmam que a grande maioria da população de rua não é beneficiada, resposta apresentada por 88,5%, equivalente a 28.250 num total de 31.922. Entre os beneficiados, 3,2% recebem aposentadoria, 2,3% o Programa Bolsa Família e 1,3% o Benefício de Prestação Continuada.

E a **participação em movimentos sociais e cidadania**, como está? A pesquisa de abrangência nacional mostra que a grande maioria, 95,5% não participam de qualquer movimento social ou atividade de associativismo. Somente 2,9% confirmaram participação em movimento social ou associação. A maioria, 61,6%, não exerce o direito de cidadania elementar que é o voto para a escolha dos representantes parlamentares e dos executivos governamentais, uma vez que não possui título de eleitor.

Como se pode observar, mesmo diante de uma apresentação descritiva resumida como esta, os limites aos quais estão condicionadas, as Pessoas em Situação de Rua compõem um contexto sobre o qual devam recair atenções objetivas de micro e macro dimensões, tanto do Estado quanto da Sociedade Civil organizada e, possível e especialmente, da própria População, sendo esta sujeita não somente de estudos, análises, constatações, mas proponente quanto ao *que fazer*. A crescente elevação quantitativa de pessoas nesta condição, sem dúvida, é uma evidência de que as dimensões deste fenômeno não se limitam a níveis regionais, mas nacionais e, porque não, mundiais.

1.2) As Pessoas em Situação de Rua na cidade de Porto Alegre.

Em Porto Alegre, no período de julho de 2007 a julho de 2008, a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul¹⁹ (UFRGS), através do Laboratório de Observação Social (LABORS), realizou quatro estudos²⁰ quanti-qualitativos das populações em situação de rua, quilombolas e indígenas. O estudo buscou aprofundar a compreensão destes grupos sociais tendo por referência os “elementos que compõem sua formação histórico-antropológica, a identificação dos principais locais de agrupamento na cidade e seus respectivos dados étnicos e sócio-econômicos” (GEHLEN, 2008, p. 06).

O estudo, de Porto Alegre (GEHLEN, 2008. p. 34 – 70) entrevistou 1203 (um mil, duzentos e três pessoas), sendo 81,8% homens e 18,2 mulheres. Do total de entrevistados 237 estão na faixa etária de 18 a 24 anos, 361 entre 25 a 34, 266 entre 35 a 44 anos, 263 entre 45 a 59 e 39 com mais de sessenta anos de idade. Vejamos algumas características introdutórias. Das pessoas pesquisadas, 97,8% foram as próprias responsáveis pelas informações prestadas.

Neste universo, podem ser identificadas **características** gerais e específicas, como as do quadro abaixo.

Sexo masculino			81,8%
Sexo feminino			18,2%
Faixa etária	18 a 24 anos	237	19,7%
	25 a 34 anos	361	30,0%
	35 a 44 anos	266	22,1%
	45 a 59	263	21,9%
	60 ou mais	39	3,1%
Total		1203	100%

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 - FASC/ UFRGS.

¹⁹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

²⁰ Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH – Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PREF POA – Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. A pesquisa definiu como objetivos referenciais e norteadores: “recensar e mapear os locais de utilização da população de adultos em situação de rua de POA, assim como conhecer as suas especificidades de formação antropológica (dados étnicos, sócio-econômicos e culturais, estratégias de trabalho e geração de renda, formas de sociabilidade, identidade e representações sociais, formas de relação com instituições e demandas para as políticas públicas)”. Os dados empíricos foram levantados no período de 28/11/2007 até o dia 23/12/2007.

Das características específicas que constituem a identidade desta população destacamos 8 (oito) aspectos relevantes para o propósito de observação.

Do universo pesquisado, 341 (28,3%) informou ter **morado em Porto Alegre** desde que nasceram e, apenas, 22,2% afirmaram estar morando na cidade há até cinco anos, dentre os quais metade há menos de um ano, conforme quadro abaixo.

Tempo	Freqüência	%
Há menos de 1 ano	139	11,6
Entre 01 a 05 anos	128	10,6
Entre 05 a 10 anos	93	7,7
Entre 10 e 20 anos	129	10,7
Há mais de 20 anos	262	21,8
Desde que nasceu	341	28,3
Não lembra	6	0,5
Não responderam	105	8,7
Total	1203	100

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 - FASC/ UFRGS.

Já a **escolaridade e leiturção** da população estudada é semelhante à média da população da cidade, com menos de 6% de analfabetos; 78,5% sabem ler e escrever, 16% nunca freqüentaram a escola e 46,4% freqüentou de forma incompleta o ensino fundamental. Há um percentual significativo, 6%, que concluiu o Ensino Médio e 2,6% que ingressou no nível superior, sendo que 0,7 o completaram.

No que diz respeito ao **pernoite** ou locais e situações de repouso, 35% dos entrevistados declararam pernoitarem em instituições como albergues, abrigos, hotéis e outros, enquanto 60% pernoitam em lugares de risco ou improvisados como ruas, calçadas, praças, embaixo de pontes e viadutos. Outros declaram locais diversos.

A dimensão das **relações familiares** chama a atenção pela sua diversidade. Contatam a família diariamente apenas 8,4%, enquanto 19,3% a contatam semanalmente; 15,4% declararam manter contato mensal e 17,5% dizem não ter visto seus familiares há mais de um mês e menos de um ano. Não tem contato com familiares há mais de um ano 12,6%, enquanto 24,5% afirmam ter perdido o contato com parentes há mais de cinco anos.

Quando o estudo foca as relações de **trabalho e renda** revelam-se informações que vão desde a história de vida e de trabalho de cada pessoa, as atividades laborais como meios de sobrevivência e a compreensão de como encara o futuro como trabalhador. Dos entrevistados, 81% afirmaram possuir uma profissão; as mais citadas foram a construção civil, a vida doméstica e os serviços gerais. No entanto, apenas 19,7% disseram estar exercendo atividades coerentes com a sua qualificação profissional; os demais declaram motivos para tal não ocorrer, sendo os principais: não acha trabalho por falta de empregos no ramo, 23,4%; não tem documentos, 13,5%; está ou ficou doente e não pode mais trabalhar, 11,4%; é discriminado em função de estar em situação de rua, não tem roupa adequada, carrega suas coisas consigo são 10,2%. Com relação ao regime de trabalho, 5% declararam trabalhar com carteira de trabalho e previdência social assinada, 32,2% nunca trabalharam com esta vinculação e 57,3% já trabalhou formalmente.

Ainda vinculado ao mundo do trabalho, às atividades laborais e a remuneração um quadro da declaração chama a atenção.

Equivalente a Salários Mínimos	Valor	%
Até ½	190,00	28
Mais ½ a 01	191,00 a 380,00	27
Mais de 01 a 1,1/2	381,00 a 570,00	24
Mais de 1,1/2 a 02	571,00 a 760,00	8
Mais de 02 a 03	761,00 a 860,00	5
Mais de 03 a 04	861,00 a 1.520,00	5
Mais de 04	Mais de 1.520,00	3

Fonte: Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 - FASC/ UFRGS.

As atividades laborais exercidas para a sobrevivência tendem a concentrar-se em atividades autônomas e de pouca estabilidade como catação de materiais recicláveis, atividade de 22,9% do universo pesquisado, guarda e lavagem de carros para 12,3% e pedir para 15%.

A amostra também estudou o que são os principais **riscos** à vida e à cidadania para essa população. A saúde é o principal risco, apontando a dependência química, a saúde bucal e as dores no corpo como os principais problemas. Os riscos de estar na rua são o segundo principal problema, expressado pelo medo de ser morto, assassinado ao dormir e não acordar (21,7%), ser agredido (14,1%) e medo da polícia, ser agredido e preso (12,6).

Ainda quanto à questão riscos na relação com a cidade ou com a população de Porto Alegre, aparecem o preconceito e a discriminação e o insulto moral com expoentes: 72,8% declaram que a população porto-alegrense trata com desconfiança, 68,8% com preconceito, 64,1% com medo e 44,2% com respeito. Um terceiro risco identificado é com a falta de reconhecimento social explicitado pelo preconceito de ficar em lugares públicos (45%), entrar em transporte coletivo (40,1%) e entrar em estabelecimentos comerciais (27,5%).

Neste mapa dos riscos há uma revelação de verdadeiras fronteiras sociais que estabelecem critérios de diferenciação entre cidadãos no acesso ao próprio espaço público, numa negação frontal à própria existência das pessoas entrevistadas: falta de reconhecimento e consideração.

O estudo também buscou saber como esta população se define nesta condição de vida, apresentando a seguinte pergunta: **o que é ser morador de rua?** As manifestações dão conta de que a grande maioria (64,3%) demonstra sentimentos de constrangimento, impotência e desgosto face a essa situação. Outras respostas de valoração positiva e ou normalidade, revelam uma visão como algo positivo com sentimento de autonomia, liberdade, solidariedade, fraternidade, possibilidade de refletir sobre o mundo, foram apresentadas por 16,6% dos entrevistados. Comentários que ora projetam para a sociedade, ora introjetam para si a culpa dessa condição, apontando vantagens e desvantagens dessa forma de vida, foram emitidas por 3,7%, enquanto 1,6% consideram a situação de rua como transitória. Dos entrevistados 65,7% se consideram como morador de rua, 31,7 não e outros não responderam.

Com relação à perspectiva de **futuro** e projeto de vida que espera realizar, revelações que apontam os verdadeiros caminhos pelos quais as ações devam trilhar com essa população. A saída da rua é pretendida por 55,9%, alternativa a ser construída através da “volta para a família”, “a conquista da casa”, “a conquista de emprego/trabalho”. Das manifestações, 13,5% diz respeito a outros projetos, 23% expressam a perda da expectativa no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro, enquanto 11,1% mostra percepção de impossibilidade de planejamento e condução do futuro.

Outra característica relevante constatada no estudo de Porto Alegre diz respeito à relação com **Movimento Social**, no sentido de conhecimento e participação em fóruns, grupos e instituições de promoção e proteção de direitos.

O projeto de comunicação Jornal “Boca de Rua”²¹ é conhecido por 47,9% das pessoas entrevistadas, identificando-se pelo conteúdo e pela participação na elaboração de matérias. O Orçamento Participativo²² figura como o segundo espaço de participação mais lembrado (37%), seguido pelo Grupo de Apoio e Prevenção à Aids²³ (GAPA), conhecido por 33% das pessoas entrevistadas. Já com perfil de MS, os espaços mais lembrados são o Grupo Realidade de Rua (ligado ao jornal boca de Rua) e o Fórum das Pessoas Adultas em Situação de Rua²⁴ e são espaços com “vinculação direta com a singularidade da experiência das pessoas em situação de rua, o que torna compreensível sua maior citação” (GEHLEN, 2007, p. 54).

Ainda segundo GEHLEN, 2007, a tarefa de “**humanização**” do atendimento coloca-se como imprescindível; trata-se de uma população da cidade, o que se expressa visivelmente pelas doações que constituem relações sociais particulares entre pessoas em situação de rua e outros moradores da cidade. Imprescindível, também, a articulação entre as várias Políticas Públicas, tarefa urgente, bem com a superação de práticas assistencialistas, focando tais Políticas para as áreas da saúde, geração de renda, moradia. Esta tarefa demanda uma construção dialógica

²¹ “O jornal Boca de Rua é um projeto de comunicação e nasceu no dia 12 de agosto de 2000 para lutar contra a discriminação da sociedade pelos moradores de rua. Começou na Praça do Rosário, passou pela Redenção, Bandeirão Popular e agora no Restaurante Popular. Em fevereiro de 2003 nasceu o Boquinha, suplemento feito pelas crianças e adolescentes” (Boca de Rua, Ano VI, nº 25, p. 08). O Jornal é uma publicação elaborada por pessoas em situação de rua durante as oficinas semanais e é filiado a Internacional Network of Street Papers.

²² O Orçamento Participativo (OP) consiste em um processo de decisão da população sobre as prioridades de investimentos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Trata-se de um instrumento político que assegura a participação direta da população na definição das prioridades do orçamento público. O OP surge como resposta aos limites da democracia representativa, combinando características desta com outras da democracia direta, modernizando a relação entre o Estado e a sociedade através de um novo modelo de gestão democrática. A experiência de orçamento participativo surgiu na cidade de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, na gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1989, como resultado da pressão de movimentos populares por participar das decisões governamentais. Disponível em: <http://www.observapoa.palegre.com.br>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

²³ O Grupo de Apoio à Prevenção à Aids - GAPA - RP foi fundado em 05 de janeiro de 1989 como uma instituição sem fins lucrativos ou vínculos políticos e religiosos. Desde a sua fundação vem lutando pelo estabelecimento de uma política pública de saúde eficiente, direitos humanos (contra o preconceito e a discriminação) e proporcionando cuidados, assistência e ajuda às pessoas soropositivas.

²⁴ O Fórum é um espaço de reunião e participam pessoas adultas em situação de rua, pessoas que superaram a condição de rua. O Fórum se caracteriza pela não formalidade jurídica, por ser aberto e não representativo, pela autonomia em relação ao Estado e às instituições, incluindo aquelas que se declaram parceiras e assim são consideradas. O mesmo apresenta potencial de mobilização e participação através de ações desenvolvidas junto aos abrigos, albergues e ao restaurante popular, espaços freqüentados pelas pessoas em situação de rua. É reconhecido como o espaço de diálogo com o poder público.

com os próprios sujeitos sociais, na condição de sujeitos e não apenas na condição usuários.

É preciso reconhecer uma singularidade que não se reduz à negatividade neste modo de vida, criando espaços de interlocução com as pessoas em situação de rua, escuta de suas experiências e atenção para suas demandas. Possíveis avanços não podem prescindir da **participação** dos próprios usuários na sua formulação. “Rotação no olhar, isto é, retirar as pessoas em situação de rua da ‘platéia’ na formulação de suas políticas” (FASC/UFRGS, 2007). Somente uma reversão metodológica na relação com estes grupos sociais poderá transformar os complexos processos sociais que as configuram, na sua dramaticidade e luta cotidiana.

1.3) A realidade das Pessoas em Situação de Rua de Porto Alegre desde o Movimento Começar de Novo.

O estudo que se segue resulta de uma coleta de dados realizada entre os dias 04 de outubro de 2010 a 19 de janeiro de 2011, junto a cento e trinta e quatro pessoas que participaram de três ou mais encontros do MCN. Encontro é uma reunião de pessoas em situação de rua, realizada de segunda a sexta-feira junto ao Restaurante Popular de Porto Alegre no horário entre nove e doze horas e horários e locais em que ações político-pedagógicas são realizadas junto a outros grupos sociais ou a esferas do poder público municipal.

O encontro é aberto à participação e esta se dá espontaneamente, sem qualquer ação de divulgação, propaganda ou uso de artifícios que possam “atrair” a adesão de maneira diferenciada, a não ser a espontânea. As pessoas participantes têm acesso ao almoço ao final do encontro, condição viabilizada desde o mês de setembro de 2007, quando as primeiras sete pessoas reuniam para diálogos-almoço após a manhã de trabalho. Trabalho é a atividade de reciclagem que gera uma renda suficiente para a compra de uma refeição almoço ao preço de um real junto ao Restaurante Popular. Desde então, foram mobilizadas colaborações solidárias a fim

de assegurar a refeição almoço dos participantes a renda do seu trabalho não possibilitasse a compra da refeição.

Os participantes, diariamente registram sua presença em um livro a partir da assinatura do próprio nome e, desde o terceiro dia, são convidadas a participar do estudo que tem por objetivo identificar parte da trajetória de vida, as condições atuais e as expectativas da pessoa, desde o lugar em que se encontra. Para responder ao questionário que compõe o estudo as pessoas são convidadas. Neste estudo, sete pessoas solicitaram para não participarem sob a justificativa de que não gostaria de serem identificadas.

O primeiro procedimento é de apresentação dos objetivos do estudo, sempre no espaço coletivo, seguido da leitura das questões e orientações metodológicas de registro. Com o estudo buscamos identificar e registrar o maior número possível de elementos sócio-antropológicos dos seus participantes e a aplicação dos mesmos para a justificação e fundamentação de uma política pública, bem como para fins de estudos e pesquisas de nível acadêmico.

Os conteúdos são registrados em dois ou mais momentos: quando a pessoa recebe o formulário e é convidada a respondê-lo individualmente; quando a pessoa solicita a colaboração do entrevistador para dirimir dúvidas; quando a pessoa solicita a participação de uma terceira pessoa alegando dificuldades com a escrita; e, por fim, quando se faz necessário complementar informações.

Este estudo é composto de um conjunto de vinte e oito perguntas, desde sete blocos temáticos, sendo que o número de perguntas é diferente em cada bloco temático, dependendo dos conteúdos desejados. O estudo foi definido como sendo quantiquantitativo²⁵ visto ser composto de questões que independem da opinião do participante e questões em que o participante relaciona processos e experiências de vida com a emissão de opinião, atribuindo qualificação às respostas.

O primeiro bloco temático, **quem somos**, é composto de oito questões, assim formuladas: Qual é o seu nome? Qual é a sua idade? Qual o Município em que você

²⁵ Definição adotada pela Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, FASC/UFRGS, 2007.

nasceu? Qual é o seu estado civil? Você possui filhos (as)? Qual a sua raça/cor? Há quanto tempo está em Porto Alegre? Há quanto tempo você está em situação de rua?

Participaram do estudo 134 pessoas, sendo 14 mulheres e 120 homens, equivalente, em percentuais, a 10,4 e 89,6 respectivamente. Para a identificação da faixa etária foram adotados os critérios do estudo de Porto Alegre, com o seguinte resultado constatado: 23 pessoas, 17,2%, tem entre 18 e 24 anos de idade; 43 pessoas, 32,1%, tem entre 25 e 34; 29 pessoas, 21,6%, entre 35 a 44 anos; 34 pessoas, 25,4 % entre 45 e 59 anos, enquanto que 5 pessoas estão com idade de 60 ou mais anos. Quando perguntadas sobre o seu estado civil, 3 pessoas responderam ser viúvas, 18 separadas, 16 casadas e 97 solteiras. Perguntadas se possuem filhos, 49 responderam não e 85 responderam sim.

Quando a pergunta buscou saber o município de origem, das 134 pessoas entrevistadas, 48, ou seja, 35,8%, responderam ser porto-alegrenses e 72, igual a 53,7%, terem nascido em Municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul. As nascidas em outros estados ou outros países somaram 14 no total, um percentual de 10,4%. Para as pessoas nascidas fora de Porto Alegre foi apresentada a pergunta: “há quanto tempo reside em Porto Alegre”? Responderam, até 1 ano, 39; até 5 anos, 21; até 10 anos, 59; acima de 15 anos, 11 pessoas.

Por estes dados identificamos uma predominância migratória, ainda, em direção à capital. Embora não tenhamos buscado diretamente as razões deste deslocamento, as manifestações espontâneas demonstram as razões que levam à saída do interior, predominantemente motivadas pela busca de um trabalho e, no geral, de melhores condições de vida.

Eu agarrei vim pra Porto Alegre tentando conseguir um emprego e o tempo foi passando, comecei gastar o dinheiro que tinha, procurando emprego e nada de resposta positiva; me levou para rua, pro albergue e estou sendo considerado como um adulto em situação de rua, como se diz. Tenho segundo grau, dois cursos pelo SENAI, tenho profissão, várias experiências. Hoje passo dia na rua por falta de oportunidade de emprego; se vou disputar uma vaga, que endereço dou? A rua, o albergue? É claro que não vão me contratar; a preferência é pra quem tem endereço e melhor aparência. Acho que uma chance seria a oportunidade de retomar uma vida normal. Essa realidade não é só comigo; todos do projeto e da rua passam pelo mesmo, como se diz, dramaticidade. Como sair dessa por mim, sozinho? (MM, Movimento Começar de Novo, 2010).

Quando o estudo buscou identificar raça/cor, as respostas espontâneas foram sistematizadas em três grupos, sendo: 66 das 134 pessoas entrevistadas se declararam brancas, o equivalente a 49,3%, 46 se declararam negras, igual a 34,3%, enquanto que 22 se declararam morenas ou pardas, um percentual de 16,4. Se relacionadas as que se declararam negras com as que se declararam morenas e pardas, totalizam 68 pessoas, percentual de 50,7%.

Para a conclusão do bloco temático “quem somos”, a pergunta apresentada foi: “há quanto tempo você está em situação de rua”? Seguindo o mesmo referencial do estudo FASC/UFRGS, 2007, para a classificação desta questão, os conteúdos foram estes: estão em situação de rua, até um ano, 32 pessoas, igual a 23,9%; até 5 anos são 32 pessoas, equivalente a 23,9%; até 10 anos são 56 pessoas, igual 41,8%; acima de 10 anos de rua são 14 pessoas, equivalente a 10,4.

Se tomarmos o tempo de situação de rua como critério avaliativo, notamos que 76,1% dos participantes estão nesta condição há mais de um ano, configurando um quadro não transitório ou transitório de longa duração e que a superação desta condição, mesmo que pretendida pela totalidade das pessoas entrevistadas, é complexa e difícil de ser alcançada de forma estável.

O segundo bloco temático versa sobre a **Escolaridade** e é composto de perguntas focando o acesso à Escola, à leitura, à escrita e a um possível retorno à Escola. Diante da pergunta: “qual é o seu grau de escolaridade”, as respostas foram as seguintes: 7 pessoas se declaram não alfabetizadas, 83 declararam ter freqüentado a escola sem a conclusão do ensino fundamental, enquanto 11 o concluíram; 19 pessoas declaram ter freqüentado sem concluir o ensino médio, enquanto 16 disseram tê-lo concluído. Cinco pessoas declararam ter iniciado, sem concluir, o ensino superior. Quando foi apresentada a pergunta: “você sabe ler”? Responderam afirmativamente 117 do total de 134 participantes. Quando a pergunta foi: “você sabe escrever”, as respostas foram afirmativas em 123 e negativas em 11.

Também foi apresentada a pergunta: “você desejaria voltar a estudar? Por que”? Do total de participantes, 21 responderam não e 113 responderam sim, equivalente a 15,7% e 84,3% respectivamente.

As pessoas que desejam voltar a estudar o fariam desde que disponham das condições favoráveis, pois consideram que estar na rua impossibilita freqüentar uma sala de aula por uma série de razões: “é impossível conciliar horário da escola, horário de albergue ou trabalho”; “não há recursos para alimentação, deslocamento e para material escolar”; “a escola não prepara para o trabalho, para uma profissão”.

Mesmo frente á problematização acima há razões motivadoras para o retorno à escola: “desejo estudar para me atualizar, para progredir”; “quero coisas melhores, condições melhores, assim está difícil”; “o estudo é necessário para tudo”; “para aprender mais”; “para concluir os estudos”; “o conhecimento hoje muda muito”; “aprender sempre, aprender mais profissões”; “ter uma profissão”; “se eu tivesse estudado não estaria aqui”; “gostaria de me atualizar para entender o que se passa”. Entre as razões que expressam resistências à volta a escola, destacam-se: “Mas como? Com que condições”? “Gostaria, mas como estou no albergue não há condições”; “queria mesmo era trabalho para ter a minha casa, depois, sim, fazer um curso técnico”; “não vale a pena pela idade que eu tenho”; “será que vale a pena”? “não posso passar a vida toda aprendendo”; “tenho de trabalhar, não tenho onde ficar”.

Também buscamos saber o que as Pessoas em Situação de Rua sabem sobre **Política Pública**. Neste aspecto cabe esclarecer que restringimos a compreensão de política pública: a sua formulação enquanto lei propriamente dita e a sua materialidade enquanto acesso via instrumentos públicos, especificamente Albergues e acesso à Saúde.

A primeira das três perguntas deste bloco foi apresentada com a seguinte formulação: “Você conhece a **Política Nacional** para Pessoas Adultas em Situação de Rua, Decreto 5073, assinada 23 de dezembro de 2009 pelo Presidente da República”? Nota-se que o conhecimento da política citada, bem como o seu processo de elaboração é restrito às pessoas com participação prolongada junto ao MCN e é desconhecida, tanto a sua existência quanto o seu conteúdo, pela totalidade das pessoas que não freqüentam um grupo de discussão. Conhecer a política é um compromisso do MCN, desde o qual, contribuições foram elaboradas e apresentadas junto à articulação nacional, inseridas no texto final, hoje em vigor. Esta constatação levou o Movimento a buscar colaborações visando a confecção do

conteúdo da lei em formato livrinho de bolso, possibilitando o acesso e especialmente a apropriação do conteúdo para que seja reivindicado desde um debate coletivo.

A segunda questão deste bloco temático tratou do acesso à estrutura de **albergagem** para fins de pernoite, incluindo o Albergue Municipal²⁶ e dois Albergues privados conveniados, não incluídas as Casas de Convivência²⁷. A pergunta inicial para avaliar este conteúdo tem a seguinte formulação: “Dos locais freqüentados, qual ou quais você utiliza para o pernoite, para dormir”? Entre as 134 entrevistas, 63 pessoas, igual a 47%, afirmaram pernoitar em um dos três Albergues disponíveis, enquanto 59, igual a 44%, pernoitam na rua, na aba ou em viadutos. Outras 7 pessoas, 5,3%, responderam se utilizar de pensões, enquanto 5 pessoas, 3,7%, afirmaram pernoitar na casa de parentes ou conhecidos. Na relação pernoite em Albergue e outros locais, a diferença é de 47% para 53%, respectivamente.

O sistema de albergagem, como estrutura pública de acolhimento é, sem dúvida, foco de importantes tensões e precisa ser considerado na formulação de uma nova política, prevista tanto pelo Sistema Único da Assistência Social²⁸, quanto

²⁶ Albergue Municipal é o espaço de atendimento noturno a população adulta em situação de rua. Oferece pernoite, janta, café-da-manhã, banho e roupas limpas a moradores de rua de ambos os sexos. Funciona diariamente, das 19h às 7h. Vagas: 120 no ano inteiro e 150 no inverno. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc>, 18 de janeiro de 2011.

²⁷ Casas de Convivência Funciona junto ao Serviço de Atendimento Social de Rua. É um espaço diurno de referência para a população adulta de rua, oferecendo apoio a sua organização pessoal (encaminhamento para a rede de atendimento, de solicitação de documentação etc) e necessidades básicas, como higiene. Vagas: 35 pessoas por dia, de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h. Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc>, 18 de janeiro de 2011.

²⁸ O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Em julho de 2010, 99,4% dos municípios brasileiros já estavam habilitados em um dos níveis de gestão do Suas. Do mesmo modo, todos os Estados, comprometidos com a implantação de sistemas locais e regionais de assistência social e com sua adequação aos modelos de gestão e cofinanciamento propostos, assinaram pactos de aperfeiçoamento do Sistema. Fonte: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>, 18 de janeiro de 2011.

pela Política Nacional para População Adulta em Situação de Rua. As tensões perpassam desde a infra-estrutura destes espaços até, e principalmente, as relações estabelecidas entre gestor público e cidadãos “usuários”, a começar pela formulação da política até a cotidianidade da sua aplicação.

A terceira pergunta deste bloco tratou da **saúde**, com a pergunta: “você busca algum tipo de atendimento e cuidado com a saúde e se busca qual posto de atendimento acessa”? Das 134 pessoas entrevistadas, 88 afirmaram acessar com frequência algum tipo de atendimento, enquanto 46 disseram não acessar por não terem necessidades. Das pessoas que buscam atendimento, 90,5% o fazem junto ao Posto de Saúde da Família Santa Marta que possui um atendimento especializado para pessoas em situação de rua, enquanto que os 9,5% restantes acessam outros postos e hospitais. Com relação ao atendimento prestado pelo Posto de Saúde da Família Santa Marta são muito freqüentes as manifestações com relação ao atendimento humanizado, explicitado pelo “atendimento direto”, o “cumprimento de agenda”, pela “atenção individual e respeitosa dos profissionais que realizam o atendimento.

No que tange ao **acesso à alimentação**, duas perguntas foram apresentadas: “quantas refeições você faz ao dia e quais os locais em que você as faz”? Foram 49 as pessoas que responderam fazer menos de duas refeições diárias e 85 responderam duas ou mais.

Acessar ao Albergue para o pernoite também assegura o acesso a duas refeições diárias, no caso, jantar e café da manhã; é a resposta apresentada pelas 63 pessoas que declararam pernoitar em Albergue. Já o almoço é realizado, pela maioria, no Restaurante Popular; foram 122, igual a 91,0%, as que declaram acessar o RP com frequência para a refeição do meio dia, o que demonstra a função daquele espaço para essa população. A rua, através da cata, doações ou compra, também é um espaço que possibilita o acesso à alimentação; foram 39 pessoas as que declararam utilizar-se deste meio para se alimentarem. Outras cinco pessoas afirmaram fazer duas refeições no espaço de trabalho, seja café, almoço ou jantar, conforme o horário de trabalho. Mais sete pessoas expressaram o meio mais desumano para matar a fome: retirar alimentação do lixo. “Catar comida no lixo é humilhante demais”, afirmam, pedindo para não serem identificadas.

Também buscamos conhecer a realidade do **trabalhador em situação de rua**. O bloco temático trabalho é composto de seis perguntas com a seguinte elaboração: “Qual a sua profissão”? “Qual é o seu trabalho atual”? “Qual é a sua renda”? “Se não trabalho, qual é a razão”? “Já realizou algum curso profissionalizante”? “Tem atualmente, ou já teve carteira de trabalho e previdência social assinada”?

Quando a pergunta visa identificar a **profissão** dos entrevistados, as respostas demonstram que a profissão mais citada é da construção civil, com 17, seguida da reciclagem com 16, carga e descarga com 7, segurança e vigilância com 5. Outras profissões citadas mostram a diversidade de saberes do trabalho, como: grafiteiro, músico, balconista, ferreiro, hotelaria, do lar, marceneiro, garçom, frentista, metalúrgico, vendedor, oficial de manutenção, carpinteiro, artista plástico.

Diante a pergunta: “qual é o seu **trabalho atual**”, as respostas obtidas foram as seguintes: das 134 pessoas entrevistadas, 65 declaram realizar algum tipo de trabalho, enquanto 69 não realizam qualquer atividade laboral; entre as que trabalham, 24 declaram trabalhar na reciclagem de resíduos sólidos, 13 declaram viver fazendo “biscates” e “trambiques”, outras 8 realizam serviços gerais em cooperativas, 8 se declaram trabalhadores de carga e descarga, 8 outras atividades, 5 pessoas se declaram trabalhadoras cuidadoras de carros em estacionamentos abertos de rua, 2 pessoas se declaram poetas e artistas, 1 pessoa declara que seu trabalho é esperar em filas de refeição e de albergue. Do total de entrevistados que trabalham, cinco trabalham no período da noite e aproveitam o horário do encontro do MCN para dormir.

A terceira pergunta do bloco, “qual é a sua **renda**”? obteve como respostas o seguinte quadro: 73 declaram possuir alguma renda, das quais 4 recebem um valor acima de R\$ 541,00; as demais recebem entre R\$ 40,00 e R\$ 540 por mês. To total, 61 declaram não possuir renda alguma. Ainda em relação ao trabalho foi apresentada a pergunta: “por quais razões **não está trabalhando**”? As razões pelo não trabalho são: “procuro trabalho, mas não sou admitido”; “ser albergado é excludente, pois o albergue é visto como endereço de vagabundo e ex-apenados”. A aparência e a falta de roupas adequadas também são consideradas razões de “negação do trabalho”. Há uma leitura de que a falta de qualificação profissional que

habilite para uma atividade laboral específica, também se constitui impeditivo, assim como a idade e a falta de documentação. Outras se declaram estar doentes, ou não se manifestaram.

Vale ressaltar que o Albergue Municipal, em sua estrutura de atendimento, possibilita o acesso em horários diferenciados para usuários trabalhadores diurnos. Os trabalhadores da noite, porém, não dispõe de espaços para o descanso, fazendo-o em praças e calçadas.

Ainda relacionada ao trabalho, foi apresentada a pergunta: “Você já realizou algum tipo de curso profissionalizante de preparação para o trabalho”? Dos participantes do estudo, 27 responderam afirmativamente, isto é, terem participado sim de processos formativos preparatórios para o trabalho e 107 negativamente, nunca realizaram qualquer tipo de formação preparatória para o trabalho, para o exercício de qualquer profissão. As manifestações a partir desta pergunta evidenciam que os saberes profissionais, o exercício de uma profissão, para a grande maioria se constitui ou se constituiu a partir do fazer, uma aprendizagem adquirida da própria prática.

Em relação à preparação para o trabalho, também foi inserida a pergunta: “Você desejaria participar de algum curso profissionalizante se lhe fosse viabilizada tal oportunidade”? Ressalvadas algumas resistências do tipo: “em que tempo”? “Com que recursos”? “Como conciliar vida na rua e curso”, a grande maioria, ou seja, 109 responderam que desejariam, sim, participar de processo formativo para o trabalho. Apenas 7 disseram não desejar uma formação profissionalizante, alegando não ter interesse.

Quanto à **Cidadania e Direitos**, o estudo buscou identificar a participação no exercício dos direitos, especificamente, o direito ao voto nas eleições em 2010. A pergunta apresentada foi a seguinte: “Você votou nas eleições de 2010? E se votou, o fez em um turno ou em dois turnos e por que”? Do total de 134 entrevistados, 83 responderam ter votado e 51 não votado. Na sequência, quando a pergunta foi: “por quê”, as respostas afirmativas foram: “para exercer o direito de cidadania”, “para exercer a obrigação”, “porque sou cidadão”, “estou com esperança de um Brasil melhor, tem tudo para melhorar; acho até que já está melhorando”. Já o não

exercício do voto foi assim descrito: “meu título de eleitor é de outra cidade”; “não votei, pois perdi o título”; “nunca votei”.

E a participação em **Movimentos Sociais**, como está? A pergunta apresentada neste bloco temático foi assim formulada: “você já **participou** ou **participa** de alguma organização social, como: movimento social, associação, cooperativa, sindicato, clube, Igreja ou outros? Qual ou quais”? Do total de participantes do estudo 77 pessoas, equivalente a 57,5 %, afirma nunca ter participado de qualquer das organizações sociais citadas ou outras não citadas, fazendo do MCN a sua primeira experiência. As pessoas que já participaram de alguma organização social somam 57 no total, sendo 24 participantes de Igrejas, 11 de associações, 8 de cooperativas, 6 do Orçamento Participativo, 3 participantes em sindicatos, 2 do Jornal Boca de Rua, 1 da anistia internacional, 1 do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e 1 de Grêmio Estudantil.

Como desdobramento deste bloco temático, também foi apresentada a pergunta: “Como você ficou **sabendo** do MCN”? As respostas apresentadas com maior incidência foram; “através de um amigo na rua”, “por colegas de albergue”, “a convite de um participante que nos abordou na rua”, “através do Restaurante Popular”. Com relação ao tempo de participação do MCN há uma diversidade significativa, já que dele participam fundadores, desde setembro de 2007, ainda sob o Viaduto da Conceição, até os participantes da última semana. Participam do MCN desde a sua criação, 05 pessoas, desde dois anos 11 pessoas, desde um ano 26 pessoas e menos de um ano 92 pessoas.

Com relação às aprendizagens evidenciadas desde o ambiente do Movimento, quando a pergunta é: “O que você **aprendeu** participando do MCN”? Destacam-se as seguintes afirmações: “aprendi políticas públicas e a lutar por mim mesmo”; “conheci o direito à moradia, os direitos que podemos ter”; “em relação aos movimentos de rua, de alguém que se interessa pela gente, pessoas que integram com o morador de rua”; “muita coisa boa; ajuda; alguém que se interessa pelos moradores de rua; aqui eu boto pra fora a realidade”; “aprendi a buscar a dignidade de novo que eu tinha perdido há muito tempo”; “aprendi várias coisas, do direito à cidadania”; “abriu um leque de visões que eu não tinha; os direitos, as leis e como buscar os direitos; abriu uma ampla visão”; “aprendi uma nova luta”.

Quando a pergunta busca identificar “a **linguagem** e os códigos próprios do Movimento”, em resumo assim são definidas: “a linguagem do Movimento é geração de renda, trabalho, emprego”; “equipamentos para melhorar a nossa vida e saúde, computadores para continuar o nosso projeto”; “vinte pessoas organizadas tem mais poder do que mil desorganizadas”; “entendimento do que é política pública, melhor tratamento”; “tentar fazer valer os nossos direitos”; “iniciativa, solidariedade, força de vontade”; “conversa de participação, Orçamento Participativo, delegados, representantes, suplentes, recursos para geração de trabalho e renda”; “sobre sistema de sociedade, nossa parte na sociedade, de fazer uso dos nossos direitos, sair da rua”; “moradia digna, trabalho social, cultura e cidadania, orientação para uma vida melhor”; “começar de novo é lutar por uma igualdade dentro da sociedade”.

1.4) “A realidade que nos leva à rua e a realidade da rua, enquanto trabalhadores”.

A condição de vida *em situação de rua* é, por vezes, atribuída como de responsabilidade individual do sujeito, ocultando complexos processos sociais nos quais são reproduzidas relações de dominação. A relação entre situação de rua e trabalho está nesta complexidade.

Se perguntarmos às pessoas da rua sobre a realidade que nos leva à rua e a realidade da rua, enquanto trabalhadores, nós teremos várias realidades que as conduziram à rua: a perda do vínculo com o trabalho; a busca de trabalho em outra cidade; o rompimento dos vínculos familiares por causa de um padrasto agressor, vários conflitos; as dependências químicas; a aventura do trecho; são situações que levam o indivíduo à rua. Mas a pergunta que fica é: ‘É só isso’? Por trás de um padrasto agressor, qual a omissão do estado e da sociedade? Porque, por trás de um padrasto ou de um pai de quatro, cinco filhos, pedreiro que sai de casa de madrugada e volta à noite, que chega cansado e não consegue, digamos, suportar a carga de trabalho com um ganho pequeno. Outra questão é do álcool: por que se começa a beber? Numa família onde pai e mãe trabalham para complementar a renda e o sustento da família de três, quatro, cinco crianças, que ficam à mercê, sendo criadas pelo mundo, por ninguém. Será que tocariam nessa bebida, nessa droga, se mãe e pai tivessem condições de acompanhá-las como família protetora? É preciso considerar, também, essa busca pelo trabalho em outras regiões como é o caso do Nordeste para Sudeste, Sul, porque aqui era o reino do dinheiro. E vindo da roça, descobriram que até pra varrer rua precisava o mínimo de escolaridade; descobriram que aqui não tinha como ganhar dinheiro; desiludidas, por viver nesse sistema capitalista, acabaram na rua. (Samuel Rodrigues, Belo Horizonte, membro da Coordenação Nacional do Movimento de População

de Rua. Entrevista em 27 de maio de 2010, por ocasião do Primeiro Seminário Regional Sul de população de rua, Porto Alegre).

Se relacionarmos a “mendicância” ao modo de produção capitalista, como parte integrante do conceito marxista clássico de *exército de reserva*, concluímos que a população de rua é parte da classe trabalhadora impossibilitada de vender sua força de trabalho e acaba por vivenciar tal situação. A relação entre situação de rua e trabalho pode ser analisada a partir de momentos, como: a ida para a rua como a ruptura com o vínculo regular de trabalho, a vivência nas ruas permeada por trabalhos informais e rendimentos instáveis e a saída das ruas como processo vinculado à aquisição de uma ocupação estável (MATTOS, 2003).

O que me leva pra rua é a dificuldade, é o trabalho e a casa pra morar que não tenho; pra morar precisa ter uma casa; a dificuldade faz a pessoa ir pra rua [...]. Eu nunca tive casa própria, sempre paguei aluguel, trabalhando, foi, foi e acabei na rua sem condições de pagar aluguel; tem que ter bom trabalho para ter casa; as duas coisas combinam: casa e trabalho. Então eu acho que a primeira coisa é ter uma casa pra morar; segundo, claro, precisa do trabalho para sustentar a casa. Mas, se conseguir um trabalho primeiro, a gente pega e depois tenta comprar uma casa; precisa da casa pra se levantar, ter um endereço ao sair do trabalho. No meu caso, sempre trabalhei em padaria, sou padeiro, então eu tenho que pensar nessa profissão que já sei; entro na padaria já sei o que fazer, tenho experiência. Comecei em Santiago, vim a Porto Alegre continuei na padaria (SSF. MCN, 2010).

Considerando os estudos mais recentes a cerca do fenômeno em foco, do ponto de vista do trabalho e da renda, a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores, visto que 70,9% declaram exercer alguma atividade remunerada e 58,6% dos entrevistados afirmaram ter alguma profissão. A maior parte dos trabalhos realizados situa-se na chamada economia informal: apenas 1,9% possuem carteira assinada, 47,7% nunca a tiveram e os que a tiveram foi há mais de cinco anos, por 50%, configurando uma situação não ocasional²⁹. O levantamento de Porto Alegre³⁰ também identificou situações relacionadas e correlacionadas ao mundo do trabalho; dos entrevistados, 81% afirmaram possuir uma profissão e 19,7%, apenas, a exercem, enquanto 5% declararam trabalhar com carteira de trabalho assinada e 32,2% nunca trabalharam com esta vinculação.

²⁹ Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, Meta/MDS, 2008.

³⁰ Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007 - FASC/ UFRGS.

Quais processos sociais estariam implicados no aumento desse contingente, especialmente a partir da década de 1990? Quais as possibilidades de superação desta condição de vida, a partir do trabalho? As indagações nos conduzem a uma análise dos complexos fatores de ordem social, política e econômica que determinam, de maneira articulada, a ampliação deste fenômeno. Entre os fatores determinantes está a reestruturação produtiva, a precarização das relações de trabalho, o desemprego.

a) A reestruturação produtiva e a precarização do trabalho e as pessoas em situação de rua.

Obviamente, seria necessário estudar a reestruturação produtiva, com profundidade, porém neste momento nos detemos a alguns elementos que nos ajudam a situar nosso problema de pesquisa desde as relações de trabalho. Conforme SINGER, 1999a, a reestruturação produtiva ocorreu atrelada à Terceira Revolução Industrial, intensificando a produtividade por meio da implantação de novas tecnologias em microeletrônica e informática. Por outro lado, o capital passou a romper as barreiras dos estados nacionais e a promover o aumento do comércio internacional, gerando a reorganização da divisão internacional do trabalho, fenômeno definido como globalização.

A globalização passou por dois processos significativos: primeiro, pelo fim da segunda Guerra, com a transferência maciça dos recursos dos EUA aos países europeus e ao Japão, a “multinacionalização” de empresas norte-americanas, constituindo filiais em outros países a que transmitiam seus padrões de produção e consumo; segundo, que desde 1970 envolveu o chamado Terceiro Mundo e os países que compunham a ex-URSS e se caracterizou pela criação de um grande mercado financeiro internacional, no interior do qual o grande capital passou a transferir seu parque industrial.

Ainda no contexto internacional gerado pela globalização, surge uma característica fundamental para a organização do trabalho: “A globalização da produção induziu, também, a reestruturação produtiva do paradigma industrial, posto que o desenvolvimento da informática permite a flexibilização da linha de produção fordista” (HELOANI, 2003, p. 89). A proposta de flexibilização abarca os processos de trabalho, os produtos, os padrões de consumo e o mercado de trabalho. A

flexibilização do trabalho está relacionada à adaptação do trabalhador às novas tecnologias, à qualificação continuada e ao trabalho polivalente; há uma flexibilidade dos postos de trabalho e na relação contratual, enquanto o trabalhador é colocado como um “sobrevivente”. Para não ser soterrado pelo desemprego, o trabalhador deve adaptar-se a subempregos, ocupações temporárias em que é coagido a desistir de direitos trabalhistas conquistados há décadas, como pagamento de horas extras e férias remuneradas (HELOANI, 2003, p. 117,).

No aspecto financeiro, a globalização se configura pela “supervalorização do capital”, com a redução dos custos de produção vinculada à reestruturação produtiva; as empresas ampliam seus excedentes de capital e deslocam os recursos da esfera produtiva para a esfera financeira, gerando lucros sem investir na produção: “Para se ter uma idéia dessa financeirização da riqueza, basta saber que o volume total dos fluxos de capitais em circulação no mundo passou de US\$ 400 bilhões, em 1987, para US\$ 1,6 trilhão, em 1996!” (MENDONÇA, 2004. p. 108-109)

Já no aspecto político, a globalização se constitui pelo movimento de esvaziamento do espaço público em favor de uma privatização ou individualização das discussões políticas, o Estado Mínimo e a máxima liberdade do mercado: o mínimo de políticas públicas e o máximo de projetos privados. Com o desmantelamento do trabalho formal, base de sustentação dos sindicatos, ocorre uma desarticulação das organizações dos trabalhadores. O Consenso de Washington (1989), segundo TEIXEIRA, 1998, p. 225, em suas propostas essenciais, define como base para a política econômica mundial: “*a redução do tamanho do Estado e a abertura da economia*; a política econômica deve ser feita em nome da soberania do mercado auto-regulável nas suas relações econômicas internas e externas”. Ainda, em 1989, o neoliberalismo recebeu mais um impulso, com a queda do Muro de Berlim e a crise do Socialismo existente.

No mesmo ano, o Brasil ficou marcado pela eleição do presidente Fernando Collor de Mello, cuja gestão, apesar de ter sido marcada por turbulências de toda ordem que redundaram em sua saída do governo, propôs reformas que sinalizaram a adoção de um programa cuja base encontrava-se nas teses do Consenso de Washington. O governo Collor deu início à abertura da economia interna ao mercado internacional e o fez por meio da redução de tarifas alfandegárias, da privatização de

organizações públicas, da reestruturação produtiva nas empresas privadas, buscando poder de competição com os produtos importados.

A política econômica neoliberal, no Brasil, se consolidou com os governos seguintes. Itamar Franco, em 1994, implantou o Plano Real, visando a estabilização dos preços e a contenção da inflação, tendo como executor dessa política o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), Ministro da Fazenda na época. Entre as medidas do plano, estavam os gastos das reservas cambiais para sustentar a paridade cambial Real/Dólar, com o favorecimento da entrada de mercadorias e capitais estrangeiros no Brasil e a redução de tarifas aduaneiras como iniciativa de abertura do mercado interno. Foi um impulso para a globalização, com severas consequências para a indústria nacional; as empresas nacionais tiveram que baixar seus preços para competir com produtos importados e, entre 1995 e 1998, registrou-se uma importante queda das taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Entre as consequências da implantação deste modelo, conforme MENDONÇA, 2004, estão o definhamento da indústria brasileira e sua “desnacionalização”, com a reestruturação produtiva e grandes perdas para os trabalhadores, a perda do emprego, o subemprego, a terceirização, o do trabalho precário, fenômenos também definidos como “desassalariamento”.

Desde o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, 1999, a política econômica neoliberal foi mantida, o Brasil firmou acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) assumindo o compromisso de manter aberta a economia brasileira, ampliar cortes nos gastos públicos, especialmente em políticas sociais, entre outras, trazendo como consequências o crescimento do desemprego e a elevação do custo de vida. “A aposta numa política econômica recessiva e voltada para assegurar o grau de confiabilidade dos investimentos estrangeiros no Brasil provocou a deterioração do tecido social como um todo” (MENDONÇA, 2004, p. 125).

As poucas possibilidades oferecidas no mercado de trabalho fazem com que o trabalhador em situação de rua passe a realizar uma diversidade de atividades laborais; coletar materiais recicláveis, carregar caminhões, guardar carros, encartar jornais, mendigar e realizar diversos outros “bicos”; são os mais frequentes. Correlacionada a esta diversidade está a ausência de uma profissão especializada,

sintetizada na expressão “faz-tudo” ou “faz-qualquer-coisa”, conforme podemos evidenciar pelos estudos já apresentados.

Em qualquer dessas atividades realizadas nas ruas, os rendimentos obtidos não alteram as condições de vida. “Vários depoimentos enfatizaram que, na rua, o que se ganha se gasta de imediato. Por vezes, a tarefa é realizada apenas durante o tempo necessário para conseguir comprar uma refeição ou pagar a hospedagem em pensões baratas” (ESCOREL, 1999, p. 219). Em síntese, é possível afirmar que a precarização das relações de trabalho não apenas atua como motivo, mas se constitui como fator de manutenção da situação de rua, visto que os trabalhos realizados não possibilitam condições suficientes para a saída das ruas.

b) O trabalho é a alternativa? Que trabalho?

As próprias pessoas em situação de rua afirmam estar no trabalho uma das possibilidades para a saída das ruas. Mas que trabalho? “A rua é ao mesmo tempo liberdade e limite, porque para (mim) ganhar a atenção das pessoas tenho que fazer alguma coisa; que nem lá; lá me davam atenção porque eu fazia [...], eu capinava, lavava carro, lavava casa, fazia serviço braçal, carregava compras, eu tinha alguma serventia” (JLC. MCN, 2009).

O estudo de Porto Alegre, já citado, quando a pergunta é dirigida para a perspectiva de futuro, a saída da rua é pretendida por 55,9%, alternativa a ser construída através da “volta para a família”, “a conquista da casa”, “a conquista de emprego/trabalho”. E se a questão é o trabalho, de que tipo de trabalho se fala? Mesmo sendo complexo definir, é necessário fazê-lo para melhor delinear tanto ações pontuais, quanto políticas públicas.

O Decreto Presidencial Nº 7.053 institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e em seu Art. 7º define: “São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua: XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho”. Não é pretensão aqui, analisar o Decreto no que se refere ao tema trabalho, mas vale apontar que entre quatorze objetivos, um apenas menciona “acesso ao mercado de trabalho”. Não traz indicativos que visualizem perspectivas de trabalho diferenciadas daquelas que pressupõe a relação capital-trabalho assalariado.

O trabalho assalariado formal seria a possibilidade de superação da condição de rua? Considerando as condições atuais do mundo do trabalho, bem como os inúmeros preconceitos que as pessoas em situação de rua vivenciam, fatores que dificultam a aquisição e a manutenção dessa espécie de atividade produtiva, há limitações nessa alternativa. A política de assistência social do município de Porto Alegre, por exemplo, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) oferece, anualmente, cursos profissionalizantes para as pessoas em situação de rua.

Ações de Atenção à População Adulta de Rua: buscam integrar os serviços prestados aos moradores de rua, ampliar e qualificar as ações e sensibilizar a população sobre as questões que levam pessoas à vida nas ruas e suas implicações. Serviços Próprios: Serviço de Atendimento Social de Rua: Aborda e identifica moradores de rua, convidando-os para entrarem na rede de atendimento (assistência social, saúde, habitação, geração de renda, alfabetização etc). Busca o estabelecimento de vínculos com cada pessoa abordada para convencê-la a iniciar a elaboração de um novo projeto de vida (<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc>).

Mesmo reconhecendo que tal oferta contribua para o desenvolvimento de habilidades e ofícios, quando não há possibilidade de adquirir trabalho formal regular, essas intervenções também não representam alternativas. A capacitação profissional pode ajudar os trabalhadores individualmente, mas é extremamente insuficiente como alternativa para a classe trabalhadora em seu conjunto (SINGER,1999a). Não há como atribuir à educação e à qualificação profissional a responsabilidade para o acesso ao trabalho. Há sim, nas empresas, uma elevação dos requisitos e exigências, mas não modificações efetivas na essência laboral que possam justificar as exigências de maior qualificação. Trata-se de um mecanismo na lógica do mercado, um jogo de oferta e demanda.

A iniciativa do Movimento Começar de Novo, propõe como alternativa a “construção de oficinas de educação e geração de trabalho e renda, autogestionárias, a partir das experiências e conhecimentos profissionais dos trabalhadores, como processo de apropriação de novos conhecimentos técnicos e a constituição de relações de cooperação e solidariedade” (MCN, Projeto Pedagógico, 2010).

Na base da organização do Movimento Nacional das População em situação em Situação de Rua está o Movimento Nacional dos Catadores, expoente das reivindicações políticas da população de rua, fundamentadas na crítica ao modelo capitalista e na proposição de empreendimentos autogestionários. Seu ponto positivo é o resgate do potencial do trabalhador quando este se engaja em ações coletivas motivadas por interesses comuns, nas quais pode se sentir construtor da realidade social.

Certamente, o estudo do fenômeno, desde os processos produtivos, não somente contribui como é imprescindível para uma leitura coletiva crítica das relações de trabalho. De igual forma, a possibilidade de superação da condição de rua passa pelo acesso ao trabalho, mas não qualquer trabalho. Estes são dois importantes desafios para o Movimento Social Popular da população de rua e para o gestor público na condição de responsável pela Política Pública.

2 - DRAMAS E TRAMAS: LIMITES E POSSIBILIDADES DESDE UMA LEITURA SISTÊMICA.

Mesmo que o nosso problema de pesquisa e seus objetivos tenham como foco a realidade local, faz-se necessário lançar um olhar geral, no sentido geopolítico, problematizando a realidade local à luz das macro relações que constituem os projetos de sociedade.

2.1) Do sistema-mundo ao princípio Libertação.

Para este propósito, nos desafiamos buscar apoio, na análise sistêmica de Enrique Dussel³¹ e seu convincente olhar latino-americano, em permanente diálogo com o mundo. Deste autor tomamos como referência: *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*, trabalho tido como síntese, aprofundada, de toda a sua obra filosófica desde *Para Uma Ética da Libertação Latino-americana*, até nossos dias.

Dussel percorre, sob o olhar do “não ser”, do “pobre”, do “excluído”, da “comunidade das vítimas”, o fazer e o pensar humano desde “as altas culturas e o sistema inter-regional helenocentrista” até a “aplicação do princípio e realização do ‘novum’: o novo ‘bem’, a factibilidade e o princípio libertação”, gestado e embalado nos mais diversos berços culturais das vítimas. Neste percurso, descreve e relaciona os projetos político-econômicos e suas fundamentações ideológicas, como sistemas e o predomínio da cultura da dominação. Dedicaremos atento estudo ao trabalho deste pensador latino-americano, aliás, indispensável para uma análise sistêmica, como é nosso propósito neste capítulo.

³¹ Enrique Dussel, nascido na Argentina, exilado e radicado no México desde a década de 70 do século passado, quando o rigor crítico-filosófico da sua produção como pensador passou a ser incômodo para o pensar hegemônico. É autor de vasta produção onde se destaca, inicialmente, a coleção: *Para Uma Ética da Libertação Latino-americana* (1977). Outras obras como, *1492: O encobrimento do Outro* (1993) e *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão* (2000) delineiam a sua leitura de mundo e o seu pensar a partir da periferia do mundo.

2.1.1) O sistema-mundo: origem e trajetória.

Para Enrique Dussel (2002, p. 63) a partir do século XV implanta-se o “sistema-mundo”, configurado pela gestão centralista desde a Europa. Tal sistema firma suas bases na “racionalidade da vida política [...] na empresa capitalista [...] a não eticidade de toda gestão econômica ou política [...], a supressão da razão prático-comunitária, substituída pela razão instrumental, a individualidade solipsista que nega a comunidade”. Capitalismo, liberalismo, dualismo, instrumentalismo são efeitos do manejo centralista, que se tornaram sistemas totalizantes. “A vida humana, a qualidade por excelência, foi imolada à quantidade” O capitalismo, “mediação de exploração e acumulação”, transforma-se em “sistema formal independente”, que, por sua lógica autoreferencial, pode vir a destruir a vida no planeta. A Europa, desde a sua crítica, percebe apenas parte do fenômeno:

O procedimento formal de simplificação para tornar ‘manejável’ o sistema-mundo produz subsistemas formais racionalizados que, depois, não tem pautas internas de auto-regulação de seus limites na própria modernidade, que poderiam reconduzi-los ao serviço da produção, reprodução e crescimento da vida de cada sujeito ético (DUSSEL, 2000, p. 63).

As reações críticas ao sistema e seus fundamentos, tanto de centro como da periferia, atribuem à razão formal toda “causalidade culpável”: as simplificações modernas, com seu “ego-alma sem corpo, a razão instrumental como último uso da razão, o racismo da superioridade da própria cultura”, a “subjetividade solipsista sem comunidade”, a “negação da corporalidade da dita subjetividade”, a “vida humana como última instância”, são as reduções simplificadas produzidas pela modernidade, às quais devem se dirigir as principais críticas.

Desde onde e com que referenciais é possível, e necessário, realizar a crítica sistêmica? Para Dussel, o horizonte eurocêntrico se refere a aspectos internos, para quem o mundo periférico é passível espectador, bárbaro, pré-moderno, a ser modernizado; necessário se faz romper esta “falácia” reducionista e pontuar outros referenciais.

a) Se o início da modernidade é do século XV, período renascentista pré-moderno e moderno, a conquista e colonização espanhola sobre a Ameríndia deste

mesmo período, então, o mundo mestiço da América Latina, tem tanta idade quanto a modernidade e é o “primeiro bárbaro que a modernidade necessita em sua definição” (DUSSEL, 2002, p. 64). E se a modernidade entra em crise, cinco séculos depois de desenvolvimento, então é preciso colocá-lo como fenômeno mundial.

b) A modernidade desenvolvimentista.

Dussel problematiza duas concepções de modernidade, de perspectiva eurocêntrica. A primeira concebe a modernidade como um “fenômeno exclusivamente europeu”, em expansão desde o século XVII sobre culturas periféricas atrasadas e, tal fenômeno, “é preciso terminar de realizar” (DUSSEL, 2000, p. 64). Defensores desta posição (citando Habermas e Apel) e da razão, mesmo criticamente, “pensam que a superioridade europeia não é material, mas formal, graças a uma estrutura de perguntas críticas” (DUSSEL, 2000, p. 64). A segunda concepção, sob o mesmo horizonte geo-político-filosófico, analisa “a arte pós-moderna, o impacto dos meios de comunicação”, afirma diferenças, mas não identifica na crítica as origens dos “sistemas que são frutos de uma racionalidade própria da ‘gestão’ da ‘centralidade’ europeia do sistema-mundo” (DUSSEL, 2000, p. 65). A superficialidade da crítica não aponta alternativas culturais, econômicas, políticas válidas para a periferia, para “as grandes maiorias, povos dominados excluídos, do centro ou da periferia” (DUSSEL, 2000, p. 65).

c) O sistema-mundo desde a crítica periférica.

O pensar crítico periférico considera a modernidade como a gestão racional do sistema-mundo, que busca identificar contribuições e “negar a dominação e a exclusão”. Qual o problema a partir deste horizonte? Não se trata da “mera superação da razão instrumental” (moderna) ou da “razão terror” (pós-moderna), mas do “sistema-mundo”, esgotado, que dá sinais de seu fim.

A superação da razão cínico-gerencial (administrativa mundial) do capitalismo (como sistema econômico), do liberalismo (como sistema político), do eurocentrismo (como ideologia), do machismo (na erótica), do predomínio da raça branca (no racismo), da destruição da natureza (na ecologia), etc, supõe a libertação de diversos tipos de vítimas oprimidas e/ou excluídas (DUSSEL, 2000, p. 65).

O esgotamento do sistema-mundo é factível através de duas mediações estruturantes.

Primeiro, por sua relação com a natureza, elegendo-a como “objeto ‘explorável’ com vistas a aumentar o lucro do capital”, culminando com a “destruição ecológica do planeta” (DUSSEL, 2000, p. 66), concebendo a natureza, apenas, como “um meio de produção”; como tal, corre o risco de ser consumida, destruída, “acumulando geometricamente sobre a terra os seus dejetos, até por em perigo a reprodução ou o desenvolvimento da própria vida. A vida é a condição absoluta do capital: sua destruição destrói o capital” (DUSSEL, 2000, p. 66). A modernidade, o capitalismo, em seu limite absoluto, em sua totalidade e desde seu “único critério” de “gestão quântica”, o aumento da taxa de lucro, “torna-se o perigo supremo para a humanidade”.

O segundo sinal de esgotamento do sistema é a sua relação com o ‘trabalho vivo’, outra “mediação essencial do capital” (DUSSEL, 2000, p.66) e que pode criar um novo valor: o lucro. O capital “põe cada vez mais tempo absoluto de trabalho; quando não pode superar este limite, então aumenta a produtividade pela tecnologia”, reduzindo o trabalho humano, aumentando a “humanidade sobrando”, sem salário, sem dinheiro: dinheiro, única mediação de acesso a mercadorias necessárias. A pobreza como limite absoluto do capital é a lei da modernidade: “esta lei produz uma acumulação de miséria proporcional à acumulação de capital” (DUSSEL, 2000, p. 66), contradição que o sistema-mundo moderno é incapaz de superar.

A Ética da Libertação expõe esta dupla contradição, quais sejam: “a destruição ecológica da vida e do planeta” e da “extinção da própria vida humana” (DUSSEL, 2000, p. 66). Para a Ética da Libertação “A modernidade enfrenta a impossibilidade de subsumir as populações, as economias, as nações, as culturas que atacou agressivamente desde sua origem, que excluiu de seu horizonte e que confina na miséria”. A Alteridade, o Outro (América Latina, África, Ásia) na sua indomável vontade de produzir, reproduzir e desenvolver a vida, nega o sistema-mundo centralista e globalizador e resiste na afirmação de sua crítica ética libertadora.

2.1.2) A crítica ética ao sistema vigente.

O ponto de partida da crítica é a relação que produz a “negação da corporalidade” expressa pelo sofrimento a que as vítimas são submetidas e a tomada de consciência desta negatividade.

a) A negação da vida humana.

Os sujeitos históricos dominados tem nome, cor, sexo, situações concretas; são os operários, os índios, os escravos africanos, os explorados asiáticos no mundo colonial, a corporalidade feminina, a raça não branca, gerações futuras que sofrerão em sua corporalidade a destruição ecológica, os velhos sem destino na sociedade de consumo, crianças de rua, migrantes e refugiados estrangeiros.

A materialidade desta contradição aparece na “negatividade empírica” como fato natural, sem consciência ético-crítica, como expressa o povo indígena de Chiapas, México:

Durante anos e anos constatamos a morte dos nossos campos chiapanecos; nossos filhos morriam por uma força que desconhecíamos [...]; nossos homens e mulheres caminhavam na longa noite da ignorância que uma sobra estendia sobre nossos passos. Nossos povos caminhavam sem verdade nem entendimento. Iam nossos passos sem destino, só vivíamos e morríamos (La Jornada. Mensagem do Exército Zapatista de Libertação Nacional, Chiapas, México, 1994, in DUSSEL, 2000, p. 313).

O fato histórico material, empírico, ponto de partida desta discussão ensina que a afirmação de valores do sistema estabelecido, o projeto de “vida boa” dos poderosos é negação do pobre, a “má vida” deste; a verdade do sistema, a norma, a instituição é a impossibilidade de vida das vítimas.

O fato histórico não imediato, julgado ético-criticamente pelas vítimas, é o sistema-mundo vigente, expresso pelo capitalismo em sua face globalizada, nas suas dimensões econômica, política, erótica, etc. O seu projeto “utópico” de liberdade, igualdade, riqueza e propriedade para todos, e de outros mitos e símbolos (DUSSEL, 2000, p. 314) é a contradição de si mesmo, pois os possíveis participantes em, sua maioria, são privados de acessar os direitos proclamados por ele mesmo.

É a partir da positividade do critério de verdade e do princípio ético material de reprodução e desenvolvimento da vida do sujeito ético que a negatividade da morte, da miséria, da opressão da corporalidade pelo trabalho alienado, da opressão do inconsciente e da libido, em particular da mulher, da falta de poder político dos sujeitos diante das instituições, da vigência de valores invertidos, da alienação do sujeito ético, pode agora cobrar sentido ético cabal (DUSSEL, 2000, p. 315).

O sistema vigente que se apresenta como “natural” e “legítimo” é agora julgada pela consciência crítico-ético das vítimas; a “realidade hegemônica” do sistema-capitalista, machista, racista, agora é julgado como “pretensão bem”, como dominador, excludente e ilegítimo. A alteridade das vítimas descobre como ilegítimo e perverso o sistema material dos valores, a cultura responsável pela dor injustamente sofrida pelos oprimidos.

b) O princípio crítico-material: a existência de vítimas.

O critério de eticidade teórico-prático, pulsional, etc., de toda norma, ato, micro sistema ou sistema de eticidade parte da “**existência real de vítimas**”. Mesmo que seja empiricamente impossível um sistema perfeito, em sua “vigência e consequência; muito embora preterido, mesmo que se suponha a existência de “sujeitos éticos perfeitos” gestores de sociedades sem instituições, “haverá inevitavelmente vítimas das imperfeições”, erros, exclusões, dominações, injustiças, “das instituições empíricas não perfeitas e finitas, dos sistemas existentes” (DUSSEL, 2000, p. 373). O fato de haver vítimas em todo sistema torna a crítica ainda mais necessária.

O reconhecimento do Outro, como outro, como vítima do sistema que o causa, e a simultânea re-sponsabilidade por esta vítima, como experiência ética, o “face-a-face” (Lévinas), é o ponto de partida da crítica.

Quem são as vítimas, por que o são, em quais circunstâncias concretas? Detectar empiricamente uma vítima é constatar negatividades, desde um juízo de fato, como pobreza, fome, traumatismo, dor, patologias. “A razão teórica capta o conteúdo empírico e faz juízo [...]; se as instituições são a repetição de atos bem sucedidos para evitar a dor e a postergar a morte e assim alcançar a felicidade; a vítima é a sua contradição absoluta” (DUSSEL, 2000, p. 374).

c) A interpelação do dis-tinto.

Não é possível a crítica ao sistema existente sem o re-conhecimento do outro como sujeito autônomo, livre e dis-tinto, não só igual ou di-ferente. O “re-conhecimento” do outro, graças ao exercício da razão ética, é anterior à crítica e ao argumento: “está na origem do processo e já é afirmação da vítima como sujeito”

(DUSSEL, 2000, p. 374), é abertura ao outro que se revela, que interpela. Mais além: é a resposta simultânea como “re-conhecimento” e como “re-sponsabilidade”, que antecede ao chamado da vítima por solidariedade. “Seu próprio rosto de faminto, de sofredor em sua corporalidade re-conhecida eticamente, nos ‘prende’ na re-sponsabilidade: nós o ‘tomamos-a-cargo’ antes de podermos recusá-lo ou assumi-lo. É a origem da crítica”. (DUSSEL, 2000, p. 375).

Portanto, a primeira condição de possibilidade da crítica é o re-conhecimento do outro sujeito a partir de uma dimensão específica: o ser “vidente”. Conhecê-lo a partir da vida, reconhecê-lo a partir de sua vulnerabilidade traumática. “A vítima é um vidente humano e tem exigências próprias não cumpridas na reprodução da vida do sistema” (DUSSEL, 2000, p. 375). A responsabilidade pelo outro é a condição de possibilidade, pois em sua origem não tem ainda capacidade de pôr-se em pé; a responsabilidade mútua é o segundo momento desta possibilidade.

O critério da crítica “é a descoberta da negatividade da vítima como vítima”. Como critério negativo, é o fato da “impossibilidade de reproduzir a vida da vítima”. Este fato material se reflete “graças à consciência crítica, sobre o sistema [...] e o julga [...] como não-verdade, já que origina uma tal negatividade”. A existência da vítima é sempre a refutação material da verdade do sistema e suas pulsões reprodutivas, que tem a pretensão de evitar a dor e a morte; o princípio da morte nega o outro como outro ao afirmar o presente do sistema a partir e para o passado, pois “não tende para o desenvolvimento da vida” (DUSSEL, 2000, p. 375).

A negação crítica, que é afirmação, é o re-conhecimento da “dignidade do sujeito autônomo do outro, como outro”, é tomá-lo a cargo, ser re-sponsável pelo outro.

A própria vítima, antes de tudo e quando é crítica, solidária e comunitariamente, re-conhece re-sponsavelmente as outras vítimas como vítimas [...]. Mas este re-conhecimento re-sponsável, por sua vez, embora afirme o outro, o faz a partir de uma negatividade mais originária: o fato de ser vítima no sofrimento de sua corporalidade (DUSSEL, 2000, p. 376).

O critério de fato, “juízo descritivo”, é a condição antropológica: a que não permite a vítima viver, negando-lhe a dignidade de sujeito e excluindo-o do discurso. Para a Ética da Libertação, a possibilidade do mal esta na finitude humana, na impossibilidade de um conhecimento e de uma pulsão perfeita. “O ser humano tem que decidir praticamente entre conhecimentos e pulsões das normas, até sistemas de eticidade, nunca de todo abarcáveis pela razão, nem origem plena de felicidade

perfeita” (DUSSEL, 2000, p. 377), entre os quais abre-se a possibilidade de erro, prático-teórico, como totalização do sistema sobre a realidade da vida.

O ocultamento do mal, como ausência de crítica, é um “processo de fetichização, de fundamentação da pretensa verdade da não-verdade do sistema” e a crítica ao fetichismo é a inversão da inversão, ou seja, a descoberta da não verdade do sistema, a partir das vítimas; “é o trabalho da crítica como um momento da luta pela vida” (DUSSEL, 2000, p. 377). “Esta que está aí na miséria é uma vítima de um sistema X [...]. Reconheço esta vítima como um ser humano com dignidade própria e como outra” (DUSSEL, 2000, p. 378). O reconhecimento desta vítima como ser humano não é nenhum ato ético, não inclui um “dever-ser”. A passagem “deôntica” se faz na responsabilidade pela vítima diante do sistema. “Eu tenho o dever ético, porque sou re-sponsável por ela, de tomar a meu cargo a vítima” (DUSSEL, 2000, p. 378).

‘Tomar a cargo’ a vida negada do outro, ainda não teria sentido ético se tomado como igual; o ato crítico-ético se origina pelo re-conhecimento como outro: porque é uma vítima; porque tem fome; porque não pode obter benefício algum de sua existência: gratuidade da re-sponsabilidade. Muito pelo contrário, está me pedindo solidariedade a partir da exposição de sua própria corporalidade sofredora. Pede-me, suplica-me, ordena-me eticamente que o ajude (DUSSEL, 2000, p. 378).

Este enunciado exige passar do enunciado de fato ao enunciado normativo: “Eu tenho o dever ético, porque sou re-sponsável por ela, de tomar a meu cargo esta vítima” (DUSSEL, 2000, p 378). “Tomar a cargo” é anterior à re-sponsabilidade.

O assumir a re-sponsabilidade é posterior, e já está determinado eticamente: se não assumo a re-sponsabilidade não deixo de ser por isso responsável pela morte do outro, que é minha/nossa vítima e de cuja vitimação sou/somos cúmplices, pelo menos por ser um humano, destinado à responsabilidade comunitária da vulnerabilidade compartilhada de todos os viventes (DUSSEL, 2000, p. 378).

A nossa responsabilidade, “sensibilidade aberta ao rosto do outro”, é pela vida negada do outro que se funda em enunciado normativo: “porque devo produzir, reproduzir e desenvolver a vida humana em geral, há razão para reproduzir a vida negada da vítima de um sistema opressor”. Trata-se da negação ética de uma negação empírica; trata-se da passagem por fundamentação do juízo de fato (“há vítimas”) para o juízo de normatividade (“Devo re-sponsavelmente tomá-lo a cargo e

julgar o sistema que a causa”) [...]. “Sendo re-sponsável diante do sistema X pela vítima, devo (é uma obrigação ética) criticar este sistema porque causa a negatividade desta vítima” (DUSSEL, 2000, p. 379).

Julgar o sistema é precedido por um “não” querer causar vítimas, que se não houvesse não seria necessária a crítica; não querer causar é anterior ao assumir a re-sponsabilidade; há um imperativo negativo, como os preceitos éticos do mundo guichua do império Inca diante a invasão européia: “Não o toques, sou seu tutor; Não mates, é meu filho” (DUSSEL, 2000, p. 379).

O princípio ético crítico, negativo primeiro e positivo depois, no qual deve fundar-se o juízo do sistema, pode ter o seguinte enunciado:

Os que agem ético-criticamente re-conheceram a vítima como ser humano autônomo, como Outro que a norma, ato, instituição, sistema de eticidade [...] se negou a possibilidade de viver [...], que obriga a tomá-lo a cargo diante do sistema [...] e criticar o sistema [...] que causa esta vitimação. O sujeito último de um tal princípio é, por sua vez, a própria comunidade das vítimas (DUSSEL, 2000, p. 380).

Quem pode opor-se a este princípio ético ou contra que deveríamos fundamentar este princípio? O conservador julga que a sociedade vigente não pode ser criticada ou substituída por uma sociedade futura melhor e considera que a crítica global é impossível, inoperante e destrutiva, negando alternas e a alteridade. Será preciso demonstrar que o conservador cai na contradição, que não se dá conta de que toda sociedade exige críticas; o conservador cai numa patologia regida pelo “princípio da morte”. Para o conservador “todo o passado é o melhor” porque funda o presente onde o “dominador pode viver”. Para as vítimas, “o futuro é o tempo da esperança; deve-se lutar para estar melhor, porque o presente sofre a negação, na qual não é possível viver. A crítica é o começo da luta” (DUSSEL, 2000, p. 381).

Oferecer a face pela vítima não é uma ação para que esta permaneça negada. A re-sponsabilidade é: “crítica” e “transformação”; transformar as causa que originam a vítima, como momento positivo do princípio ético-crítico: “os filósofos não fizeram mais que interpretar ..., trata-se é de transformar” (Manifesto Comunista, 7ªEd., Vozes, 1997, in. DUSSEL, 2000, p. 381).

Permanecer na “interpretação” é buscar sentido desde o ponto neutro do observador não comprometido. “A transformação começa pelo compromisso do

observador na estrutura da ação: o primeiro momento é o assumir a própria responsabilidade da crítica” (DUSSEL, 2000, p. 381). Na arquitetura da Ética da Libertação deve-se analisar o desdobramento da re-sponsabilidade ao ir cumprindo as orientações gerais e as exigências transformadoras para que a vítima deixe de sê-lo, de maneira monológica e comunitária. A transformação será possível e efetuar-se-á em todos os momentos constitutivos do “bem”, momentos materiais formais e de factibilidade ética.

O campo próprio da Ética da Libertação é a “produção, reprodução e desenvolvimento da vida de cada sujeito humano em comunidade”. A exigência não se resume à reprodução, como pulsão de autoconservação ou de prazer como vontade de poder sobre e contra o outro, mas como

desenvolvimento da essência da vida que cresce ou morre [...] para que haja justiça, solidariedade, vontade diante das vítimas, é necessário ‘criticar’ a ordem estabelecida para que a impossibilidade de viver destas vítimas se converta e possibilidade de viver melhor. Mas para isto é necessário transformar a ordem vigente, fazê-la crescer, criar o novo (DUSSEL, 2000, p. 382).

Há de se reconhecer as vítimas como outras e a “partir da re-sponsabilidade que as toma a cargo criticar o sistema, para depois co-solidariamente colaborar com estas vítimas excluídas que tem direito a ser parte de sistemas futuros”. A obrigação da crítica da norma, da ação, indica que o princípio material universal da ética não é só a reprodução da vida, mas o desenvolvimento da vida humana na história. Na Ética da Libertação, a “razão ético-crítica, material negativa, no ato de criticar, tem a ver não só com a reprodução feliz, mas fundamentalmente com o desenvolvimento da vida de cada sujeito humano em comunidade motivada por pulsões alternativas” (DUSSEL, 2000, p. 383); um princípio ético com critérios para além dos tecnológicos e quantitativos, critérios que permitam e desenvolvam a vida humana e de outras espécies, uma ecologia ética e não folclórica, ambígua, naturalista não crítica do capitalismo ao qual serve.

2.1.3) O princípio Libertação.

A comunidade crítica das vítimas promove o desenvolvimento da vida humana. Alimenta-se de um “novo critério de validade discursiva, a validade crítica da razão libertadora” (DUSSEL, 2000, p. 415). A fecundidade e originalidade

próprias da experiência latino-americana podem ter validade universal. No dizer de Dussel, Paulo Freire, “o anti-Rousseau do século“, nos mostra uma “comunidade intersubjetiva, das vítimas dos Emílios no poder”. Esta comunidade, “anti-hegemônica”, dialogicamente alcança validade crítica “organizando a emergência de sujeitos históricos (...) que lutam pelo reconhecimento dos seus novos direitos e pela realização re-sponsável de novas estruturas institucionais do tipo cultural, econômica, política, pulsional” (DUSSEL, 2000, p. 415).

a) A práxis “anti-hegemônica” da comunidade das vítimas.

Com os novos Movimentos Sociais Populares, o surgimento da “consciência ético-crítica”, a tomada de consciência progressiva (conscientização), a negação como momento estrutural do “sistema de eticidade”, iniciam o exercício da razão crítico-discursiva. Positivamente, desde a imaginação criadora, as vítimas irão discernindo alternativas utópico-factíveis de transformação e de bem viver.

Com a palavra as vítimas. Diz Rogoberta Menchú:

Eu não sou dona da minha vida, decidi oferecê-la a uma causa. Podem me matar a qualquer momento, mas que seja em uma tarefa onde sei que meu sangue não será algo inútil, mas será um exemplo para os companheiros. O mundo onde vivo é tão criminoso, tão sanguinário, que de um momento para outro ma tiram. Por isso, como única alternativa, só me resta a luta... E eu sei e confio que o povo é o único capaz, somente as massas são capazes de transformar a sociedade. E não é mera teoria apenas (DUSSEL, 2000, p. 416).

E diz J.L.C., Movimento Começar de Novo e Movimento das pessoas adultas em situação de rua:

Olha, pra começar, tu sozinho na vais conseguir sair das ruas; tu vais ter que procurar um grupo de apoio; um não: dois, três; quanto mais participar mais fortalecido tu vais ficar [...]. Há muitos anos atrás eu pensei encontrar um lugar assim, e parece que foi um negócio lá de cima que me fez chegar a um lugar em que eu possa falar, defender uma causa, ser útil, acho que o importante é ser útil, somar, aprender, estou aprendendo, já aprendi muito, pode não transparecer, mas aprendi; prá mim está sendo muito gratificante. Antes de entrar no Movimento eu vivia nas ruas, estava em situação de rua [...] Hoje faço parte deste Movimento que ocupa grande parte do meu tempo [...]; adoro estar nesse grupo e até me emociono quando começo a falar. Eu não agüento mais ver o que os poderosos fazem com essa população largada à própria sorte. É desumano ver um irmão dormindo na calçada e simplesmente você passar por ele [...]. Dificuldades existem, mas a palavra **não**, não faz parte do nosso dicionário; ninguém está pedindo nada; buscamos nossos direitos humanos que todo morador de rua deve ter, que é um lugar, ser respeitado, não ser humilhado e a gente vai correr atrás dos nossos direitos” (J.L.C., Movimento Começar de Novo, 2010).

Para Dussel o reconhecimento do discurso das vítimas é o reconhecimento ético do outro como outro, é o momento ético originário por excelência; é “dar lugar ao outro” para que “intervenha na argumentação” (DUSSEL, 2000, p. 418) não só como igual, como direitos vigentes, mas como livre, como sujeito de novos direitos. Dussel traça uma diferença essencial entre a Ética do Discurso e a Ética da Libertação; enquanto a primeira parte da própria comunidade de comunicação, a segunda parte dos excluídos dessa comunidade, “as vítimas da não comunicação” (idem); enquanto a primeira se encontra em posição de “inaplicabilidade” das normas morais fundamentais em situações normais, a segunda na excepcionalidade do excluído.

São as situações limites que interessam à Ética da Libertação: “os múltiplos processos cotidianos assimétricos da dominação exercida sobre as mulheres, as etnias discriminadas, as culturas populares e indígenas sufocadas, os processos pedagógicos de opressão, a situação das majorias em Estados do mundo em situação de não direito, da periferia do mundo colônia”. O princípio concreto: “Faze participar na discussão o afetado excluído, a vítima” (idem), tem uma lógica de procedimentos diferentes em relação à lógica meramente discursiva hegemônica.

A tomada de consciência dos oprimidos, como em Rigoberta Menchú, acontece, primeiro pela descoberta da opressão que pesa sobre a sua própria cultura e, segundo pela “tomada de consciência crítica e anti-reflexa sobre o valor do que lhe é próprio, mas que se recorta afirmativamente como ato dialeticamente anteposto e com respeito à materialidade como negatividade” (DUSSEL, 2000, p. 420). “E assim nasceu a consciência”. Como mulher dominada, como pobre da classe camponesa, como maia, etnia conquistada há 500 anos, de raça morena, como guatemalteca periférica e explorada pelo capitalismo. A tomada de consciência crítico-monológica: “Então nos púnhamos a conversar e a lançar insultos a esses ricos que por muitos anos, por muito tempo, nos fizeram sofrer. Nesse tempo, eu comecei a fazer a minha formação mais política entre a comunidade” (DUSSEL, 2000, p. 420).

Ineditamente inicia um processo de tomada de consciência ético-crítica da opressão-exclusão, do fato de ser vítima, possível desde a afirmação de seu ser valioso e desde então “começa uma luta de libertação com a consciência ética de ser vítima”. A afirmação é fruto de um processo “onde a relação dominador-

dominado, sistema-exclusão são o horizonte de compreensão” (DUSSEL, 2000, p. 421). O novo ponto de partida tem origem desde a experiência ética da “exposição” “face-a-face”, como em: “meu nome é Rigoberta Menchú” ou no “eis-me aqui” de Lévinas frente o pelotão de fuzilamento (DUSSEL, 2000, p. 421).

O ponto de partida da Filosofia de Dussel é a vítima, o oprimido, o excluído não é um objeto formal vazio; “é um sujeito vivo em um mundo pleno de sentido” (DUSSEL, 2000, p. 422), com memória de sua história, com cultura, uma comunidade, o “nós estamos sendo resistentes” de Rigoberta Menchú.

Comecei a analisar a minha infância e cheguei a uma conclusão: eu não fui criança, eu não tive infância, não tive escola, não tive suficiente comida para crescer, não tive nada. E dizia: Como é possível? Relacionava a vida dos filhos dos ricos por onde passava [...]. Tudo isso eu comparava e eu não sabia como compartilhar minhas idéias. Deste modo, comecei a ter amigos em outras comunidades [...] a minha própria experiência procurei transformá-la em uma situação geral de todo o povo. Fiquei alegre ao me dar conta exatamente que o meu problema não era só meu problema ... Que havia ricos e havia pobres. Que os ricos exploravam os pobres: nosso trabalho, nosso suor. Por isso ficavam cada vez mais ricos. Depois, o fato de não sermos escutados era um ‘despacho’, que tínhamos que nos ajoelhar diante das autoridades, era parte de toda a discriminação que nós índios vivíamos (DUSSEL, 2000, p. 423).

E, “de repente surge um Movimento”, da população de rua:

Na verdade, esse novo aprendizado, esse novo caminho, que pela minha força de vontade veio, partiu de uma palavra, [...] que me tocou bastante, porque não adianta ter força de vontade se alguém não te tocar, por que muitas vezes tu andas certo sem enxergar nada, tu não vês bem as coisas, mas sente que tem. De repente surge um movimento como este, está entendendo? E aquela palavra entra, passa fazer parte da minha vida, é uma coisa que é a realidade, eu vivo essa realidade, não é uma estória. Aí o que acontece? Vai te impulsionando cada vez mais, embora tu muitas vezes tá prostrado de frustração. Mas tu estás com aquela vontade, por isso tu não desistes, não [...]. Mas a partir do surgimento dessa palavra, dessa ideologia, desse pensamento, que praticamente todo mundo esculachava, se criou e além de tudo se formou uma visão deferente para as pessoas; eu tinha uma visão de ti, tu tinhas uma visão de mim, uma visão que não gostava, que pensava: ‘esse cara ta me pegando’; mas a partir do momento em que tivemos a oportunidade de abrir os olhos em relação a pessoa dele e ele da minha pessoa, uma palavra que veio do próprio Movimento, isso daí motiva; então: vamos pegar, vamos, vamos, agora é nós; só as nossas frustrações momentaneamente se levantam, o que nos leva a crer que vai chegar um dado momento que nós vamos avançar e superar muitas barreiras (LSN, Movimento Começar de Novo, 2010).

A razão ético-originária é o momento primeiro racional, a razão experiência empírica e material, com responsabilidade pelo outro.

É o próprio momento ilocucionário na origem de todo 'ato-de-fala': 'eu lhe digo que...'; é a intenção constitutiva anterior ao 'ato-de-trabalho', a divisão do trabalho a toda pretensão de eficácia na factibilidade ou solidariedade para com o outro. É o dizer antes de tudo 'o dito' [...] é um estar exposto na própria pele diante-do-outro; é o momento primeiro no qual consiste 'a própria racionalidade da razão'. A crítica tem sua fonte no momento prático por excelência da 'razão ético-pré-originária' que estabelece o 'estar-sendo-pelo-outro', como re-sponsabilidade a priori, no 'face-a-face' da 'proximidade' (DUSSEL, 2000, p. 424).

A afirmação, momento analético, é fruto da "razão ético-pré-originária", cujo primeiro sujeito é o outro dominado ou excluído, que se reconhece comunitariamente e luta pela participação plena na futura comunidade das "próprias vítimas e seus aliados" (DUSSEL, 2000, p. 425); inicia um processo de "re-conhecimento e solidariedade" entre os próprios outros como vítimas, "a partir da própria re-sponsabilidade [...] como sujeitos de uma nova história" (idem). Como Rigoberta Menchu:

Os ricos vem do lado de lá, onde está o governo dos ladinos, o governo dos ricos, até os latifundiários. Já começamos a ver com mais clareza as coisas e, como dizia, não foi difícil entender que era preciso lutar junto com os outros... Comecei a viajar por diferentes lados. Consultando todas as coisas... e então compreendia melhor meus irmãozinhos, meus irmãos" (DUSSEL, 2000, p. 425).

Assim como Rigoberta e seu povo, os oprimidos passam a ver a própria sabedoria e sua negação. "Sem consciência da negatividade não se conclui pela necessidade da luta [...], da organização [...], de ir construindo um projeto de libertação", decidido democraticamente, "participativamente na comunidade" (DUSSEL, 2000, p. 426).

b) A comunidade e seus aliados.

O critério da Ética da Libertação é a interpelação da comunidade das vítimas. Está ela convocando, interpelando à solidariedade, à re-sponsabilidade os "intelectuais orgânicos", para uma colaboração na crítica científica do sistema opressor. A interpelação situa os intelectuais orgânicos em posição de exterioridade

à ordem vigente, desaparecendo o “espectador desinteressado” (DUSSEL, 2000, p. 442).

Explicitar as causas da negatividade desde a experiência das vítimas, exige do intelectual a explicitação de “novos paradigmas”, interpretações diante de novos fatos ou de fatos até então não percebidos. Exige uma decisão ético-prática política. A objetividade, do objeto, se dá na vida cotidiana, “pré-científica”, constituída a partir do interesse prático e das ações e, também, das “condições de objetividade de um conhecimento possível” (DUSSEL, 2000, p. 451): a práxis. Assim, é possível entender que:

Os objetos do pensamento e a percepção assim como aparecem diante dos indivíduos antes de qualquer interpretação subjetiva tem em comum certas qualidades primárias que pertencem a estes dois esteios da realidade: 1) a estrutura física (natural) da matéria, e 2) a forma que a matéria adquiriu na prática histórica coletiva que a faz (matéria) objeto para um sujeito. Os dois suportes da objetividade (físicos e históricos) se acham de tal modo inter-relacionados que não podem ser isolados um do outro. O aspecto histórico não pode ser nunca eliminado tão radicalmente que só permaneça o suporte físico absoluto (DUSSEL, 2000, p. 451).

O fato a ser conhecido pode ser o mesmo para diversos sujeitos cognoscentes; muda o sentido dado nas práticas históricas e que pode originar outra teoria, que pode descobrir novos fatos, novos objetos e novas explicações. Mas, “uma comunidade científica se defronta com um mundo gigante [...] objetos e explicações compreensivas” e desde grupos oprimidos:

que tomaram consciência da sua negatividade e começaram formular uma utopia futura possível, a ‘novidade’ do fato é agora crítica, pois o ‘interesse’ que tende à utopia, como projeto de libertação, abre um tipo novo de horizonte a fatos ou objetos agora pela primeira vez observáveis a partir desse interesse, não só emancipador, mas libertador (DUSSEL, 2000, p. 451).

É o caso da leitura crítica e científica diante do fato “lucro”; o “lucro” para o mercado não é a mais-valia da produção; na perspectiva crítica dos trabalhadores, o novo fato é: “a mais-valia (objetivação do trabalho vivo do trabalhador) é a criação não paga do operário” (DUSSEL, 2000, p. 453). A mais-valia é o fato inobservável para a ciência na ética tradicional. O fato novo, que se explica até se constituir em categoria-chave de um novo marco teórico-crítico.

Em confronto com os sistemas sócio-históricos existentes, os programas críticos que descobrem novos “fatos” desde novas teorias, são inovações na história das ciências nesse processo diacrônico. Dussel traz a palavra de Orlando Fals Borda, voz do mundo periférico do capitalismo:

... transformar as ciências sociais em instrumentos de consciência crítica, em fator de autonomia cultural e política e em meio de luta contra a miséria e as desigualdades sociais. Nosso objeto mais amplo consiste em por as ciências sociais a serviço dos direitos fundamentais do homem e da criação de formas autênticas de democracia econômica, social e política (SERRANO, Enrique, Legitimación y racionalización. Weber y Habermas, Anthropos, Barcelona, 1994, in. DUSSEL, 2000, p. 455).

As ciências sociais críticas convivem com as hegemônicas, podendo refundá-las como novos paradigmas. A “validade intersubjetiva crítica” (DUSSEL, 2000, p. 457) da comunidade das vítimas, articulada à retaguarda de intelectuais orgânicos, refunda as ciências sociais e filosofias críticas, confrontando a antiga validade hegemônica.

2.1.4) Da organização e da auto-emancipação da Comunidade das vítimas: a Libertação.

A ‘razão libertadora’, que se exerce propriamente como síntese final da ação crítico-desconstrutiva, primeiro e, depois, construtiva por transformação de normas, atos, subsistemas, instituições ou de sistemas completos de eticidade, tem como componente imediato próprio de seu exercício, a razão estratégico-crítica, que não é a razão instrumental, mas a razão de mediações a nível prático (técnico) (DUSSEL, 2000, p. 506).

a) Assim surge o proletariado.

A razão estratégica visa o êxito como “fim”, que é mediação da vida humana, em especial no caso das vítimas quando há participação simétrica destas. Assim surge o proletariado como um sujeito social, com consciência própria, como ser de relações, autoconsciente e autolibertador: “o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo [...]. Mas não pode libertar-se a si mesmo sem abolir suas próprias condições de vida” (Manifesto Comunista, 7ªEd., Vozes, 1997, in. DUSSEL, 2000, p. 507) e continua: “é na prática que o homem deve demonstrar a verdade, quer dizer, a realidade e o poder, a terrenalidade de seu pensamento”. E assim Marx descobre o ponto de partida de uma práxis: a comunidade crítica das vítimas, o proletariado.

Mais tarde, já com a organização do partido, e este em diferentes grupos de pensamento diferentes e contraditórios, compreende que a luta exigia clareza tática e precisão teórica, ou seja, precisão científica porque, diz:

Os economistas querem que os operários permaneçam na sociedade tal como está constituída e tal como eles a descobrem e a referendam em seus manuais. Os socialistas querem que os operários deixem em paz a velha sociedade para poder entrar e melhorar na sociedade nova que lhes prepararam com tanta previsão (DUSSEL, 2000, p. 509).

É na estrutura estratégica do manifesto de 1843 que a comunidade das vítimas (proletariado) é deferida ante o sistema vigente; é a explicação histórico-econômica das causas da negatividade material das vítimas e da contradição do sistema vigente. Assim “[...] o desenvolvimento da grande indústria abala sob os pés da burguesia a própria base sobre a qual ela produz e se apropria dos produtos ... Seu declínio e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis” (DUSSEL, 2000, p. 509).

A clareza de Marx quanto à autolibertação dos próprios operários passa pelas exigências ético-práticas de explicação científico-críticas das causas que produzem a miséria dos assalariados do capitalismo. A partir de então passa a empreender com precisão um programa de pesquisa científica, donde sairão as grandes redações de O Capital, referência teórica necessária como horizonte explícito dos múltiplos “diagramas” macro físicos e micro físicos do poder.

Segundo Dussel, é imprescindível trazer para o centro desta análise a contribuição de Rosa Luxemburgo. Mulher, judia, polonesa sempre periférica do capitalismo, militante e cientista crítica e coerente com o pensar de Marx, Rosa Luxemburgo consolidou a sua práxis pela coerência com os princípios do socialismo e “as explicações em ciências sociais críticas, como teoria e por suas análises e ações estratégicas e táticas” (DUSSEL, 2000, p. 510), como prática. Atenta à luta da classe operária desde seu país, se destaca não somente por enfrentar o capital, mas também os reformistas oportunistas:

A aversão à teoria, e é evidente, já que nossa teoria, quer dizer, os princípios [...] do socialismo científico impõe a nossa atividade prática marcos estritos [...], tanto em referência aos fins [...] a alcançar, como aos meios de luta [...] que se aplicam, e finalmente aos modos de luta. Naturalmente, os que buscam só os êxitos práticos logo desejam ter as mãos livres, quer dizer, separar a práxis da teoria, para agir

independentemente dela (LUXEMBURGO, R., 1966, t. 1, p. 128, in. DUSSEL, 2000, p. 511).

Para Dussel, na práxis de Rosa Luxemburgo estão presentes os princípios da Ética da Libertação: “o princípios da produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana em comunidade de cada sujeito ético; o princípio ético formal da razão discursiva; o princípio da factibilidade ética; o princípio crítico-material; o princípio formal intersubjetivo da validade crítica” (DUSSEL, 2000, p. 511). Os princípios são as condições de possibilidade ética da norma, ação, subsistema, instituição ou sistema de eticidade que “impõe à nossa atividade prática limites estritos” (idem). A ação revolucionária não é qualquer ação, qualquer meio, mas aqueles possíveis desde os princípios referenciais. Os princípios contêm critérios em referência aos fins a alcançar, aos meios de luta e aos modos de luta, os três níveis da razão estratégico-instrumental que definem o horizonte das mediações. Se a estratégia é libertar as vítimas, o seu êxito dependerá do cumprimento e suas condições de possibilidades e, por isso, “não se pode separar a práxis da teoria” (DUSSEL, 2000, p. 512), incluindo na teoria os princípios éticos, as explicações das causas da negatividade, o projeto de libertação decidido intersubjetivamente como “denúncia” e “anúncio”, os fins ou programas, os meios que se desdobrarão comunitariamente e consensualmente e os métodos.

b) Os sujeitos da práxis de libertação.

“Cada sujeito ético da vida cotidiana, cada indivíduo concreto em todo o seu agir, já é um sujeito possível da práxis de libertação, enquanto como vítima ou solidário com a vítima fundamentar normas, realizar ações, organizar instituições ou transformar sistemas de eticidade” (DUSSEL, 2000, p. 519). Estamos falando da ética possível, da ação de cada dia, em que o sujeito privilegiado é a vítima ou a comunidade que opera com os sujeitos.

Quem é o sujeito para Dussel? Primeiro, a) o critério de verdade e validade insubstituível da ética é o sujeito da vida humana, o “corpo próprio vivo”, no reconhecimento solidário do outro e da comunidade; b) a referência ética instância última é o sujeito negado que não pode viver; c) movimentos ou comunidades intersubjetivas sociais (“sujeitos comunitários no diagrama da micro física e macro

física do poder), históricas (não metafísicas), na diversidade da comunicação difícil, mas não incomensuráveis” (DUSSEL, 2000, p. 520).

Ao se avançar, em complexidade crescente, “na profundidade de cada um destes diversos sujeitos históricos, encontrar-se-ão ligações com todos os restantes, graças à função de uma razão ético-material de re-conhecimento e responsabilidade pelo outro que ‘transversalmente’ chega à ‘universalidade’ a partir da ‘diversidade’ dis-tinta” (DUSSEL, 2000, p. 520). Assim, o sujeito feminino Rigoberta Menchú é também etnia, raça, classe trabalhadora, movimento social; assim cada pessoa em situação de rua é classe trabalhadora, raça, vítima oprimida, sujeito social, comunidade, não como:

“função” do sistema, mas, transversalmente, como “sujeito vivo concreto [...] as subjetividades possíveis, tantas quantas como níveis de diversos sistemas o sujeito possa mediar, sem se esgotar em nenhum, e transcendendo-os sempre como sujeito ético-vivo humano: a/o outra/o que todo sistema possível – ‘alteridade’ de toda ‘totalidade’ (DUSSEL, 2000, p. 520).

O sujeito da nossa ética não é o sujeito moderno de Descartes, o “ego cogito”, “alma descorporificada”, o corpo como “máquina quantitativa externa”; a ética torna-se impossível onde a vida não impera. Também não é o “sistema transcendental” kantiano que em seu formalismo perde “o critério material do conteúdo ético dos atos humanos” (DUSSEL, 2000, p. 520). Não é o Eu absoluto de Fichte, o “eu mesmo”, a “Eucidade sem diversidade”, o eu absolutamente autônomo que “parte de si para si mesmo”. Nem mesmo é a “autoconsciência” como ato absoluto de Schelling. Hegel continua na mesma tradição, “negando cada nível de objetos” até alcançar o “saber absoluto”, onde razão e realidade são “idênticos”. O modelo ideal de Hegel é “lógica e empiricamente impossível para uma subjetividade corporal, finita, viva. Destruição completa da possibilidade da ética em seu sentido dramático” (DUSSEL, 2000, p. 521).

Para Dussel, “a subjetividade pura é o fundamento da intencionalidade” (idem). A intenção estimativa “não cria o objeto, mas tem acesso ao objeto prático constituindo o correlato da *noesis* ética: o valor” (DUSSEL, 2000, p. 522). O valor tem seu fundamento último na subjetividade transcendental pura.

Heidegger em *Ser e Tempo* mostra que a subjetividade da consciência, o eu cognoscente, “já está sempre a priori”, o ser humano como “ser aí” no mundo. “...

conhecer é um modo do *ser-aí* fundado no *ser-no-mundo* [...]. Por isso o *ser-no-mundo* pede uma hermenêutica prévia como estrutura fundamental”. Para Heidegger, antes que o conhecer explícito do ego cogito, “o sujeito já está sempre no mundo empírico, cotidiano, concreto” na factibilidade pré-cognitiva. O “ser-aí” é o *subjetum*, mas “já não e o ‘sujeito’ como compreensão do ser que abre para o horizonte dentro do qual os entes podem ser colocados como ‘objetos’ ônticos de um sujeito cognoscente falante”. Heidegger também indica o tema da intersubjetividade: “o mundo do *ser-aí* é um *mundo-do-com* [...], o *ser-em* é um *ser-com* outros” (idem), o ser é *ser-aí-com*.

Todo ato cognitivo [...], todo ‘lugar’ do enunciado, todo sistema, o ‘mundo’ de todo Dasein, toda intersubjetividade consensual discursiva, todo pré, sub ou inconsciente, toda subjetividade anterior ao ‘mundo’ pressupõe sempre, já a priori, um sujeito humano concreto vivo como último critério de subjetividade – de referência a um ator em última instância como modo de realidade (DUSSEL, 2000, p. 527).

Até mesmo o mercado que se pretende “autoregulável” em sua complexa estrutura cooperativa do cumprimento de regras (propriedade privada, competição) de sujeitos concretos vivos, fecha as portas depois de horas de intensa atividade. Tudo porque os operadores precisam parar, dormir, descansar, reestabelecer forças. “A ‘auto-regulação’ do mercado não é senão a criativa participação empírica de muitos sujeitos reais que cumprem as ‘regras’ desse sistema formal chamado ‘mercado’.” (DUSSEL, 2000, p. 527).

Parece óbvio que sem operadores não há mercado, que ações são de empresas com trabalhadores de “carne e osso”, que mercadorias são transportadas por trabalhadores, são fabricados e consumidos por homens vivos; a vida humana de cada sujeito é o constitutivo, o conteúdo de tudo o que aparece como mercado nas palavras de Franz Hinkelammert:

Este conhecimento mútuo entre sujeitos *naturais* e necessidades transcende a relação mercantil para julgá-lo. Transcende, também, a linguagem. Este transcender ocorre a partir do interior tanto das relações mercantis como da linguagem. No entanto, defronta-se com elas para lhes dar o seu conteúdo real. Este conteúdo real, que julga os esquemas formais da linguagem e do mercado, é ao mesmo tempo *subjetivo*. É o fato de que o sujeito está defronte à encruzilhada da vida e da morte, que constitui esta realidade do mundo que se defronta com a linguagem e o mercado. Mas trata-se de uma *subjetividade* de validade objetiva, forçada. Este ator, forçosamente, tem de ser entendido como *sujeito* para poder viver. Mas estes juízos de fato, cujo critério de verdade é a vida e a morte,

são ao mesmo tempo os juízos constitutivos da realidade *objetiva*... A realidade objetiva não é algo dado *independentemente* da vida do ser humano (HINKELAMMERT, Franz, El mapa del Emperador, DEI, San José, 1996, p. 42, in DUSSEL, 2000, p. 528).

O sujeito humano é o ponto de partida, referência e conteúdo da consciência cognoscente: conhecer consciente é um momento de produção e reprodução do sujeito humano; conhecer o mundo, os instrumentos e valores culturais da linguagem, dos sistemas todos, são a forma do viver melhor: “A afirmação da vida não é um fim, mas um projeto: o projeto de se conservar como sujeito, que pode ter fins. A ação correspondente é uma ação para evitar as ameaças a esta vida; é um projeto” (DUSSEL, 2000, p. 528).

O capitalismo, a educação bancária, o patriarcalismo machista, o racismo discriminatório, como sistemas fetichizados, são enunciados juízos de fato meio-fim com pretensões sistêmicas, sem sujeitos, autoreferentes. A Vida dos sujeitos lhes serve apenas como suporte, a morte do trabalhador está fora do cálculo da relação meio-fim.

Reintroduzir, como um momento fundamental, uma referência a vida-morte [...] é ter em conta os sujeitos vivos que operam nos sistemas performativos como ‘partes funcionais’. O juízo de fato crítico é enunciado como possibilidade da produção, reprodução e desenvolvimento da vida dos sujeitos reais do sistema, e como ‘medida’ ou critério dos fins do mesmo: se a vida não é possível, a razão instrumental que exerce em torná-la impossível é eticamente perversa (DUSSEL, 2000, p. 529).

c) “A Revelação do sujeito negado”.

E o sujeito que aparece nas crises do sistema, não pode ser controlado; o rosto do oprimido aparece, o grito, é preciso ter ouvidos para ouvir. É a interpelação daquele que exclama: “tenho fome! Dêem-me de comer, por favor”. A não resposta é a morte da vítima, que deixa de ser sujeito. “É o critério negativo e material último e primeiro da crítica enquanto tal – da consciência ética, da razão e da pulsão crítica” (DUSSEL, 2000, p. 529). O outro é a vítima possível, causada por minha ação funcional no sistema, eu como re-sponsável. E recorreremos, mais uma vez, às palavras de Hinkelammert:

O reconhecimento entre sujeitos que se reconhecem mutuamente como sujeitos naturais e *necessitados* não é apenas o reconhecimento da vida. Um reconhecimento da vida [em geral] pressupõe a constituição da realidade objetiva pelo reconhecimento entre sujeitos. Este reconhecimento

implica que a vida natural, do mesmo modo que a vida humana como ser natural, mas também a realidade objetiva da natureza, constitui-se pelo reconhecimento entre sujeitos. Tampouco, porém, é o reconhecimento da espécie humana como objeto de sobrevivência. A espécie humana como objeto é uma abstração que simplesmente arrasa o reconhecimento entre sujeitos. Trata-se do reconhecimento do outro numa relação de seres naturais e necessitados. Este reconhecimento não pode excluir ninguém. Neste sentido, é universal, *sem constituir nenhum universalismo abstrato...* O reconhecimento mútuo entre sujeitos desemboca numa opção por alguns sujeitos, isto é, na opção por aqueles cuja vida está mais diretamente ameaçada. O critério da verdade é a vida e a morte... em cujo centro se encontra a *vítima*. Trata-se de um ser para a vida, não para a morte. O critério de verdade é a vítima (HINKELAMMERT, Franz, *El mapa del Emperador*, DEI, San José, 1996, p. 44-45, in DUSEEL, 2000, p. 530).

Estamos falando do sujeito vivo, social e histórico, crítico autoconsciente, necessitado, natural, cultural, em risco porque descoberto no “diagrama” do poder pela razão estratégica, o sujeito da práxis libertadora.

d) O critério ético-crítico: transformar.

A práxis de libertação é a ação possível que transforma a realidade, subjetiva e social, tendo como referência última uma vítima ou uma comunidade de vítimas. Transformar é o critério ético-crítico, factível, quando a realidade objetiva-sistêmica se manifesta em oposição à plena realização da vida humana. O sistema aparece como contradição já que se pretende mediador na produção e reprodução da vida, mas a sua continuidade depende da vítima. A própria existência deste é a contradição do sistema.

O princípio libertação anuncia o “dever ser”, que obriga realizar a transformação, cumprida pela própria comunidade das vítimas, auto-re-sponsável, que se origina a partir de um poder: o ser da vítima. “Porque há vítimas com uma certa capacidade de transformação, pode-se e deve-se lutar para negar a negação anti-humana da dor das vítimas, intolerável para uma consciência ético-crítica” (DUSSEL, 2000, p. 559). Quebram as cadeias materiais que aprisionam.

O critério crítico-factível de confrontação do sistema formal dominante é o movimento social organizado; é o “feminismo ante o machismo”, “os desempregados, pobres e excluídos ante o capitalismo”, “os ecologistas ante os subsistemas que destroem a vida na terra” [...]. “Nem sempre o justo pode fazer o ato de justiça” (DUSSEL, 2000, p. 560), isto é, a possibilidade de transformação consiste considerar as capacidades empíricas, tecnológicas, políticas, econômicas de negação da negatividade da vítima, “graças ao cálculo prático feito pela razão

instrumental e estratégica crítica na perspectiva da comunidade das vítimas de realizar tal empresa. “Enfrenta-se a existência dada de um sistema formal vigente” uma norma, ato, microestrutura, instituição em sistema completo, o que exige cautela em no mínimo três níveis:

a) o juízo empírico-estratégico de fato sobre o exercício do poder histórico concreto do sistema dominador [...]; b) a capacidade que a comunidade organizada das vítimas tem para realizar empiricamente com ‘êxito’, através de ‘meios’ eficazes, os ‘fins’ estratégicos programados, tendo em conta os diagramas do poder; c) as condições ou conjunturas objetivas concretas a partir das quais é factível efetuar as transformações (DUSSEL, 2000, p. 561).

O dever ético-crítico da transformação é a possibilidade de produção e reprodução da vida, o dever de intervir no “progresso qualitativo da história”, por desconstrução negativa e nova construção positiva dos sistemas que produzem a negatividade da vítima. O princípio libertação pode ser descrito da seguinte maneira:

libertar a vítima como participante [...] da própria comunidade a que pertence a vítima por meio de a) uma transformação factível dos momentos (normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade) que causam a negatividade material [...] ou discursivo-formal (alguma simetria ou exclusão da participação) da vítima; e b) a construção [...] de novas normas, ações, microestruturas, instituições e sistemas complexos de eticidade onde as vítimas possam viver sendo participantes iguais e plenos (DUSSEL, 2000, p. 565).

O momento negativo do princípio libertação é o enfrentamento real das causas da vitimação, bem como da violência legal do sistema, que coloca em risco da vida as vítimas e seus aliados; é o momento de enfrentamento de Davi contra Goliath como na metáfora bíblica, ou de uma “guerra de posições” a uma “guerra de movimentos” no dizer de Gramsci.

O movimento positivo do princípio libertação é o processo de afirmação da vida e a exigência de transcender a mera reprodução do mesmo; é construir a utopia possível, as estruturas do viver bem, a nova vida. É o movimento de transformar o militante em político, o herói em governante. “É necessário converter a espada em arado para abrir o sulco e produzir o pão para o faminto, que, comendo-o, se sacia na felicidade de reprodução da vida agora como aumento de vida” (DUSSEL, 2000, p. 566). É o momento de construir a casa do sem teto, do qual este participe de sua

arquitetura. É a viabilidade de um trabalho a construir, depois da exploração. É o momento de superação da antiutopia conservadora e de afirmação da esperança.

2.2) O “Infra-humano”: a relação Ser Humano-Educação-Trabalho-Cosmos.

Será o ser humano, hóspede deste planeta, por natureza agressivo e competitivo ou cooperativo e solidário? O nosso estudo de perspectiva sistêmica continua, agora apoiados na profunda contribuição de Marcos Arruda³². Tomamos como referência dois dos três volumes de sua obra mais recente: *Humanizar o infra-humano – A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária, Vol. I*; *Tornar real o possível – Formação do ser humano integral: economia solidária e o futuro do trabalho, Vol. II*; e *Tornar possível o sonho impossível – Formação do ser humano integral: economia solidária e educação da práxis*. A tríade se completa com: *Educação para uma Economia do Amor – Educação da práxis e economia solidária*, lançado por Idéias & Letras, 2009.

Em sua obra, Arruda pergunta pelo ser humano - *homo*³³ - o ser *no* e *com* o mundo e o seu *vir-a-ser*; a *forma de ser* em grupo enquanto sociedade, as relações deste ser reflexivo, consciente, trabalhador, educando, hospedado neste planeta. Todo o projeto de sociedade, de educação, de trabalho tem intrínseco um determinado projeto de ser humano.

Para Arruda, o ser humano espécie, trabalhador e educando-aprendente, no atual “contexto do mundo contemporâneo” (2004, p. 29), vive uma crise profunda na sua práxis de economia, na sua evolução histórica, nos processos de trabalho e produção das riquezas, na construção do mundo e de si próprio enquanto humano, uma crise originada das “enfermidades provindas da alienação do *homo* via alienação da atividade mediadora das suas relações”.

³² Marcos Arruda é economista, educador e professor. Como militante, participa do Movimento Fé e Política, colabora na articulação da rede nacional e internacional de empreendimentos autogestionários de socioeconomia solidária. É autor de várias obras, além das citadas acima.

³³ Do latim, *homo* (*anthropos* do grego) não se confunde com *vir*, *viris*, que quer dizer homem, em oposição a *mulier*, *mulieris*, feminino que quer dizer mulher. *Homo*; compreende o ser humano genérico, sem o uso de homem-masculino, mulher-feminino.

Ao longo de sua pesquisa, Arruda investiga **três hipóteses**, como elementos estruturantes naturais e históricos de ser humano. Aqui nos limitamos a apontá-los, sem nos determos longamente sobre as mesmas, mesmo porque perpassam toda a sua obra.

Na primeira hipótese Arruda postula que o “diferencial evolutivo” do ser humano, enquanto ser dominante sobre o planeta, não é a agressividade nem a competitividade, mas a sociabilidade, a cooperação e a solidariedade. Contraditoriamente, as divisões do trabalho “baseadas na apropriação privada do bem e dos frutos de trabalho de outros”, com a recente globalização levaram os efeitos desta “divisão do trabalho ao extremo” (ARRUDA, 2004, p. 31) tornando indivíduo e espécie agressivos e competitivos em todo o planeta e na sua relação com este. Por outro lado “a evolução dos sentidos e da consciência humana”, as possibilidades técnicas deste momento histórico, constituem a oportunidade de superação destas tramas, podendo contribuir para a reorganização da vida “pessoal e coletiva”, possibilitando à espécie “convergir, coordenar suas ações e o prazer da convivibilidade e da amorosidade” (2004, p. 31).

Como segunda hipótese postula que o ser humano, ao nascer, traz uma “constelação de potencialidades e probabilidades” *genéticas* (enquanto indivíduo), *societárias* (enquanto agrupamento) e *filéticas* (enquanto espécie), podendo maximizá-las na sua existência, como ser reflexivo que é. Porém, somente pela emancipação do trabalho, do saber e da criatividade, como libertação de toda opressão e alienação, poderá tornar-se e realizar-se como humano.

Já na terceira hipótese, argumenta que “a educação é um fim em si, enquanto constitui um processo permanente de o *homo* realizar sua vocação ontológica e histórica de *ser sempre mais*” (ARRUDA, 2004, p. 33), porém a educação também é um meio a serviço de um projeto de ser humano e de sociedade. Nas sociedades divididas em classes, nas quais o trabalho está subordinado e reduzido a mercadoria, a educação tende a servir como sustentáculo ideológico desta divisão, reduzindo o ensino-aprendizagem a um instrumento funcional utilitário. “Na perspectiva da práxis, é preciso emancipar a educação dos seus condicionantes sistêmicos” (ARRUDA, 2004, p. 33) para que o *homo*, enquanto indivíduo realize sua

vocação maior, assuma plenamente o trabalho e a responsabilidade de ser sujeito enquanto indivíduo, sociedade e espécie.

É inegável que a humanidade vive profunda crise, materializada pelos dados sócio-econômicos e de sustentabilidade do planeta, uma tradução das suas relações enquanto sociedade e de sua relação com os meios naturais.

a) Crise e alienação

O processo de alienação, expresso pela crescente fome no mundo, afeta a quase 1 bilhão de pessoas. São 963 milhões de seres humanos passando fome todos os dias no mundo, 40 milhões a mais em relação a 2007. A meta do milênio, fixada pelas Nações Unidas para reduzir a desnutrição e a pobreza extrema à metade até 2015, mergulha no fracasso. O relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) sobre insegurança alimentícia no mundo (Sofi) com dados de 2007, falava de 923 milhões de desnutridos, com previsão de aumento em mais 40 milhões para 2008. Com preços de sementes, adubos e de outros insumos em mais do que o dobro de seu nível de 2006, os camponeses pobres não puderam aumentar sua produção. "Os efeitos da crise serão ainda mais devastadores entre os pobres das áreas urbanas e nas famílias que estão chefiadas por mulheres, que são as mais afetadas junto às crianças".
Fonte: FAO, 09/12/2008, EFE.

Se na base há fome, no topo da pirâmide social há alguns poucos bilionários. Os 225 indivíduos mais ricos do mundo, dos quais 60 são norte-americanos, tem uma riqueza combinada de mais de um trilhão de dólares, igual à renda anual de 47% da população mais pobre do mundo. As três pessoas mais ricas do mundo tem mais riqueza do que o PIB combinado dos 48 países mais pobres. Em 1990, um bilhão de pessoas no mundo viviam com renda de até um dólar por dia, número que subiu para 1,3 bilhões de pessoas em 1997.

A expressão da crise na sociedade brasileira, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em outubro de 2008 havia 14,574 milhões de pobres no Brasil – são considerados pobres aqueles seres humanos que possuem renda mensal de até meio salário mínimo - e em abril de 2009 eram 14.258 milhões,

uma redução de 316 mil. Pelo levantamento, a taxa de pobreza em abril de 2009 foi de 30,7%, o que significa um recuo em relação aos 42,7% no mesmo período de 2004, ano em que esse número deixou de crescer no país. Mas, segundo o próprio IPEA, ainda existem 43 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza, que possuem renda suficiente apenas para comprar comida, sendo que a Região Nordeste, com um terço dos brasileiros, concentra a metade dos pobres e dois terços dos indigentes. Não significa que o problema não seja sério em outras regiões; como diz a música, “miséria é miséria em qualquer canto”³⁴.

A falta de um teto ou déficit habitacional, no Brasil é de 8 milhões de moradias, dados da pesquisa nacional por amostra de domicílios (Pnad), de 2006, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A pesquisa da Fundação João Pinheiro, que serve como base para o Ministério das Cidades, aponta a falta de 7.934.719 de moradias, correspondente a 14,5% dos domicílios do país, que totaliza 54.610.413.

b) O ser no e com o cosmos.

Para Marcos Arruda, o ser humano, na sua relação com o cosmos, “é um ser evolutivo, gerado no seio do cosmos, parte integrante do mesmo [...] a síntese mais completa [...] é o cosmos transcendendo-se a si mesmo” (ARRUDA, 2004, p. 86). A concepção dominante, porém ainda postula a oposição entre ser humano e cosmos, desde um método que tem como pressuposto a “incompatibilidade dos opostos” (2004, p. 86); concebe como realidade, os fenômenos que podem ser apreendidos, estudados e medidos por um dos cinco sentidos físicos do ser humano.

Outras pesquisas questionam o pensamento hegemônico no estudo da natureza e do ser humano, questiona a cientificidade das ciências humanas e mesmo a “exatidão das ciências naturais” (idem, p. 86). As descobertas da “física subatômica e da biologia” tem remetido a ciência a necessidade de renovar e inovar suas perspectivas para além do conhecimento já acumulado pela humanidade (ARRUDA, 2004, p. 87).

³⁴ Miséria. Titãs. <http://miseria.titas.letrasdemusicas.com.br>.

Os cientistas da natureza³⁵, em particular, à medida que se aproximam das questões “essenciais da existência do homo” (2004, p. 87), sua natureza e sentido, a natureza da realidade, o processamento do conhecimento desta, tem se perguntado por e considerado outras dimensões e possibilidades, como “a questão da transcendência e da dimensão espiritual do cosmos” (2004, p. 87). Nesta perspectiva, a concepção de realidade vai além do que se apreende com os “sentidos do corpo”.

Um novo conceito, em formação, “está relacionado com energia em processo de materializar-se ou desmaterializar-se, movimento, evolução no espaço-tempo, o tempo irreversível, o ser e o que o constitui e, simultaneamente, o seu reverso” (ARRUDA, 2004, p. 87). O conflito entre opostos tanto na natureza quanto as “contradições na história humana (diacronia e sincronia eficientes) buscam sempre resolver-se num modo de equilíbrio ou de superação”, traduzindo-se numa “nova relação e num novo momento de conflito ou contradição, superior ao primeiro em termos de complexidade” (2004, p. 88); é a dinâmica do movimento e da evolução do real.

Para Arruda (2004, p. 88), a perspectiva dialética³⁶ de apreensão da realidade, revela-se “como uma forma de ser do real [...] um modo de pensar o real [...] uma forma consciente de ser, de comportar-se e de agir”; permite “identificar os aspectos diferentes e contraditórios de uma mesma realidade sem fragmentá-la e perder de vista a sua unidade”. Segundo Arruda, está em curso uma transição fundamental na forma de percepção do *concreto* como “sendo o sujeito, o objeto ou o fenômeno que se vê ou percebe num momento determinado”. Esta nova forma concebe o concreto como:

o processo e o conjunto de relações que gerou o sujeito ou o objeto ou o acontecimento, e que o constitui e configura no espaço-tempo, num sentido inequivocadamente irreversível;
como ‘unidade da diversidade’ de fatores, aspectos, dimensões, fenômenos e probabilidades;

³⁵ Em suas pesquisas, Marcos Arruda menciona os seguintes: Max Planc, Niels Bhor, Wenwe Heisemberg, Albert Einstein, Jagadis Chandra Bose, Hubert Reeves, Humberto Maturana, Francisco Verela, Teilhard de Chardin, Leonardo Boff, Albert, Jacquard, Fritjof Capra, Nannah Zohar, Gregory Bateson, Ilya Prigogine.

³⁶ Dialética vem de *dia* (através) e *lego* (discorrer), falar, escolher idéias para pronunciá-las). Portanto, a filosofia dialética se harmoniza sem contradições com a concepção triádica do mundo.

como o sujeito e o objeto e o conjunto de suas probabilidades em processo de tornar-se;
como complexidade simultaneamente material e imaterial, atual e potencial, individual e social, local e global, imediata e mediata, específica e geral, cotidiana e histórica, masculina e feminina;
como movimento que envolve insumo, entrada, compra, consumo, demanda; metabolismo e assimilação, ou gestação e transformação; e oferta, venda, produto, saída, rejeito (ARRUDA, 2004, p. 89).

Nesta mesma perspectiva, a realidade humana é, por natureza, diversa e a diversidade tem a ver com conflito, contradição e incerteza. Contradição e incerteza como natureza animal ou infra-humana, consciente-reflexiva ou humana e como potencial de sobreconsciência ou uma vontade ultra humana. “O conflito aparece dentro de nós ou entre diferentes aspectos e dimensões que constituem os seres complexos que somos nós” (ARRUDA, 2004, p. 91) e a sua superação construtiva e libertadora, não amedrontadora e imobilista, é um processo de diálogo e conscientização, e seu resultado não é uma unidade imposta ou alienada, mas antes uma unidade criativa.

Esta perspectiva nos leva a enfrentar a questão do indivíduo-coletividade. A visão de ser humano como indivíduo conduz ao “pensamento único do mercado total”; a extensão do individualismo à empresa, à etnia ou à nação são igualmente perniciosas, pois tendem a um tipo de egoísmo coletivo, e de totalitarismo que exclui, amordaça, subjuga e mata”. Esta visão concebe o outro como “ameaça”, “adversário”, “inimigo”, “que é preciso subjugar ou eliminar”, e tem na competição o “único mecanismo concebível entre as entidades abstratamente isoladas”. Em outro extremo, a concepção de homo apenas como “ser coletivo resulta do desprezo da subjetividade e pela singularidade da pessoa humana, e gera homogeneização, combate à diversidade e, no plano sociopolítico, outro tipo de totalitarismo” (ARRUDA, 2004, p. 94 e 95).

O desafio para a consciência humana, conforme Arruda, 2004, p. 97, é o de construir uma compreensão desta realidade complexa, articulando fatores da polaridade, “maximizando a complementaridade”, num “equilíbrio que será sempre instável”, uma “perfeição” aberta a uma “perfeição maior”: um fio de navalha.

Numa perspectiva sócio-educativa, apoiado em Maturana, a negativa de que a agressividade e a competição sejam características constitutivas naturais do ser humano.

A competição é um fenômeno cultural e humano e não constitutivo do biológico. Como fenômeno humano a competição se constitui na negação do outro. Observem as emoções evolutivas nas competições esportivas. Nelas não existe a sã convivência porque a vitória de um surge da derrota do outro e o grave é que, sob o discurso que valoriza a competição como um bem social, se vê a emoção que constitui a práxis de competir, e que é a que constitui as ações que negam o outro (MATURANA, 1990, p. 13, in, ARRUDA, 2004, p 157).

A nossa pesquisa continua a buscar compreender as tendências agressivas ou cooperativas do ser humano, percorrer os caminhos matriciais constitutivos como “ser que é” e “está sendo”, “a partir da observação de quem tem sido o homo concreto, no seu contexto natural, social e histórico” (ARRUDA, 2004, p. 171), suas potencialidades e probabilidades, como ser pessoal e social (pessoa-relação) e como ser planetário, um ser que “trabalha e cria”, em contínua construção.

As atuais relações dominantes totalizam o capital e submetem sociedades e meios naturais à lógica do mercado, que tem em seu horizonte último o lucro, portanto, a acumulação sem limites. Se representássemos numa figura humana as atuais relações sócio-econômicas teríamos uma caricatura monstruosa: “uma cabeça (dela deriva a palavra capital) imensa, excessivamente gorda e coroada de diamantes, e um enorme corpo raquítico e subnutrido”³⁷ (ARRUDA, 2006, p. 180).

Fatos inerentes à globalização capitalista – Desigualdades 1.

- Os 225 indivíduos mais ricos do mundo, dos quais 60 são norte-americanos, tem uma riqueza combinada de mais de um trilhão de dólares, igual à renda anual de 47% da população mais pobre do mundo.
- As três pessoas mais ricas do mundo tem mais riqueza do que o PIB combinado dos 48 países mais pobres. Em 1990, um bilhão de pessoas no mundo viviam com até um dólar por dia. Em 1997, o número aumentou para 1,3 bilhões de pessoas.
- Os Estados Unidos, com apenas 5% da população mundial, utilizaram 25% dos recursos do planeta.
- Os 20% mais ricos da população mundial consomem 83% de todos os produtos e serviços, enquanto os 20% mais pobres consomem 1,4%.
- A diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres no mundo cresceu de 30 a 1, em 1960, para 61 a 1, em 1991, para 78 a 1 em 1994!

Fontes: PNUD e Banco Mundial.

³⁷ *Tornar real o possível – Formação do ser humano integral: economia solidária e o futuro do trabalho.* Neste volume, Arruda investiga outro conceito de práxis de trabalho humano, já presente na dinâmica social e o potencial emancipador do homo presente na atual revolução tecnoprodutiva, bem como as condições necessárias para a sua realização como novo ethos libertário.

- Em 2003 haviam no mundo 7,7 milhões de milionários em dólar, que juntos possuíam ativos o equivalente a 28,9 trilhões de dólares, ou valor semelhante ao PIB mundial desse ano.
 - Enquanto isto, 840 milhões de cidadãos do mundo sofriam de fome e desnutrição e 1,5 bilhão viviam abaixo da linha de pobreza.
- Fonte: Revista Forbes. (ARRUDA, 2006, p. 180).*

A trajetória dominante se apresenta como inviável e insustentável enquanto sistema de organização das sociedades, fato que tem relação direta com cada ação local, de ordem econômica, educativa, afetiva, social.

c) A superação pela sustentabilidade cooperativa e solidária.

A sobrevivência da espécie humana e do planeta demanda outra metodologia de organização sócio-econômica, outra ordem planetária, uma matriz cooperativa e solidária:

concebe o mercado capitalista como um momento de passagem da história humana, entre formas pré-capitalista e formas pós-capitalistas de mercado; atribui-lhe um papel secundário num sistema sócio-econômico centrado no trabalho e saber humanos como geradores primordiais de valor, e no planejamento sócio-econômico orientado para atender satisfatoriamente as necessidades e aspirações do ser humano, indivíduo e coletividade; pressupõe um indivíduo que é ao mesmo tempo subjetividade e objetividade, pessoa e sociedade, privacidade e comunidade, um ser humano histórica e socialmente situado; contextualiza os atores econômicos individuais no grande organismo que é a sociedade – local, nacional, planetária – regulando seu comportamento mediante a gestão de contratos sociais de diversos âmbitos, inclusive o planetário; e toma como referencial para as unanimidades sociopolíticas a realidade da nooiversidade, a ser cultivada como fundamento da própria evolução da espécie humana e das suas formas de organização social (ARRUDA, 2006, p. 113)

Para Marcos Arruda, a sócioeconomia solidária demanda uma “revolução objetiva e subjetiva”; a revolução subjetiva compreende, primeiro, a superação do “medo da economia” e a “cultura da reivindicação e da delegação” de parte dos trabalhadores e suas organizações³⁸ e, segundo, a construção de novos valores que articulem as relações cotidianas e potencializem cada ser humano sujeito de sua história, como indivíduo e coletividade, não mais a partir do capital, mas do ser humano, como trabalhador, cognocente e criativo, tendo como ponto de partida o “desenvolvimento autogestionário de cada indivíduo e de cada comunidade [...] cada

³⁸ “[...] todas aquelas pessoas que vivem sobretudo a partir do seu trabalho e não de ganhos de capital ou de propriedades privadas” (ARRUDA, 2006, p. 113, nota de rodapé).

nação e o planeta” (ARRUDA, 2006, p. 114). E nisto está a compreensão de “socioeconomia solidária”:

A socioeconomia é um conceito que coloca a economia, enquanto atividade ligada à produção e reprodução da vida, a serviço do social e do humano [...]. Toma como referência primeira o ser humano trabalhador, conhecedor, criador – indivíduo e coletividade. Funda-se na convicção de que esse trabalhador tenha os atributos e qualificações – seja atual, seja potencialmente – para tornar-se protagonista principal da economia, da sua gestão, do seu desenvolvimento. Do trabalhador autogestionário podemos projetar empresa associativa e autogestionária, o bairro ou a aldeia autogestionários, o município, o estado e o país autogestionários, e uma população planetária cidadã ativa da sua economia, do seu desenvolvimento e do seu próprio destino. A autogestão é um primeiro qualificativo indissociável da socioeconômica. O outro é a solidariedade. Ela significa a consciência de que somos todos conectados e que é a maneira mais inteligente, eficaz e gratificante de vivermos juntos a aventura da vida no mesmo planeta (ARRUDA, 2006, p. 115).

Na perspectiva objetiva, a revolução nas relações cotidianas articula três dimensões da produção e reprodução da vida: as necessidades, o trabalho e as identidades locais, nas esferas micro e macro social. E como é possível pensar e materializar uma globalização solidária?

A partir de micro e macro sistemas autogestionários, pessoas e comunidades, com seus conhecimentos acumulados, produzem e reproduzem a vida conforme suas necessidades e potencialidades. Estas mesmas comunidades estabelecem relações horizontais com outras comunidades, articulando “redes solidárias”³⁹ de “consumo, produção, comercialização”. As micro redes formam a base para a construção de “cadeias produtivas cooperativas e solidárias” [...] como sistema socioeconômico alternativo”, não mais centrado no capital, mas na diversidade, no intercâmbio, no planejamento descentralizado, no “desenvolvimento de laços de proximidade ecossocial, geográfico, político, cultural e espiritual” (ARRUDA, 2004, p. 115).

A perspectiva das redes solidárias, sejam redes de troca e intercâmbio, cadeias produtivas, redes de cooperação na produção e socialização do

³⁹ Euclides André Mance, militante, educador e articulador da socioeconomia, em sua obra: **A revolução das redes – a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**, Vozes, 2000, propõe a organização solidária como “estratégia de organização de sociedades pós-capitalistas, através da implantação de redes nas quais unidades de produção e de consumo” se relacionem em “redes solidárias”. Nesta obra, Mance fundamenta o conceito de “redes solidárias”.

conhecimento, materializam-se nas micro iniciativas de comunidades locais e pequenos agrupamentos de pessoas. Tais experiências são espaços de refundamentação da solidariedade e do trabalho.

3 - DA DESUMANIZAÇÃO À HUMANIZAÇÃO: A CONDIÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E A SOLIDARIEDADE DESDE DRAMAS, TRAMAS E MANHAS

Foi da socialização e problematização das situações de vida na rua, reveladas na caminhada diária a partir do Movimento Começar de Novo, que surgiu esta seção do trabalho e tomamos emprestadas as palavras de Paulo Freire como inspiração política-metodológica.

Enquanto objeto de minha curiosidade, que opera agora epistemologicamente, a prática educativa de que, ‘tomando distância’, me ‘aproximo’, começa a desvelar-se a mim. A primeira constatação que faço é a de que toda prática educativa implica sempre a existência de sujeitos, aquele ou aquela que ensina e aprende e aquele ou aquela que, em situação de aprendiz, ensina também, a existência do objeto a ser ensinado e aprendido – a ser re-conhecido e conhecido – o conteúdo, afinal (FREIRE, 1992, p. 109).

Nosso propósito para esta seção é iniciar uma aproximação crítico-reflexiva da pedagogia freireana com as Pessoas em Situação de Rua, tomando como referência as categorias desumanização-Humanização e os saberes de experiência feitos e, desde os quais, problematizar os condicionamentos desumanizantes e evidenciar a vocação histórica-ontológica humanizante de Cooperação e Solidariedade.

De Freire, a sua história e suas experiências da trajetória, gente feita para *ser mais*; das Pessoas em Situação de Rua, os saberes de experiência feitos, a experiência da existência, desta população crescente na realidade brasileira, em Movimento: “Somos mais de 1.200 em Porto Alegre, mais de 50,000 no Brasil [...] organizados em pequenos grupos” (MCN, 2010). Buscamos fazê-lo desde a perspectiva Humanização-desumanização que, para além de categorias de análise, são critérios, são princípios, pano de fundo, de meio e horizonte, são a própria estrutura filosófica da obra freireana.

A obra freireana e suas relações nos desafiam e nos *ensinam* a ler o mundo, o mundo que cabe em cada Pessoa em Situação de Rua e que, cada qual, vê e lê, desde a sua experiência já feita, ainda sendo feita, em movimento, portanto, em

possibilidade, inclusive de transformação. Histórias, saberes, entre dramas, tramas e manhas.

Para nos aproximar do pensar freireano, com o propósito anunciado, percorremos a obra em diversos volumes, com maior atenção para *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Esperança*, desde os seus contextos *dramáticos*, desde suas *tramas* e *esperanças*. Já os saberes de experiência feitos, os trazemos desde os desvelamentos no âmbito do Movimento Começar de Novo, os quais partem de quatro questões problematizadoras: *O que me leva pra rua? Pra onde a rua me leva? Quais os saberes aprendidos desde a rua e o que a rua ensina? O que é ser morador de rua?* Observamos aqui que, no âmbito do MCN, não formulamos perguntas específicas com o intuito de buscar uma opinião sobre um tema, mas registramos o conteúdo como aparece desde as questões problematizadoras.

No que tange ao fenômeno *em situação de rua*, causas e conseqüências, segundo nossos referenciais contidos nas seções um e dois, dão conta de que não se resume a situações isoladas e ou de responsabilidade individual de cada pessoa, mas de uma realidade situação social, de abrangência mundial, conseqüência, sim, de um sistema de relações no âmbito do trabalho, da política, da cultura, etc.

3.1) Desumanização e Humanização.

Para conduzir esta aproximação adotamos como referência a máxima da filosofia freireana: “o ser humano na sua condição de existência”. O saber da sua condição de existência é a nossa pedagógica e nela está a possibilidade de humanização, conforme afirma Freire:

A pedagogia do oprimido como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis com a sua transformação. O segundo, em que, transformada a realidade opressora esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa ser a pedagogia dos homens [e mulheres] em processo de permanente libertação (FREIRE, 1981, p. 44).

Ao anunciar a justificativa de Pedagogia do Oprimido, Freire se refere ao contexto de “dramaticidade da hora atual”. Dramaticidade que, em nível mundial, se manifesta desde os movimentos de rebelião juvenil denunciando a “civilização do consumo” e as burocratizações das estruturas sociais. Em nível de América Latina, o

avanço dos regimes autoritários e seus mecanismos de silenciamento dos movimentos, desejosos por participação e democracia; no âmbito econômico pelo avanço do modelo capitalista que, de igual forma, amplia a sua estratégia de exploração e acumulação.

Neste contexto, homens e mulheres indagam-se e “descobrem que pouco sabem de si, de seu ‘posto no cosmos’, e se inquietam por saber mais”, sobre o “problema da sua humanização” (FREIRE, 1981, p. 29). A dramaticidade está no “reconhecer” a própria “desumanização, não apenas como viabilidade ontológica, mas e, principalmente, como realidade histórica” (FREIRE, 1981, p. 30).

E assim Freire nos leva à “dramaticidade da hora atual”, que é sempre nova em cada contexto e que a trazemos como *dramas* das Pessoas em Situação de Rua. Cabe perguntar: como aparece a dramática deseumanização desde os desvelamentos feitos pelos participantes deste estudo? Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência: “Eu nunca tive uma casa própria, sempre paguei aluguel, trabalhando, foi, foi e acabei na rua sem condições de pagar aluguel; tem que ter trabalho para ter casa; as duas coisas combinam: casa e trabalho” (SSF, MCN, 2010).

Se seu estar no mundo do trabalho é um estar em dependência total “enquanto o seu trabalho não lhe pertence, não podem realizar-se” (FREIRE, 1981, p. 170), portanto, a realização é criar o mundo com o trabalho transformador. “Se os trabalhadores não chegam, de alguma maneira, a ser proprietários de seu trabalho, todas as reformas estruturais serão ineficazes” (FREIRE, 1981, p. 217), pois toda a compra ou venda do trabalho é uma “escravidão”. “[...] ter a consciência crítica de que é preciso ser proprietário de seu trabalho” e de que este constitui “parte da pessoa humana” não vendável, “[...] é inscrever-se numa ação de verdadeira transformação da realidade para, humanizando-a, humanizar os homens” (FREIRE, 1981, p. 217).

a) Humanização e (des)velamento.

Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência: “Onde a rua nos Leva? Nos leva a um conformismo porque a gente encontra muita coisa grátis, né, e nos proporciona acomodação de não procurar o que é mais essencial” (CO, MCN, 2010). E também:

A rua por um tempo me levou pra uma estagnação. Por outro lado me levou a uma revolta da situação que me encontrava; cada vez que eu me olhava no espelho eu dizia: esse mundo não é pra mim. Eu via aquelas pessoas, daquele jeito, atiradas, se embriagando, se ludibriando com drogas e eu vi, eu não nasci pra ser daquele jeito. Aí eu comecei a despertar pra lutar contra isso; não está sendo fácil, mas a rua te leva a ter outra ótica, tu estás numa selva, tu não estás num lugar tão simples; tem toda a iniciativa privada contra ti, tem as forças militares contra ti, todo um pré-conceito para com quem não tem uma residência, pelo teu histórico de já ter sido albergado. Mas, aonde a rua me leva? Está me levando à reação; se eu não reagir, a única coisa que posso fazer é me entregar, como muitos já fizeram, se entregar ao álcool, ao crack e esperar a morte ou a cadeia chegar (RT⁴⁰, MCN, 2010).

Enquanto os oprimidos, acomodados e adaptados à estrutura dominante, temerão a liberdade e os riscos de assumi-la, tanto mais aproximarão suas práticas às do opressor. “Querem ser, mas temem ser. São eles e ao mesmo tempo o outro introjetado neles, com consciência opressora” (FREIRE, 1981, p. 36). É a contradição vivida pelo oprimido, na condição de “hospedeiro” do opressor: “a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor”. A manifestação desta contradição, no oprimido, decorre de um ideal de ser ao jeito do opressor, desde o seu “testemunho de humanidade”. O conhecimento de si mesmo e da sua condição é tal em vista a uma “imersão” na realidade opressora, identificando-se com o seu contrário, até mesmo “tornando-se opressor de outros” (FREIRE, 1981, p. 33).

Para Freire, a distorção da realidade, das suas verdades, pelo uso da “racionalização” como mecanismo de defesa acaba por dar um caráter subjetivista e mitológico em defesa da classe opressora. Esta é a relação que impede a “inserção crítica”, que só existe na “dialecticidade objetividade-subjetividade” (FREIRE, 1981, p. 41). O opressor atua impedindo a inserção crítica das massas populares, pois o que lhe interessa “é a permanência delas em seu estado de ‘imersão’ [...] impotentes em face da realidade opressora, como situação limite, que lhes parece intransponível”. O projeto dos opressores é “transformar a mentalidade dos oprimidos e não a situação que os oprime e isto para que, melhor adaptando-os a esta situação, melhor domine” (FREIRE, 1981, p. 69).

⁴⁰ Conforme nos referimos na Introdução, adotamos o formato letras em MAIÚSCULO para identificação sempre que inserirmos a palavra das pessoas participantes deste estudo, quando a sua participação foi registrada através de depoimentos reunidos em forma de entrevista, seguida de MCN, indicando serem as mesmas participante do Movimento Começar de Novo.

Freire nos diz que a superação desta contradição é um parto doloroso, do qual nascerão homens e mulheres novos, não mais opressores em oprimidos, mas homens e mulheres libertando-se, entregues “à práxis libertadora” (FREIRE, 1981, p. 37). Porém a condição de possibilidade de superação desta contradição somente será possível desde uma “pedagogia do oprimido, que não pode ser elaborada pelos opressores”, mas pelos oprimidos como descoberta crítica própria.

A pedagogia humanista e libertadora se constitui de um processo em que os oprimidos vão “desvelando o mundo da opressão” e se comprometendo na práxis transformadora, fazendo desta uma pedagogia dos homens e mulheres em processo de libertação. Deste processo se dá a afirmação da vocação para o *ser mais*: a humanização; humanização desde a luta “pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como ‘seres para si’” (FREIRE, 1981, p. 30), superando a condição de *ser menos*, “resultado de uma ordem injusta que gera a violência do opressor” (FREIRE, 1981, p. 30).

b) Humanização e falsa generosidade.

Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência:

Mas eu não queria ficar na rua, eu queria sair da rua. Mas aí as pessoas vão te dar comida, dinheiro, roupa, te dão suporte pra tu fiques na rua. Então, muitas vezes o que leva alguém a ficar na rua é a solidariedade das pessoas; tem pessoas que se comovem né; as pessoas devem pensar: como é que essa pessoa consegue dormir na rua? Eu pensava: já que as pessoas me ajudam vou ficar por aqui, mas meu intuito não era ficar ali, eu queria sair daquilo aí, mas o que aconteceu? Me habituei, fiquei mal acostumado [...]. Então a rua é um território, onde tu demarcas, onde tu vai ficar, as pessoas te conhecem, te ajudam, mas nisso o tempo vai passando, no meu caso, eu perdi 11 anos na rua; não sei se me arrependo, perdi a saúde, peguei tuberculoso [...]. Hoje em dia sou um cara que não posso trabalhar (JLC, MCN, 2010).

Para Freire, humanização e desumanização, ambas “são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão” (1981, p. 30), mas apenas a humanização constitui a sua vocação histórico-ontológica. “Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores, afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada” (1984, p. 30).

A grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos, para Freire (1981, p. 31), é a de “libertar-se a si e aos opressores” buscando recuperar a sua humanidade,

que é uma forma de “criá-la”, restaurando a humanidade em oprimidos e opressores. “[...] os que oprimem, exploram e violentam, em razão do seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”.

A contradição oprimidos-opressores, desde a dramaticidade do saber de experiências feito, desde à rua, é desafio para uma leitura problematizadora, na busca do desvelamento das tramas, em que tal dramaticidade está inserida. “Os opressores, falsamente generosos, tem necessidade de que a sua ‘generosidade’ continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ‘ordem’ social injusta é a fonte geradora, permanente, desta ‘generosidade’ que se nutre da morte, do desalento e da miséria” (FREIRE, 1981.p. 31).

O “mapa da bóia” (expressão colhida da rua), revelando um roteiro de distribuição de alimentos para Pessoas em Situação de Rua na cidade de Porto Alegre, realizada de domingo a domingo, é uma das expressões de generosidade que necessitam ser problematizadas quanto ao seu potencial de enfrentamento de uma “ordem social injusta” (FREIRE, 1981, p. 31), mesmo com a conformidade dos oprimidos. “Qualquer animal vai onde tem alimento. Não é assim? Nós também vamos” (CHIVES, MCN, 2010).

Para Freire, uma pedagogia autenticamente libertadora não pode fazer dos oprimidos “seres destinados, objetos de um ‘tratamento’ humanitarista” (FREIRE, 1981, p. 43), retirando dentre os opressores modelos de “promoção”. A pedagogia que, partindo dos interesses que não sejam dos oprimidos, potencializa os interesses egoístas dos opressores, interesses camuflados de falsa generosidade e que fazem dos oprimidos objetos de seu humanitarismo, mantendo e encarnando a própria opressão; uma pedagogia “instrumento de desumanização” (1981, p. 43).

O saber de experiência feito, como o que segue, é a legítima expressão das contradições que evidenciam tal pedagogia.

Minha querida e amiga (...), tudo que eu vou lhe falar não vai ser para lhe prometer e nem lhe amedrontar, eu tenho seis anos de morador de “RUA” e já passei por várias assistente Social. Mais a senhora foi a primeira que me chocou o meu coração e meu cérebro pelo modo de se expressar e tom de voz e seu dedo apontando pra mim e não esqueci das suas últimas duas palavras quando eu lhe pedi desculpas e a senhora me respondeu que pedisse desculpas a meu ‘pai’ e ‘mãe’. A senhora não faça mais isso com ninguém porque o morador de rua nem ta ai por liberdade e nem a vida; um dia a senhora vai encontrar um cabeça oca pela frente que poderá

lhe causar alguns danos. Você é nova, bonita, num bom sentido, mas você vai chegar a velhice e sei que vai refletir que (... – trecho ilegível). Você acha tudo fácil porque você nunca sofreu essa vida que levamos e Deus ajude que nunca passe. E para terminar, você compre um CD do 'Raul Seixas' que tenha essas duas músicas, que eu não me lembro o nome; uma é assim: 'mamãe não quero ser prefeito e muito ser eleito, temo que alguém vai me assassinar e de morrer pendurado numa cruz'; e a segunda você conhece, é aquela: 'eu é que não fico trancado num apartamento com a boca cheia de dentes esperando a morte chegar'. Tchau e um abraço e um beijo de um grande 'amigo' seu. Fique com 'Deus'. Ass. Chilves" (Carta de uma pessoa em situação de rua dirigida a uma profissional da Assistência Social, após ter sido internada involuntariamente para tratamento contra a dependência química, fato que a levou a "fugir". A carta foi redigida como reação a interrogação e repressão realizadas após a fuga, ao ser questionada pela reação, fato socializado e amplamente debatido junto ao MCN, 2010).

A recuperação da humanidade dos oprimidos não decorre de uma situação dada, mas de um processo de compreensão problematizadora da realidade, como aprendizado permanente. Quem melhor que o oprimido para entender o significado de uma sociedade opressora, os efeitos da opressão e a necessidade de superação? A recuperação da humanidade e a superação da realidade desumanizadora é um processo a ser realizado *com* e não *para* os oprimidos, desvelando as causas da opressão, da qual resultará o engajamento necessário na luta por libertação. Não virá, portanto, da "falsa caridade, da qual decorre mão estendida do 'demitido da vida', medroso e inseguro, esmagado e vencido. Mão estendida e trêmula dos esfarrapados do mundo, dos 'condenados da terra'" (FREIRE, 1981. p. 31).

Em Educação e Atualidade Brasileira (2001), em uma de suas primeiras obras, Freire identifica esta relação como assistencialismo na sociedade brasileira, atribuindo-o à inexistência de tradição democrática, impondo às grandes majorias o silêncio, o autoritarismo e a ausência do diálogo, como "uma forma de ação que rouba ao homem a condição à consecução de uma das necessidades fundamentais da alma – a responsabilidade" (FREIRE, 2001, p. 14). A ausência de atitude, de decisões, são condições de passividade e levam à domesticação, situações limites que inviabilizam os seres humanos como sujeitos:

cada vez mais compreendemos menos a hipertrofia dessas instituições assistenciais, perigosamente alongadas em assistencialistas, levando-as a resolver os problemas de seus clientes, de seus 'assistidos', digamos melhor, quando resolvem, sem a sua colaboração. Sem consultá-los, A escolher até suas distrações [...]. A interferir constantemente na sua vida (FREIRE, 2001, p. 19).

A generosidade das elites varia seu conteúdo e método, porém mantém a política do dar “pão e circo” às massas para “conquistá-las, amaciá-las, com a intenção de assegurar a sua paz” (FREIRE, 1981, p. 165). Se “conduzir, conquistar, invadir”, são manifestações antidualógicas e a materialidade da opressão esmagadora, na “assistencialização” está a domesticação (FREIRE, 1981, p. 184).

Em Educação como Prática da Liberdade (2003a, p 65) Freire enfatiza o assistencialismo numa esfera política, como uma “violência” pelo seu “antidiálogo”, pela imposição do silêncio e da passividade, comprometendo a autenticidade das democracias e a possibilidade de crítica na gestão política de uma nação. O silenciamento e o antidiálogo, ainda na perspectiva política institucional, omitem as distorções estruturais e as cisões sociais, especialmente a luta de classes.

Para Freire (1981, p. 49), a consciência necrófila dos opressores os torna desejosos de tudo o que os cerca: “a terra, os bens, a produção, a criação dos homens”, reduzindo tudo a objeto de seu domínio, numa infinita ância materialista da existência, onde “o que vale é *ter mais* e cada vez *mais*, à custa, inclusive, do *ter menos* ou do *nada* ter dos oprimidos. *Ser*, para eles, é *ter* e ter como classe que tem”. Na sua falsa generosidade os opressores reduzem a humanização a uma “coisa”, de “direito exclusivo”, “atributo herdado” e concebem a humanização do outro oprimido como “subversão”.

Em Pedagogia da Esperança (1992, p. 35), Freire problematiza a dependência como consequência de ações assistencialistas que, desde à escravidão, submetem populações à condição de reféns da sua sobrevivência. Desta relação decorrem a desesperança e o fatalismo, a negação da condição de sujeito e, portanto, da possibilidade de supressão da opressão.

O caminho do “amor à vida” não está em “apenas comer mais” (FREIRE, 1981, p. 60), permanecendo na condição de sobrevivente, de “quase coisa”; “a passagem deste estado, em que se destroem, para o de homens {mulheres}, em que se constroem, não é ‘a priori’ [...], começa no autoreconhecimento” (FREIRE, 1981, p. 61), com consciência, com intencionalidade, participação e engajamento.

É que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade par comer, mas ‘liberdade para criar e construir, para admirar e aventurar-se, Tal liberdade requer que o indivíduo seja ativo e responsável, não um escravo nem uma peça bem alimentada da máquina. Não basta que os

homens não sejam escravos; se as condições sociais fomentam a existência de autômatos, o resultado não é o amor à vida, mas o amor à morte (FREIRE, 1981, p. 60).

E nisto está o sentido pedagógico desta luta. A luta pela humanização, pela superação da contradição opressor-oprimido e que exige dos oprimidos aceitação e responsabilidade total.

A grande generosidade é a luta para que homens e mulheres e povos estendam cada vez menos as mãos em “gestos de súplica” e cada vez mais em “mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo”, um gesto dos “condenados da terra”, dos “oprimidos”, dos “explorados” e dos que “com eles se solidarizam” (FREIRE, 1981, p. 32).

c) Humanização e violência.

Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência:

O que me leva pra rua? É que meus pais moravam no interior e não tiveram boa educação; o pai do meu pai não pode dar uma vida melhor pra eles, a gente veio pra Porto Alegre, foi morar no morro e aí os conflitos em casa, a violência no morro, a gente via, eu fui me criando no meio disso tudo. O cara vê na televisão: é a realidade que eu vivo, então eu vou sair, o que eu quero com essa violência? Eu saí pra rua; comecei a dar as primeiras voltadas no morro, desci até o asfalto, depois comecei a gostar, aí cheguei no centro, cheirando loló, cola, outras coisas e não voltei mais pra casa. (LSN. MCN, 2010).

Situações em que os seres humanos estejam proibidos de *ser mais*, seja pelo velamento da realidade, pela falsa generosidade, caracterizam-se como uma violência. Em qualquer situação em que homens proibem outros sejam sujeitos de busca, da sua emancipação, se instaura uma situação violenta, desde “fazê-los objetos e aliená-los de suas decisões” (FREIRE, 1981, p. 86).

Toda relação de opressão é uma violência e Freire desvela muito categoricamente os sujeitos autores e as expressões da violência:

Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação objetiva de opressão. Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros; não os oprimidos, os explorados, os que não são reconhecidos pelos que os oprimem como *outro*. Inauguram o desamor, não os desamados, mas os que não amam, porque apenas se *amam*. Os que inauguram o terror não são os débeis, que a ele são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam a situação concreta em que se

geram os 'demitidos da vida', os esfarrapados do mundo. Quem inaugura a tirania não são os tiranizados, mas os tiranos. Quem inaugura o ódio não são os odiados, mas os que primeiro odeia. Quem inaugura a negação dos homens não são os que tiveram a sua humanidade negada, mas os que a negaram, negando também a sua (FREIRE, 1981, p. 45).

Para os opressores, porém a origem da violência está nos oprimidos, a quem definem como “essa gente”, “essa massa cega e invejosa”, “selvagens”, “subversivos”, “violentos”, “bárbaros”, “malvados”, “ferozes”, “quando reagem à violência dos opressores” (FREIRE, 1981, p. 46). Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência:

A gente é mal olhado, não pode entrar em ônibus, nos hospitais, na rodoviária não dá pra entrar que os guardas te tiram à força; outros fazem sinal como se estivesse cheirando mal e a gente não está, toma banho, sai limpo. Eu acho que o governo deveria e tem condições de pensar no trabalho, no serviço para trabalhar, estudar, se manter, ter independência de novo, voltaríamos a ser cidadãos, que hoje não somos considerados; somos considerados moradores de rua, ladrões, eu acho injusto. Quando negam ou nada fazem de ajuda, preferem que a gente fique roubando; vai viver como nessa realidade? Pô, a gente não pode nem ficar um minuto parado para descansar que já vem a brigada militar pra te botar a correr, pra te agredir. Morador de rua é um perigo para sociedade, pro rico, pro de classe média, não consideram a gente como ser humano. Eu acho que todos somos seres humanos, iguais; apenas nós não temos um teto pra morar e um trabalho, eles tem; poderiam analisar, analisar a realidade, fazer alguma coisa, ter uma atitude. É isso aí que eu penso (MAP, MCN, 2010).

Enquanto a violência dos opressores nega a possibilidade de ser, a reação dos oprimidos busca o direito de ser.

É um processo todo. Quantos paus nós já tomamos da [...], quantos carrinhos já levaram? É todo dia: tira e volta, tira e volta, triplicou, quanto mais tira mais volta, resolve? Não. E veja, estamos vivendo do lixo, não estamos roubando, uma coisa que é honesta, é sincera, porque vão reprimir? Nós ajudamos na limpeza da cidade. O [...] não paga para limparem a cidade? Ora, o que aparece de ruim somos nós? É nós e os ratos; ratos eles não levam; então nós estamos abaixo dos ratos? E, se às vezes o cara faz, faz como protesto. Pô, mas sempre, sempre na porrada? (LSN, MCN, 2010).

Na dramaticidade desta narrativa, a descrença das próprias potencialidades, impotência diante do poder; poder opressor que se revela na ação; ação de expropriar, de roubar o pobre, de roubar-lhe os seus instrumentos de trabalho, a sua “infra-estrutura”, de recolher seres humanos para “depósitos de ratos”, como são

definidos os presídios e as delegacias. “Isso quando não nos é roubada a consciência [...]” (RO, MCN, 2010).

O preconceito, a discriminação, o insulto moral, mais a desconfiança e o medo, também são revelações de verdadeiras fronteiras sociais nas relações da população de Porto Alegre com as Pessoas em Situação de Rua. (FASC/UFRGS, 2007).

Quando somos abordados pela [...] e a [...] eles chegam acusando a gente de ladrão, a gente pode estar trabalhando, por que a gente trabalha na cata de onde vem parte do pão de cada dia; eles acusam, já chegam puxando, empurrando, batendo e levando, levam tudo: carrinho, mochila, bolsa, tudo o que tiver. Se a [...] cuida do morador de rua, será que não fala com esses outros órgãos da Prefeitura, porque tudo é Prefeitura, como é que pode? (PRS, MCN, 2010)).

Mas então, se a gente não pode trabalhar na rua, se é proibido, a gente já é proibido de ficar nas praças da cidade que os homens vem, qual é então o atendimento da Prefeitura? Ou ela não tem nada a ver com nós? Isso não entra na minha cabeça como é que funciona (CO, MCN, 2010).

Paradoxalmente, “na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor” (Freire, 1981, p. 46). Na rebeldia dos oprimidos, e somente nela, consciente ou inconscientemente, está a possibilidade de superação da violência opressora. “Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão” (FREIRE, 1981, p. 46).

d) Humanização e autodesvalia.

Assim se revela o saber de experiências feito, o saber da existência: “Pra onde é que eu vou? Eu vou pro albergue, às vezes para o posto e por aqui catando. É por aí que a rua me leva. Nós paramos e moramos no albergue; pensar em outro lugar, não tem como. Tem gente que sai, volta de novo. Tem o grupo, onde eu venho, é bom”.

O estudo de Porto Alegre evidencia um conteúdo da maior relevância quando o mesmo problematiza as perspectivas de projeto de vida das Pessoas em Situação de Rua. Diz o estudo que: “23% expressam a perda da expectativa no que se refere aos sonhos e a construção de planos para o futuro, enquanto 11,1% mostra

percepção de impossibilidade de planejamento e condução do futuro” (FASC/UFRGS, 2007).

Este conteúdo aponta primeiro, numa perspectiva pessimista, mesmo que realista, para o descrédito, a desesperança frente à realidade, para a “autodesvalia”, conforme Freire. Ocorre que: “De tanto ouvirem de si mesmo que são incapazes que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua ‘incapacidade’. Falam de si como os que não sabem e do ‘doutor’ como o que sabe e a quem devem escutar” (FREIRE, 1981, p. 54). Numa perspectiva otimista, é possível identificar um apelo à solidariedade, numa clara evidência de saber que, “ninguém se liberta sozinho; os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1981, p. 54).

A experiência cotidiana produz um sentimento, e uma convicção, de impotência no seu “poder” e uma crença mágica na invulnerabilidade do opressor, assumindo-se como “abatidos, medrosos e esmagados” (FREIRE, 1981, p. 55). Para os oprimidos, imersos na condição “inautêntica de si e do mundo”, em sua “experiência existencial, ser nem sequer é, ainda, parecer com o opressor, mas é estar sob ele. É depender. Daí que os oprimidos sejam dependentes emocionais” (FREIRE, 1981, p. 56).

Isso é bem desumano. Eu concordo que as pessoas tem o direito de passear com a namorada, os filhos, tudo bem. A gente já traz no semblante um sofrimento; se a gente não está com uma roupa limpa a aparência denuncia, então é como se tivesse feito alguma coisa errada, mas sem querer saber da causa da pessoa, tratam brutalmente quem não deve. A aparência denuncia, não só pela roupa, que pode até estar limpa, que não é roupa suja do trabalho, é que o nosso semblante cria uma imagem, sei lá, pesada pra eles e deixa todo mundo com medo. Ai tu és criminalizado como se bandido fosse (JASS, MCN, 2010).

Reflexão e ação se impõem como possibilidades concretas de reconhecimento e de realização da “vocação ontológica e histórica de *ser mais*” (FREIRE, 1981, p. 57). Ação e reflexão críticas, a práxis, se “constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não possa encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida” (FREIRE, 1981, p. 57).

A reação se dá na medida em que, ação-reflexão problematizarem a realidade, identificando opressão-opressores, levando ao engajamento em pequenos fazeres e pequenas lutas, passam a crer em si mesmos. Para isso, “o diálogo crítico” supõe a ação, em qualquer que seja a luta.

e) Humanização, ser mais.

Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência: “Se a pessoa não conhece o pão, não vai querer o pão para comer. Se não conhece os direitos, como vai reivindicá-los”? (MP, MCN, 2010)

“Em certo momento não apenas *vivíamos*, mas começamos a *saber* que *vivíamos*, daí que nos tivesse sido possível *saber* que *sabíamos* e, portanto, saber que poderíamos saber mais” (FREIRE, 1992, p. 98). A tomada de consciência da existência e da possibilidade de *ser mais* nos faz seres “imaginativos e curiosos, em permanente busca da razão de ser das coisas”. A razão de ser da existência nos faz perguntadores sobre o amanhã, “sobre o que virá, a favor de que, contra que, a favor de quem, contra quem virá [...] em torno de como fazer concreto o ‘inédito viável’” (FREIRE, 1992, 98).

Feitos seres curiosos e em permanente procura, tomamos distância de nós mesmos e da vida “[...] dada à aventura e à ‘paixão de conhecer’, para o que se faz indispensável a liberdade que, constituindo-se na luta por ela, só é possível porque, ‘programados’, não somos, porém, determinados” (FREIRE, 1992, p. 99).

Por sermos este ser em permanente movimento somos vocacionados para a “humanização”, que como “fato concreto na história”, a encontramos distorcida. Jamais, “humanização e desumanização são destino certo, dado dado, sina ou fado. Por isso mesmo é que uma é vocação e outra, distorção da vocação” (FREIRE, 1992, p. 99). E Freire insiste que esta “vocação”, em lugar de ser “*a priori* da história” é, pelo contrário, algo que se vem construindo “na história”, no espaço-tempo históricos, em permanente busca.

A busca pela humanização no espaço-tempo históricos, é sempre um “processo”, um “devir” que passa necessariamente “pela ruptura das amarras [tramas] reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica, que nos estão condenando à desumanização” (FREIRE, 1992, p. 99); um processo de crítica

radical, como tomada de consciência desde a experiência feita, como a experiência de ser morador de rua.

O que é ser morador de rua? É fazer parte de uma sociedade fechada, excluída; é a própria sociedade falida. Nós somos a sociedade falida, porque aquela sociedade rica é aquela que tá bombeando, tem casa, tem tudo, nós somos a falida. Por outro lado, acho que essa família também é legal, (ser morador de rua) porque às vezes o cara partilha coisas muito profundas e boas; aprendi agora, com a mobilização o valor que tem as pessoas, os moradores de rua também. Penso que, claro nem todo mundo tem a mesma mentalidade, mas tem muito morador de rua, é um ser humano, sofredor, que está ali em busca de objetivos; porém, assim não tem chance de alcançar, não tem como, por que a discriminação é muito grande, a exclusão é, Deus me livre, não tem palavras pra comparar o que está dentro da pessoa. Ver as oportunidades na frente dos teus olhos, ali, e não poder entrar, participar; até pra tirar um documento precisa ver como é, a exclusão é maior ainda. Ser morador de rua é esse sedimento, de poder ter tudo e não ter nada; aí que o cara se apegua, só mesmo uns com os outros, de forma cooperativa, de dia e na noite. (LSN, MCN, 2010).

A humanização também é um horizonte, um sonho, que “nos faz e re-faz” nesta permanente busca. Sendo a vocação para a humanização uma das conotações da natureza humana, toda relação que desumaniza, também é uma auto-desumanização. “Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser”. “É por isso que, como indivíduo e classe, o opressor não liberta nem se liberta. É por isso que, libertando-se, na e pela luta necessária e justa, o oprimido, como indivíduo e como classe, liberta o opressor, pelo fato simplesmente de proibi-lo de continuar oprimido” (FREIRE, 1992, p. 100). Humanização e desumanização não se acham inscritas na história, a não ser como “vocação” ou “distorção”, na história.

A desumanização como ação que impede a realização da vocação histórica e ontológica da pessoa, descaracterizando-a na própria realidade e alienando-a do seu mundo, é um processo de inautenticidade de vários mecanismos de domesticação e opressão dos sujeitos. É o que revela o saber de experiência feito, o saber da existência:

Ao procurar emprego a empresa pede um currículo e ao fornecer o albergue como referência, de cara é vetado, pelo endereço já fazem a seleção. Para quem está no albergue nem existe emprego menos remunerado, não existe nada. A minha área, que é hotelaria, é muito mais difícil. Não é que o albergue recomende mal, mas a situação de albergado recomenda. O albergue já é um lugar para fazer uma seleção social. A sociedade criou o albergue pra se livrar de um grupo de pessoas problemáticas; é um lugar estigmatizado, e os seus usuários por excelência (CO, MCN, 2010).

A desumanização de homens e mulheres se materializa em opressões e explorações de nível micro e macro das relações sociais, limitando e impedindo o acesso aos direitos fundamentais, condicionando a produção e pleno desenvolvimento da vida humana. Pela luta prático-política nos percebemos seres “inconclusos”, “limitados”, “condicionados” e nela, também, a possibilidade pela “transformação”. “A libertação dos indivíduos só ganha profundo significado quando se alcança a transformação da sociedade” (FREIRE, 1992, p. 100).

Para Paulo Freire, é da vocação ontológica da pessoa humana o pleno domínio sobre a história e a cultura. É da vocação ontológica, também, a plena realização das intersubjetividades frente o individualismo, a dialogicidade sobre o autoritarismo.

f) O educador humanista: um desafio para o educador popular.

Assim se revela o saber de experiência feito, o saber da existência:

O lugar que ajudou a abrir os meus olhos foi o MCN. Não que ele tenha me dado de presente, pelo contrário: eu estava numa fase meio entregue ao álcool. Aí eu conheci, vi pessoas que estavam na mesma situação que eu: lutando, correndo atrás de documentação; eu fazia documento numa semana, tomava um porre noutra perdia tudo, então voltava sempre à estaca zero. Aí a partir do momento que entrei no Começar de Novo passei a ter regras, passei a ser ouvido, consegui me abrigar. [...]; nenhuma instituição pública municipal conseguiu fazer isso, com a estrutura que tem, que deveriam fazer; a metodologia que eles utilizam é uma metodologia ultrapassada e limitada. A metodologia do Começar de Novo é bem diferente; o limitador é tu mesmo e não os outros; então tu tens que correr atrás dos teus objetivos; geralmente quando as pessoas vão pedir ajuda em algum lugar, perguntam: o que tu tens para me oferecer; no Começar de Novo é diferente; a pergunta é: o que tu podes fazer para reverter a tua situação? Foi o que eu fiz: corri atrás e consegui (RT, MCN, 2010).

Ao problematizar a questão da autodesvalia como postura desumanizante, Freire problematiza a relação oprimidos-lideranças revolucionárias, colocando em evidência os fazeres e suas conseqüências prático-estatégicos. Freire diz que: “Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação dos homens e não de ‘coisas’. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1981, p. 58).

O fazer da liderança não é um fazer crer na “liberdade” ou uma “propaganda libertadora”, mas um diálogo *com*. O saber autêntico não é doação, mas reflexão-

ação da sua inserção lúcida na realidade. Na mesma perspectiva, “é necessário que os oprimidos [...] cheguem como sujeitos e não como objetos, a este convencimento” (FREIRE, 1981, p. 59), problematizando a relação *fazer para* e combinando o *fazer com* eles. Para Freire, o fazer do educador revolucionário “deve orientar-se no sentido de humanizar a ambos” (FREIRE, 1981, p. 71), identificando-se com as causas do educando. A relação educador-educando é um encontro de saberes de experiências feitos, diferentes, distintos, relações com o Outro.

O educador, consciente do seu fazer, e nele, problematiza a relação “domesticadora” que pressupõe o educador que sabe, transmite e comunica e um educando que não sabe, que recebe um conteúdo pronto nele depositado desde uma visão de mundo em que a realidade se lhes apresenta de forma “estática”, pronta. Na perspectiva problematizadora cabe ao educador contribuir para evidenciar esta contradição, “de si e da realidade”, que somente o educando poderá descobrir por sua “experiência existencial” (FREIRE, 1981, p. 70).

O pensar e o fazer autênticos do educador superam o sentido de “doação” e “entrega” do saber, para o de “criador” com os educandos. “Saber com os educandos, enquanto estes soubessem com ele, seria sua tarefa. Já não estaria a serviço da desumanização. A serviço da opressão, mas a serviço da libertação” (FREIRE, 1981, p. 71). Ao educador compete escolher “buscar ser, com os outros [...], com-viver, sim-patizar [...], nunca sobrepor-se [...], justapor-se aos educandos, des-sim-patizar” (FREIRE, 1981, p. 73).

No fazer “domesticador” do educador, ou como relação bancária, surge uma dicotomia homem-mundo: homem “no mundo” e não “com o mundo”; homem “espectador” e não “reciador do mundo”; a consciência como “algo espacializado” e não como “corpos conscientes” (FREIRE, 1981, p. 71), uma consciência em que o mundo está fora de si.

Freire também problematiza o “que fazer” do educador progressista frente a humanidade negada. Certamente cabe ao educador progressista problematizar o discurso fatalista, do tipo: “a realidade é assim mesmo”, por que o amanhã é “algo pré-dado”, determinado. Para o educador progressista “o mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem

constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de coerência” (FREIRE, 2000, p. 79).

O pensar do educador “ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos”, mediatizados pela realidade, na intercomunicação. O pensar autêntico de educador e educandos já não é um pensar *para estes nem a estes*” (FREIRE, 1981, p. 73).

Como pensar autêntico, não pode fundar-se numa “compreensão dos homens como seres ‘vazios’, a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartilhada, mas nos homens como ‘corpos conscientes’ e na consciência como consciência intencionada ao mundo” (FREIRE, 1981, p. 77). O pensar autenticamente problematizador responde “ao ser da consciência, que é sua *intencionalidade*, nega os comunicados. Identifica-se com o próprio da consciência que é sempre *consciência de*, não apenas quando se intenciona a objetos, mas também quando se volta sobre si mesma” (FREIRE, 1981, p. 77).

Na problematização do fazer da liderança, do educador popular, estão postas duas concepções de educação: a educação bancária e a educação problematizadora, evidentemente antagônicas. Enquanto a primeira se faz antidialógica, a segunda dialógica. Pelo diálogo se “gera a superação” [...] não mais educador do educando; não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador” (FREIRE, 1981, p. 78). Na relação dialógica, no pensar e no fazer, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: homens [e mulheres] se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1981, p. 79), mediatizados pelos objetos cognoscíveis.

2.2) Das Manhas à Cooperação e à Solidariedade.

Manhas, Cooperação e Solidariedade não são temas de estudo encontrados como capítulos de livros na obra freireana. Manhas, Cooperação e Solidariedade, como categorias de análise, vem sempre relacionadas à ação-reflexão de desvelamento da realidade e à problematização da contradição opressor-oprimido, opressão-libertação. Na concepção freireana, humanista e emancipatória, não são

tidas como comportamentos momentâneos ou particulares, desde interesses particulares ou de grupos restritos, mesmo que justos em situações catastróficas. São postulados, sim, como Comunhão e Co-laboração, fazer juntos, com os outros, em Movimento, em Marchas, no dizer de Freire em *Pedagogia da Indignação*.

A nossa opção para este trabalho é pela busca de um conteúdo desde a experiência feita, para o qual percorremos recortes na obra de Freire, na experiência das Pessoas em Situação de Rua, a partir da ação-reflexão *no* e *do* Movimento Começar de Novo. Ressaltamos que junto ao Movimento não formulamos perguntas específicas com o intuito de saber a opinião, como se temas fossem. Buscamos, sim, captar e aqui partilhar, em recortes, o saber de experiência feito, o conteúdo, desde a problematização das questões propostas para esta seção. As questões propostas são as seguintes: *O que me leva pra rua? Pra onde a rua me leva? Quais os saberes aprendidos desde a rua e o que a rua ensina? O que é ser morador de rua?*

A base histórica e cultural sobre a qual se alicerça a resistência dos oprimidos é o jeito manhoso de enfrentar as situações limites. Jeito manhoso, manha, é uma forma de agir. Que agir?

Manha é uma expressão que caracteriza um certo comportamento bem brasileiro no qual a pessoa, não querendo ou não podendo enfrentar outra pessoa ou uma situação embaraçosa ou difícil, tenta camuflar o fato ou situação com ardis ou artimanhas num dizer-que-diz ou faz-que-faz que não assume o outro ou a coisa nem tampouco desiste deles. Ganha tempo procurando tirar proveito de benefícios próprios sem explicitar seu intento, 'jogando' com palavras e muitas vezes, sobretudo as pessoas das classes populares, jogando com o próprio corpo no gingado que tenta fugir do real. (FREIRE, 1992, p. 225).

Para Freire (1992, p. 108), não há dúvidas de que o “passado escravocrata” brasileiro “corta as classes sociais”, “dominantes” e “dominadas”, com “compreensões” e “práticas” nas quais o “passado se faz presente a cada instante” e não se esgotam na “experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo humilhado que ‘obedece’ para não morrer, mas na relação entre elas”. O escravo descobre que “obedecer” é uma “forma de luta” para sobreviver. “E é de aprendizado em aprendizado que se vai fundando uma cultura de resistência, cheia de ‘manhas’, mas de sonhos também. De rebeldia, na aparente acomodação”. Assim, os Quilombos se constituem um exemplar aprendizado de rebeldia em que

escravos e escravas fizeram da “obediência necessária” a reinvenção da existência e da liberdade.

Reinvenção, também, é a experiência feita do povo da rua que, da escravidão à massificação urbana, manhosamente “sobre-existe” mesmo diante da indiferença e da perseguição.

Pra viver, pra sobreviver, ou melhor, para sobre-existir na rua você precisa de alguns ‘truques’, [manhas} você precisa abrir mão dos seus conceitos morais e até mesmo furta, até mesmo ser violento para garantir a sua integridade física, para não morrer. E esse Estado que matava gente no período da ditadura, como vocês podem ver no filme: ‘Topografia de um Desnudo’, é o mesmo Estado que hoje mata em chacinas, em dependências, em misérias; todo mundo que morre por dependência, devia pro patrão. Outra perseguição, outra estratégia que se percebe, é a criminalização da pobreza: é crime ser pobre e é crime se organizar enquanto pobre. Então eu sou perseguido por ser morador de rua, sou perseguido e cassado por estar organizado enquanto Movimento da População de Rua, porque estou começando a reivindicar direitos, estou tocando na ferida de pessoas e grupos de elite que não querem abrir mão do poder, do dinheiro, em prol de uma sociedade que a gente acredita: justa, fraterna, igualitária. Então, essa visão da realidade, desde à rua, é que a gente precisa discutir, trazê-la à tona para perceber que o indivíduo não é o único exclusivamente o culpado pela situação que vive hoje (Samuel Rodrigues, Belo Horizonte, membro da Coordenação Nacional do Movimento de População de Rua. Entrevista em 27 de maio de 2010, por ocasião do Primeiro Seminário Regional Sul de população de rua, Porto Alegre).

Os processos históricos de resistência, como formas de sobrevivência, não de ser relacionados à compreensão de futuro e á vocação de *ser mais* como fundamentos de “rebeldia” e não de “resignação”. A perda desta perspectiva levará a uma “adaptação à negação da vida”, “adaptação à fome, ao desconforto (...), como corpo e alma (...), é uma forma de resistência física a que se vai juntando outra, a cultural. Resistência ao descaso ofensivo de que os miseráveis são objeto” (FREIRE, 2000, p. 80-81), objetificados, adaptados, conformados na experiência feita:

O lado bom do morador de rua é a catação de conhecimento, de conhecer, desde a criminalidade, quem é quem, onde tu vais, a segurança; se tu fores um morador de rua de papo reto, tu nunca vais ser atropelado por alguém que é do ramo, que é morador de rua; (porque se envolver) se conhece todo mundo; então é uma segurança pra andar na selva da madrugada. São coisas que o cidadão comum não conhece, não sabe, não tem essa tranqüillidade; a gente já sabe onde está o perigo, aqui não dá; essa é uma das coisas boas de ser morador de rua, porque conhece, tem conhecimento de todas essas tramas, o que é bom nesse sentido (LSN, MCN, 2010).

A possibilidade de superação das injustiças e a busca do *ser mais* está na rebeldia e não na resignação, assim como tem sido o sincretismo religioso afro-brasileiro, expressão da “manha com que a cultura africana escrava” resistia ao “poder hegemônico do colonizador branco” (2000a, p. 80 – 81).

Na luta organizada dos grupos populares cabe, sim, identificar o movimento contraditório entre negatividade e positividade da cultura” (FREIRE, 1992, p. 108) Este movimento poderá ser expressão de uma alienação, nos sentidos de desconhecimento e resignação ou manha, necessária “à cultura de resistência que se vai constituindo e sem a qual não podem defender-se da violência a que estão submetidos” (FREIRE, 1992, p. 107).

Em Pedagogia da Esperança, ao revisitar Pedagogia do Oprimido, Freire DEFINE MANHA COMO a “excelência” das elites que, com seu “discurso ideológico manhoso”, proclamam a “era do discurso neutro”, na sua excelência:

Excelência em conviver com mais de um bilhão de habitantes do mundo em desenvolvimento que vivem na pobreza [...], em miséria [...], ‘bolsos’ de miséria no seu próprio corpo, o desenvolvimento. Excelência [...] que dorme em paz com a presença de um sem-número de homens e mulheres cujo lar é a rua, e deles e delas ainda se diz que é a culpa de na rua estarem. Excelência [...] sem luta contra as discriminações de sexo, de classe, de raça, como se negar o diferente, humilhá-lo, ofendê-lo, menosprezá-lo, explorá-lo fosse um direito dos indivíduos ou classes, ou das raças ou de sexo em posição de poder sobre o outro; excelência das estatísticas de “milhões de crianças que chegam ao mundo e não ficam, e quando ficam, partem cedo...” (FREIRE, 1992, p. 95).

Enquanto na “cultura geral” manha é “um certo comportamento” (FREIRE, 1992) como “não podendo ou não fazendo”, que perpassa as “classes”, em Freire é a necessária forma de defesa, de resistência cultural e política; é sempre busca emancipatória para o *ser mais*. O *ser mais*, porém, não se realiza no individualismo, “mas na comunhão, na solidariedade dos existires”. O *ser mais* individualista conduz ao ter mais egoísta, ao *ser menos*, à desumanização. “Para a educação problematizadora, enquanto um *quefazer* humanista e libertador, o importante está em que os homens submetidos à dominação, lutem por sua emancipação” (FREIRE, 1981, p. 86). E nisto está fundada a concepção libertadora de Cooperação, Solidariedade, Co-laboração, fazer Juntos, em Movimento, em Marcha, como já nos referimos.

Freire partilha com todos nós o saber de experiência feito ao ser chamado à Solidariedade de classe na organização da luta camponesa, em uma das

experiências que o marcaram profundamente. Depois de ser apresentado como “companheiro novo que não é camponês”, mas “homem de leitura”, a interrogação: “Precisamos dizer a você, companheiro, uma coisa importante. Se você veio aqui pensando em ensinar nós que nós somos explorados, não tem precisão não, porque nós já sabe muito bem. Agora o que nós quer saber de você é se você vai estar com nós, na hora do tombo do pau” (FREIRE, 1992, p. 71).

Assim como na luta camponesa, nas mais remotas possibilidades, desde a experiência, limite, também a Solidariedade se faz Esperança.

A galera luta, tem muita solidariedade; um prato de comida, se tu estás com fome o cara vai dividir contigo; dorme junto na aba; dois homens que nunca se viram na vida se tapando com o mesmo cobertor; isso rola e leva a esse aprendizado, solidário, humanismo; dormir junto com os cachorros pra se aquecer, divide o rango com os bichos. Te leva a conhecer pessoas legais, solidárias, uma esperança de sair das ruas. Dizem que a esperança é a última que morre; nós sempre temos que ter esperança, não podemos desistir (ESR, MCN, 2010).

A luta manhosa para o *ser mais*, também na problematização das relações racistas e discriminatórias, contra “homens negros e mulheres negras”, “homossexuais”; luta que se faz como companheiros de caminhada”, como “solidariedade”, sem “manhas” nem “pieguismo”, em vista da superação das relações paternalistas e culpabilizantes (FREIRE, 1992, p. 153).

Na relação homem-mundo, desde o diálogo verdadeiro entre os sujeitos do pensar crítico, a “essência do diálogo”, que faz da “ação-reflexão” a inquebrantável solidariedade do fazer juntos, uma autêntica relação com o outro, expressa por um compromisso consciente (FREIRE, 1981, p. 137). A solidariedade que nasce da necessidade, desde o saber de experiência feito, da existência.

Solidariedade vem de necessidade. A necessidade fala, fala por si, a gente respira necessidade. Essa é a fatia da sociedade que nos é dada; não está longe, está perto; essa é a essência, esse é o ser da rua. Tudo o que se está muito perto, os olhos alcançam tudo, tudo o que acontece fora acontece dentro de ti, tão preciso quanto pedir apenas por um grão, necessário para estar vivo, para ser; grão é comida. Para ser é ter esperança, a única coisa que se tem hoje. A esperança me faz ser, mesmo que seja por um minuto; eu nem sei se vou atravessar a rua, se eu vou chegar do outro lado da rua. A única coisa que eu tenho é a esperança porque ela me ama; a gente não ama o que está longe, ama o que está perto; é como o frio, que eu sinto, porque está perto, que bate em mim e eu me protejo. Então o que é ser? É essa tensão entre o querer e o não, o limite, a necessidade que me ameaça de ser, acho que a vida já foi feita assim, não é? Até nas decisões: pra chegar a uma decisão a gente luta,

perde e ganha e a gente tem que decidir e fazer, até com dor ou prazer, às vezes até decidir e fazer pelos outros. Acho que tudo é um pouco assim e acontece assim. Esse espaço, do Movimento, é assim, está acontecendo por necessidade; falei ainda hoje: vamos, caminhamos quatro quilômetros debaixo de chuva pra chegar aqui; e não é só por um prato de grãos. Esse é um momento mágico, é uma evolução da rua e por incrível que pareça isso não se daria se não existissem pessoas que estivessem aqui, nossa base e que queiram fazer isso com afã; mas elas podem deixar de querer, já falei isso pra ele. Se não existirem atenções e tensões as coisas não serão feitas também; a gente tem o direito de lutar, de batalhar; a gente briga pelo tudo ou nada. O espaço também é a possibilidade de ser, precisamos do espaço que nos possibilita ser; a gente vem para a biblioteca, vem pra conversar (RR, MCN, 2010).

Na luta manhosa e dramática, tramada pelas complexas relações sociais, a Comunhão Solidária que vem do Movimento Popular, desde o reconhecimento do sujeito pelo sujeito, na palavra e na ação, nos “gestos coletivos”, nos “trabalhos socializados” (FREIRE, 2005, p. 5-6 e p. 50). A Solidariedade como “Ética, não do mercado e suas estruturas forjadas no lucro, na “visão individualista do mundo, do salve-se quem-puder, mas no direito de “ir e vir”, “comer”, vestir, dizer a palavra, amar, escolher, estudar, trabalhar, crer e não crer, à segurança e a paz (FREIRE, 2000a, p. 130).

A manha emancipatória está no fazer Juntos, em Marcha, em Movimento, em Co-laboração, como evidencia o saber de experiência feito.

- Até então eu achava que o nosso Movimento fosse único, que a luta fosse somente aqui. Porém vejo e aprendi que existe espalhado em outras cidades do Brasil. Acho que em breve podemos nos reunir todos, fazer um Fórum Social da população de rua. Pra mim o Movimento só tenho a reconhecer, mesmo que muitos venham pela troca com alimento, mas é o jeito de começar e reunir, pois reunir todos os dias é muito importante.
- O movimento nos ensina que a sociedade é dividida em grupos, grupos com poder, grupos sem poder.
- As autoridades se organizam para manter e aumentar o seu poder (CO).
- Sobre nós. O Movimento reúne uma parte das pessoas da rua; vinte organizados, somos mais fortes do que mil desorganizados (MP).
- Só em Porto Alegre tem mil e duzentos; nosso poder é a organização. Só com organização colocamos o decreto 7053 em ação; são nossos direitos.
- O jeito é formar uma rede; se os outros grupos de excluídos fazem, nós podemos fazer também.
- A diferença é um grupo organizar, chamar mais gente, dividir conhecimentos; não basta agrupar, tem que organizar. Por isso o grupo é como uma cabeça, que pensa, dá rumo para o futuro.
- O próprio nome do nosso Movimento veio do grupo, depois de tempos se reunindo.
- Então, pra onde a rua me leva? Pode me levar para muitos caminhos; pode me levar ao Movimento e aí tem sentido; a rua é a própria situação, o movimento é organização, me dá rumo; crio novos hábitos.
- Paulo Freire dizia que Movimento é saber que pode, é saber que sabe.

- E o professor Sócrates dizia: 'eu pensei que sabia, mas não sabia'. Então, conversando nas Praças ele aprendia com os outros. Não era assim?
- Nós podemos fazer parecido: ir pra praça e conversar sobre nossa situação e nossos direitos; tem gente sobrando nas praças.
- No meu caso foi tomada de consciência. Dei-me conta de como é a condição de albergado: tomar banho, comer e dormir, nada mais.
- Vejo o Começar de Novo como uma referência; só nesse mês passaram por ali oitenta pessoas; assim se torna conhecido, as pessoas sabem que funciona ali. A gente sente a relação de afinidade que tem; já tem um elo, um laço, é bem gratificante. O Começar de Novo abre esse espaço.
- Eu, por exemplo, tenho aprendido através do diálogo com os participantes, no dia-a-dia. Também tenho aprendido que nós podemos ser importantes na vida; muitas vezes até me senti orgulhoso de ser convidado para participar de eventos, como na UFRGS, na PUC, participamos do Fórum Paulo Freire, do seminário da população de rua, convidado pro evento que falava de negritude e branquitude, onde a gente vem aprendendo de tudo o que não sabia; como população de rua chegar numa Universidade, que eu nunca tinha botado os pés; poder chegar e conversar com professores de Universidade, dialogar com eles, de ouvi eles, e também ter o direito de declarar o meu pensar como população de rua.
- Aqui amplia a visão. Porque a galera está na rua? Por causa de toda uma situação social, é trabalho, renda, é tudo.
- Quem tem grana compra tudo, quem não tem, ta lascado.
- A política pública tem que proporcionar condições de trabalho e renda; não digo dar, mas criar as condições; é uma questão que o Começar de Novo se baseia; não promete dar, mas proporcionar.
- O camarada chega aos quarenta, já é velho pra ser contratado.
- Aí é mudar a visão da galera.
- Vai chegar um tempo que vai mudar; se apresentar como fazendo parte do Movimento será um orgulho, um respeito, pela visão, pelo conhecimento da situação, pela organização; é nosso (Conteúdo coletado na íntegra durante um encontro do MCN, novembro de 2010).

Enquanto na ação antidialógica a característica principal é a conquista do outro, como “coisa”, na ação dialógica, “os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração”. Na co-laboração, “os sujeitos dialógicos se voltam sobre a realidade mediatizadora que, problematizada, os desafia. A resposta aos desafios da realidade problematizada já é a ação dos sujeitos dialógicos sobre a mesma realidade, para transformá-la” (FREIRE, 1981, p. 193 - 196).

Os seres humanos não nascem prontos; também não são apenas “formados” pelos processos históricos. Conscientes vivendo no mundo, são “síntese” cooperativa inacabada entre: subjetividade-objetividade, ser humano-realidades socioculturais, consciência-mundo enquanto processo de auto-construção ao construir um mundo humano (ZITKOSKI, 206, p. 231). As condições de possibilidade de transformação-humanização estão única e exclusivamente na Cooperação, na Solidariedade, na Comunhão, na Co-laboração, no fazer Juntos, em Movimentos, em Marchas.

CONCLUSÃO

“Sair da rua? Eu quero sair, mas não tenho pra onde ir. E daí”? (RR, MCN, 2010).

“Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente *vivendo*, histórica, cultural e socialmente *existindo*, como seres fazedores de seu ‘caminho’ que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao ‘caminho’ que estão fazendo e que assim os refaz também” (FREIRE, 1992, p. 97).

Vimos anunciando desde o título do nosso trabalho o que vem a ser o propósito central desta pesquisa, feita da convivência, da observação, da problematização: possibilitar que a pesquisa acadêmica, no processo de sua realização, contribua na mobilização e organização de uma “comunidade de vítimas”, o sujeito sócio-histórico centro desta pesquisa e que esta se constitua participantes política, cooperativa e solidária. Pelas ruas e pelo Movimento se fez o caminho, entre dramas, tramas e manhas identificando pistas para este propósito.

Entendemos que, entre as pistas identificadas, está a trajetória de organização e luta do Movimento Começar de Novo e do Movimento Nacional da População de Rua. Como sujeitos sociais coletivos em auto-organização, não apenas reivindicativos, mas e sobre tudo, fazedores de resistências, em pequenas e grandes iniciativas. Também propositores de Políticas e convocadores da sociedade à cooperação e solidariedade. A convocação da Sociedade à Solidariedade e à Responsabilidade encontra um começo de reação nos próprios estudos do fenômeno população de rua; estes, não são algo dado, mas consequência do crescimento do fenômeno como problema social e do clamor do Movimento Social organizado que convoca, novamente, a sociedade à responsabilidade. É o que buscamos explicitar na seção 1.

Nas principais capitais brasileiras diversas iniciativas confirmam o potencial da organização dos trabalhadores em situação de rua inseridos em cooperativas de trabalho. Através deste modelo organizativo vem se mostrando como possível a geração de renda estável para o coletivo de cooperados, gestores do seu próprio

empreendimento (DOMINGUES, 1998). O ingresso em iniciativas de produção solidária pode auxiliar na constituição de um grupo de pertencimento, no qual a pessoa possa constituir sua identidade em uma estrutura mais estável de relações de confiança mútua, de forma a permitir trocas afetivas de valorização dos participantes.

A saída das ruas, porém, não está relacionada somente à conquista de uma ocupação estável; a vulnerabilidade socioafetivo e familiar também se constituem desafios. A participação em cooperativa pode servir como meio para recuperar a auto-estima, criar condições para a pessoa agir como construtora de uma nova vida social, assumindo seu potencial de participação e a transformação de sua realidade subjetiva e da realidade objetiva da sociedade. O ingresso em um empreendimento solidário promove mudanças subjetivas que extrapolam o ambiente da cooperativa, possibilitando uma postura mais crítica, participativa e política no convívio social.

A análise sistêmica desenvolvida na seção dois, percorrendo os caminhos estruturais e estruturantes das micro e macro relações sociais, a compreensão do ser humano-educando-trabalhador e sua relação com o planeta, as experiências feitas em coletivos, mesmo que ainda não hegemônicas, explicitam significativas evidências da realização do Novo.

A aplicação do novo é, antes de tudo, a afirmação do sujeito vivente e comunitário. Reconhecê-lo quando surge, antes negado por um sistema, é o reconhecimento da diversidade intersubjetiva de comunidades sócio-históricas quando estas descobrem e lutam por novos direitos. A diversidade articula a universalidade da razão material e discursiva, concretizando-a e descobrindo-a nos diversos e invisíveis “rostos do outro”, do dis-tinto “no qual se reflete a particularidade da alteridade dos outros sujeitos históricos”. Rigoberta Menchú, Índio Galdino, anônimos de rua, rostos, corpos vivos em “Frentes de Libertação” no âmbito das micro e macroestruturas de poder,

sujeitos monológicos e intersubjetivos da corporalidade viva humana em sua materialidade vulnerável e pulsional, da discursividade com patologias, mas com um interesse de comunicação a partir de seus ‘lugares’ de enunciação próprios, tentando sempre o possível para viver comunitariamente, para melhor viver na co-re-sponsabilidade e na colaboração (DUSSEL, 2000, p. 568).

Que é o “novo”, o novo bem? A “norma boa” é aquela fundada nas exigências da “razão discursivo-moral”, contendo a verdade prática regida pela exigência da

“produção-reprodução e desenvolvimento da vida humana de cada sujeito ético, e a factibilidade dos requerimentos estratégicos práticos e instrumentais tecnológicos do momento” A “norma boa” ainda não é o “bem”, é a “mediação normativa” (DUSSEL, 2000, p. 569).

A “ação boa” é aquela que realiza a norma boa em concordância com o desenvolvimento da vida. “A ‘ação boa’ é a atualidade do ‘bem’, mas não é o próprio bem”. Os microdiagramas de poder, estruturas estáveis sistêmicas, onde as ações com forças se co-determinam diacronicamente nos processos sócio-históricos, “boas”, também não são o bem.

O bem é um momento do próprio sujeito humano; é um modo de realidade pelo qual sua vida humana encontra-se plenamente realizada segundo os pressupostos da própria realidade humana; é uma obra fruto do auto-reconhecimento, auto-responsabilidade, autonomia [...] comunitária, tendo alcançado validade intersubjetiva [...], motivada pela ordem pulsional reprodutiva [...] e inovadora [...], mas podia ser resumida em seu momento especialmente ético e crítico: o ‘bem’ supremo – que mede todo outro bem – é a plana reprodução da vida humana das vítimas. [...] significa que o faminto come, o nu se veste, o sem-teto habita, o analfabeto escreve, o sofredor se alegra, o oprimido é igual a todos, o que usa tempo para viver mal tem tempo livre; quando a vítima pode contemplar a beleza, viver suas tradições, dançar suas valores, ser plenamente humana nos níveis superiores das criações espirituais da humanidade. Numa palavra: a vítima de ontem pode festejar re-conhecida e re-sponsavelmente, a corporalidade comunitária da comunidade feliz. Este é o ‘bem supremo’ (DUSSEL, 2000, p. 570).

Este é o “bem supremo” que se realiza parcialmente em cada ato humano, em qualquer sujeito ético, como um emergir permanente. “Mas é preciso ter consciência crítica: não é um bem perfeito, é só um bem histórico” (DUSSEL, 2000, p. 570). A sociedade perfeita é logicamente possível e empiricamente impossível. Então será um “eterno retorno”?

É uma crítica permanente a dominação atual, uma idéia regulativa e não uma etapa histórica. “Se o ‘bem’ é finito, se é impossível fazer um bem perfeito, então a ética nos ensina a estar atentamente críticos na luta permanente” (DUSSEL, 2000, p. 571). “A Ética da Libertação é a ética da re-sponsabilidade radical, já que se defronta com a conseqüência inevitável de toda ordem injusta: as vítimas. Mas não é uma re-sponsabilidade apenas sistêmica ou ontológica, é também pré-ontológica e transontológica, por que o é a partir do Outro, a partir das vítimas” (DUSSEL, 2000, p. 571). Uma ética que tem princípios materiais e formais, não se reduz à boa

vontade, à mera boa intenção; é uma ética a partir do Outro, das vítimas, uma ética que tem critérios e princípios:

para fazer ações (a priori) e poder julgá-las como 'boas' (ou 'más') abstratamente, em princípio, em última instância por sua consequência mais importante, inevitável e evidente: por suas vítimas (a posteriori), e criticamente poder ser re-sponsável e solidariamente reempreender de novo a tarefa de desenvolver a história, como progresso qualitativo humano, na reprodução da vida e da discursividade participativa dessas vítimas. Elas, empiricamente, permitem que descubramos a negatividade da natureza de nossas ações ou sistemas não intencionais dos quais de qualquer maneira somos responsáveis por suas consequências, e remediar esses efeitos fazendo avançar a história libertando essas *nossas* vítimas (DUSSEL, 2000, p. 572).

A responsabilidade pelo Outro transforma-se na “própria racionalidade da razão”. O processo de libertação e pleno desenvolvimento da vida humana é a satisfação das necessidades, dos desejos, da história como processo qualitativo comunicativo, participativo, como autonomia e liberdade. A ética é o último recurso de uma humanidade em perigo.

Só a co-responsabilidade solidária, com validade intersubjetiva, partindo do critério de verdade vida-morte, talvez possa nos ajudar a sair com dignidade no tortuoso caminho sempre fronteiro, como quem caminha qual equilibrista sobre a corda bamba, entre abismos da cínica insensibilidade ética irresponsável para as vítimas ou a paranóia fundamentalista necrófila que leva a humanidade a um suicídio coletivo (DUSSEL, 2000, p. 574).

As vítimas, na grande Pátria latino-América são a continental Comunidade nativa-indígena, desde as invasões espanhola e portuguesa; são as Nações negras expatriadas das Comunidades da Mãe África, quando vitimizadas como mercadoria e força escrava de trabalho, dispensadas disfarçadamente de livres quando tidas como “força inútil”; são os trabalhadores e trabalhadoras do campo atraídos para a principiante indústria, sob o slogan do campo atrasado e da cidade moderna, como mão-de-obra barata, dispensados quando o seu fazer obsoletizou-se diante da máquina, que suas próprias mão e conhecimento produziram e a insaciável ganância por mais-valia do capitalista, sujeito orgânico do sistema liberal e neoliberal globalizado, os dispensou; vítimas e portadoras últimas do critério libertação, são as mulheres e seus movimentos de várias denominações frente o poder patriarcal e machista; são os trabalhadores assalariados, ex-assalariados desempregados,

excluídos de múltiplas formas e muitos rostos ante o global capitalismo; são os não captados pelos sentidos, que perambulam pelos mundos urbanos sem ter, negados enquanto ser, múltiplas vítimas, filhos e filhas de outras vítimas, “gozando” da “liberdade moderna”. Uma infinita Comunidade portadora e sabedora do princípio da plena Libertação.

Já na terceira seção, aproximando a pedagogia freireana e as Pessoas em situação de Rua, desde a categoria humanização-desumanização, podemos afirmar que toda luta contra o velamento, a falsa generosidade, a violência, é sempre uma luta cooperativa e solidária, contra o ser *menos*, a favor do ser *mais*, pela humanização. “O movimento nos ensina que a sociedade é dividida em grupos, grupos com poder, grupos sem poder”; “Vai chegar um tempo que vai mudar; se apresentar como fazendo parte do Movimento será um orgulho, um respeito, pela visão, pelo conhecimento da situação, pela organização”.

O *fazer* e o *ser* cooperativo e solidário já é o *saber mais*; não é um aprender sozinho, solitário, mas em relação com o outro, *com* o grupo e *no* grupo, *com* a sociedade e *na* sociedade, *com* o mundo e *no* o mundo, uma relação planetária, desde onde estamos hospedados segundo, Marcos Arruda. Somente como ser de relações é possível compreender o humano como ser consciente de si, do outro e do mundo; esta consciência (saber que sabe) o situa em movimento, em busca de novos sentidos para a existência-transcendência. A relação intrínseca entre existência e transcendência é o que constitui o inacabamento como possibilidade do *inédito*, gerado na complexidade das relações intersubjetivas e planetárias (ZITKOSKI, 2006, p. 233).

Os processos humanos, histórico-concretos, especialmente no atual contexto, tem se constituído profundamente contraditórios. De um lado, os condicionamentos, as situações limites, a desumanização impostas pela globalização do capital com sua “natureza” exploradora e dominadora: desumanizando e atrofiando a realização do *ser mais* (ZITKOSKI, 2006, p. 246). De outro, as possibilidades de ser mais, gestadas nas manhas e nas resistências das mais diversas comunidades de vítimas, na luta dos Movimentos Sociais Populares, nos milhares e sempre crescentes empreendimentos de socioeconomia solidária, anunciado o novo à base da cooperação e da solidariedade.

Compreendendo a vida humana como uma presença no mundo gestada na história, desde as intervenções nas realidades constitutivas do próprio mundo (ZITKOSKI, 2006, p. 245), concebe-se, assim, o ser humano não como um ser passivo, mas “um ser de escolhas, de decisões”, rompendo o já feito, avaliando, constatando, sonhando, o que o constitui um ser responsável e ético. Como ser responsável (consciente de decisões) e ético (como ser de escolhas), o ser humano constitui seu agir em vista da proteção e ampliação da vida. É a razão de ser da natureza humana, como necessidade absolutamente indispensável - “Sair da rua? Eu quero sair, mas não tenho pra onde ir. E daí?” - à convivência humana, como vocação histórica-ontológica para o ser mais. É “Começar de Novo”, na “Cooperação” e na “Solidariedade”: “Humanização”, o “Bem”.

5 REFERENCIAIS

- ARRUDA, Marcos. Humanizar o Infra-Humano. A formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. 2ª Edição. Vozes e PACS. RJ, 2004.
- _____, Marcos. Tornar Real o Possível - a formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Vozes. RJ, 2006.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org). Pesquisa Participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. Carlos Rodrigues. Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo Romeu (Organizadores). Pesquisa Participante: o saber da partilha. 2ª Edição. SP, Idéias & Letras, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2º Censo da população de rua e análise qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: meta 10. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2006.
- Decreto Presidencial Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009.
- DOMINGUES JUNIOR, P. L. Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua. São Paulo: Leopoldianum/Loyola, 2003.
- DUSSEL, Henrique. Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão. 2 ed. Vozes: Petrópolis, 2000.
- ENCONTRO NACIONAL SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 1, 2005, Brasília, DF. Relatório. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.
- SCOREL, S. Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____, FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- _____, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____, Paulo, BETTO, Frei. Essa Escola Chamada Vida. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- _____, Paulo. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. 12Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 8Ed. São Paulo: Ed. Unesco, 2000a.

_____, Paulo. *Educação e Mudança*. 29Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____, Paulo, NOGUEIRA, Adriano. *Que Fazer: teoria e prática em educação popular*. 8Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

_____, Paulo. *Educação e Atualidade Brasileira*. 3Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva. Um (re) Exame das relações entre Educação e Estrutura Econômico-Social Capitalista*. São Paulo: Cortez, 1989.

GEHLEN,IVALDO, SILVA, Marta Borba, SANTOS, Simone Ritta dos. *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de Porto Alegre – afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas; remascentes de quilombos*. Porto Alegre. CENHURY, 2008.

GIBELLINI, Rosino, *A teologia do século XX*. Tradução João Paixão Neto. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2002.

HELOANI, J. R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.

HINKELAMMERT, Franz, *El mapa del Emperador*, DEI, San José, 1996, p. 42, in DUSEEL, 2000.

<http://miseria.titas.letrasdemusicas.com.br>.

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc>).

LUXEMBURGO, R., 1966, t. 1, p. 128, in. DUSSEL, 2000.

Manifesto Comunista, 7ªEd., Vozes, 1997, in. DUSSEL, 2000.

MATTOS, R. M. *Processo de constituição da identidade do indivíduo em situação de rua: da rualização a sedentarização*. 2003. Monografia (Iniciação Científica em Psicologia) - Universidade São Marcos, FAPESP, São Paulo, 2003.

MENDONÇA, S. R. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004.

Movimento Começar de Novo. Projeto Político Pedagógico, 2010.

META Instituto de Pesquisa de Opinião. *Relatório Final do Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua*.

- OLIVEIRA, E. C. A. *Impactos da participação de pessoas em cooperativas populares de trabalho sobre outras esferas*. Trabalho apresentado no I Congresso Latino-Americano da Psicologia/ULAPSI, São Paulo, Brasil, abril, 2005.
- Pesquisa Perfil e Mundo dos Adultos em Situação de Rua de Porto Alegre, 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH – Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PREF POA – Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. Os dados empíricos foram levantados no período de 28/11/2007 até o dia 23/12/2007.
- RECIFE (Cidade). Secretaria de Assistência Social. Instituto de Assistência Social e Cidadania. População em situação de rua na cidade de Recife: censo e análise qualitativa. Recife: IASC, [200-]. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/seccsocial/populacaorua.php>>. Acesso em: abr. 2008.
- SCHOR, S. M. & ARTES, R. Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 861-883, 2001.
- SERRANO, Enrique, Legitimación y racionalización. Weber y Habermas, Anthropos, Barcelona, 1994, ind. DUSSEL, 2000.
- SILVA, Ronalda Pereira. Educação Comunitária: além do estado e do mercado? 85 Cadernos de Pesquisa, nº 112, março/2001 p.85-97, março/2001.
- SINGER, Paul. e SOUZA, André Ricardo de.. *Economia Solidária no Brasil: Autogestão como Resposta ao Desemprego*. Editora: Contexto. 2003.
- SINGER, P. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 1999a.
- SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Estimativa do número de pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo em 2003. São Paulo: FIPE, [200-].
- STOFFELS, M-G. *Os mendigos na cidade de São Paulo: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- STRECK, Danilo. REDIN, Euclides. ZITKOSKI, Jaime José. *Dicionário Paulo Freire*. Belo horizonte: Autêntica, 2008.
- TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S.; OLIVEIRA, M. A. (Orgs.). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. Fortaleza: Cortez/Universidade Estadual do Ceará, 1998. p. 195-252.
- VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec, 1992.

ZITKOSKI, Jaime José. A pedagogia Freireana e Suas Bases Filosóficas: leituras de Paulo Freire. Pelotas: Seiva, 2007.

_____, Jaime José. Paulo Freire & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

_____, Jaime José. Educação Popular e Pós-Modernidade: um olhar em tempos incertos. Cadernos IHU, ano 5 – Nº 21 – 2007.